

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

**ANDRÉ LUIZ DE ARAÚJO**

**A CRIAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CABUÇU - TANQUE  
GRANDE EM GUARULHOS (2004-2010)**

**GUARULHOS  
2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

**ANDRÉ LUIZ DE ARAÚJO**

**A CRIAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CABUÇU - TANQUE  
GRANDE EM GUARULHOS (2004-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós  
Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras  
e Ciências Humanas da Universidade Federal de São  
Paulo como requisito parcial para obtenção do título  
de mestre.

Área de Concentração: História e Historiografia

Orientador: Prof. Dr. Janes Jorge

**GUARULHOS  
2019**

ARAÚJO, André Luiz de Araújo.

A Criação da Área de Proteção Ambiental Cabuçu-Tanque Grande em Guarulhos (2004-2010)/ André Luiz de Araújo. – Guarulhos, 2019. 183f.

Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Janes Jorge

Título em inglês: The Creation of the Cabuçu - Tanque Grande Environmental Protection Area in Guarulhos (2004-2010)

1.História. 2. História Ambiental. 3. Preservação da Natureza 4.Área de Proteção Ambiental. 5. Políticas Públicas 6. Política Ambiental I. Jorge, Janes. II. A Criação da Área de Proteção Ambiental Cabuçu-Tanque Grande em Guarulhos (2004-2010).

**ANDRÉ LUIZ DE ARAÚJO**

**A CRIAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CABUÇU - TANQUE  
GRANDE EM GUARULHOS (2004-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós  
Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras  
e Ciências Humanas da Universidade Federal de São  
Paulo como requisito parcial para obtenção do título  
de mestre.

Área de Concentração: História e Historiografia

Orientador: Prof. Dr. Janes Jorge

Aprovação \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof. Dr. Janes Jorge (UNIFESP)

---

Prof. Dr. Fábio Alexandre dos Santos (UNIFESP)

---

Profa. Dra. Sílvia Helena Zanirato (USP)

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa o esforço pessoal de retorno à universidade e à pesquisa após dez anos me dedicando exclusivamente à docência nas redes pública e particular. Foram muitas as pessoas que contribuíram para a elaboração desta pesquisa, as quais aproveito para manifestar meus agradecimentos.

A Janes Jorge, um agradecimento especial pela orientação, sempre atenta e, sobretudo, pelo convívio intelectual, tendo sido fundamental para a minha formação.

Sou grato à professora Silvia Helena Zanirato, à professora Lucília Santos Siqueira e ao professor Fábio Alexandre Santos, membros das bancas de qualificação e defesa, pelos comentários críticos que permitiram circunscrever melhor os passos seguintes da dissertação.

Agradeço também os professores Andréa Slemian, André Roberto de A. Machado, Luís Felipe Silvério Lima e José Carlos Vilardaga, pelas leituras atentas, cujas críticas e sugestões ampliaram o meu horizonte de indagações sobre o tema

Agradeço o professor e amigo Alexandre Pianelli Godoy, pela amizade sempre renovada e por ter sempre me oferecido o seu apoio e estímulo.

Gostaria de registrar a minha gratidão aos colegas de turma pelo convívio e pela troca de ideias sobre História. Em especial, a Eduardo Luiz Fortti, pelos diálogos amistosos iniciados em 2016 e de várias conversas entre almoços e mensagens que contribuíram para os rumos do trabalho.

Ainda que seja difícil nomear cada pessoa que contribuiu para esta pesquisa, ofereço a todas elas a minha gratidão. Entre elas estão os entrevistados: a bióloga Daniele dos Santos Marques, o professor Antônio Manoel dos Santos Oliveira, grandes responsáveis pela criação da APA Cabuçu Tanque Grande; os historiadores Júlia Amabile Aparecida de Souza Pinto, Felipe Crispim e a bióloga Solange Alves Duarte dos Santos, cuja dissertações de mestrado sobre a temática do Meio Ambiente abriu muitos caminhos para esta pesquisa. A Bruno Oliveira pela revisão do texto e incentivo durante o mestrado.

Também agradeço aos funcionários do Arquivo Histórico Municipal de Guarulhos, da Biblioteca da Câmara dos Vereadores de Guarulhos, Biblioteca da Universidade de Guarulhos (UnG), Biblioteca Municipal Monteiro Lobato, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de Guarulhos, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Guarulhos e, em especial, aos funcionários da Biblioteca da UNIFESP. A eles, meu muito obrigado.

É com emoção que deixo registrado aqui o meu melhor obrigado a duas pessoas queridas, meus pais, “D. Izaura” e o “Seu Zé”, com saudades, a quem devo muito mais do que é possível expressar em palavras. Mas também à minha irmã Maria Lúcia, pela presença afetuosa e pelo apoio constante de cada dia e às minhas sobrinhas queridas: Ana Claudia, Larissa, Fernanda, Júlia, Mel e Camila, que, a cada momento, renova as minhas esperanças no futuro. E a Christian, meu companheiro, um reconhecimento profundo, que navega por muitas palavras.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História pelo incentivo e por continuar resistindo às adversidades, retrocessos e golpes do Brasil!

“O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar”.

*Michel Foucault*

## RESUMO

Este trabalho trata de uma análise numa perspectiva da história ambiental a elaboração da Lei nº6.798, de 28 de dezembro de 2010; Projeto de Lei nº418/2009 de autoria do Executivo Municipal de Guarulhos, que resultou na criação da Área de Proteção Ambiental Cabuçu – Tanque Grande.

Esta dissertação aborda uma série de questões relacionadas a APA – Área de Proteção Ambiental no âmbito das políticas públicas, e ao mesmo, compreender que a Criação de uma APA, é ao mesmo tempo, o resultado de uma longa interação entre as formações sociais e seu entorno natural, uma intervenção legal sobre uma realidade biofísica determinada, e um espaço de disputas entre interesses e percepções diversas sobre aquelas áreas naturais. É o paradoxo entre o desenvolvimento e preservação aos quais está inserido é que dão a historicidade à criação de uma área natural protegida, que por sua vez, remetem às relações entre Estado e Sociedade e Meio Ambiente, nos seus diferentes discursos de preservação. E a incorporação dessa interação ao estudo de políticas públicas voltadas à proteção ambiental é que resultarão em novas leis.

Palavras-chaves: História Ambiental, APA, legislação.



## **ABSTRACT**

This paper deals with an analysis from an environmental history perspective, the elaboration of Law no. 6.798, of December 28, 2010; Draft Law no. 418/2009, authored by the Municipal Executive of Guarulhos, which resulted in the creation of the Cabuçu - Tanque Grande Environmental Protection Area.

This dissertation addresses a number of issues related to the APA - Area of Environmental Protection within the scope of public policies, and at the same time, understands that the creation of an APA is at the same time the result of a long interaction between social formations and its natural surroundings, a legal intervention on a determined biophysical reality, and a space of disputes between diverse interests and perceptions about those natural areas. It is the para-doxo between the development and preservation to which it is inserted that give historicity to the creation of a protected natural area, which in turn, refer to the relations between State and Society and Environment. And the incorporation of this interaction into the study of public policies aimed at environmental protection will result in new laws.

Keywords: Environmental History, APA, legislation.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE GUARULHOS NA RBCV.....</b>	<b>22</b>
<b>Figura 2 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA.....</b>	<b>26</b>
<b>Figura 3 – GUARULHOS E SUAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....</b>	<b>27</b>
<b>Figura 4 – CAPELA BOM JESUS DA CABEÇA.....</b>	<b>33</b>
<b>Figura 5 – DESMATAMENTO NA BARRAGEM DO CABUÇU.....</b>	<b>34</b>
<b>Figura 6 – CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DO CABUÇU.....</b>	<b>35</b>
<b>Figura 7 – RUÍNA DA OLARIA.....</b>	<b>36</b>
<b>Figura 8 – LIXÃO NA REGIÃO DO CABUÇU.....</b>	<b>37</b>
<b>Figura 9 – VISTA DO CABUÇU.....</b>	<b>39</b>
<b>Figura 10 – MAPA DE ESTUDO DA ÁREA DA APA.....</b>	<b>41</b>
<b>Figura 11 – MAPA DE GEOMORFOLOGIA.....</b>	<b>44</b>
<b>Figura 12 – MAPA DA BASE CARTOGRÁFICA.....</b>	<b>45</b>
<b>Figura 13 – MAPA DO RELEVO DA ÁREA DE ESTUDO.....</b>	<b>46</b>
<b>Figura 14 – MAPA HIPSONÔMETRICO.....</b>	<b>47</b>
<b>Figura 15 – MAPA DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.....</b>	<b>48</b>
<b>Figura 16 – MAPA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.....</b>	<b>49</b>
<b>Figura 17 – MAPA DA GEOLOGIA.....</b>	<b>50</b>
<b>Figura 18 – MAPA DA SUSCETIBILIDADE A PROCESSOS GEOLÓGICOS.....</b>	<b>51</b>
<b>Figura 19 – MAPA DE DOSSIÊ DE MICROBACIAS.....</b>	<b>52</b>
<b>Figura 20 – MAPA DE ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO.....</b>	<b>53</b>
<b>Figura 21 – MAPA DO GRÁFICO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.....</b>	<b>54</b>
<b>Figura 22 – MAPA DE CRIAÇÃO DA APA CABUÇU- TANQUE GRANDE.....</b>	<b>72</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

**AIA** – Área de Interesse Ambiental  
**APA** – Área de Proteção Ambiental  
**APM** – Área de Proteção de Mananciais  
**APP** – Área de Preservação Permanente  
**CONAMA** – Conselho Nacional do Meio Ambiente  
**EA** – Educação Ambiental  
**EE** – Escola Estadual  
**EMPLASA** – Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo  
**FF** – Fundação Florestal  
**IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais  
**IBDF** - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**IF** - Instituto Florestal  
**ONG** – Organização Não Governamental  
**PEC** – Parque Estadual da Cantareira  
**PIB** – Produto Interno Bruto  
**PDE** – Plano Diretor Estratégico  
**PJ-MAIS** - Programa de Jovens, Meio Ambiente e Integração Social  
**PMG** – Prefeitura Municipal de Guarulhos  
**PNUMA** - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente  
**PROGUARU** - Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos  
**RBCV** – Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo  
**RMSP** – Região Metropolitana de São Paulo  
**SAAE** – Sistema de Autônomo de Água e Esgoto  
**SABESP**- Companhia de Saneamento Básico de São Paulo  
**SEMA** – Sistema Especial do Meio Ambiente  
**SISNAMA** – Sistema Nacional do Meio Ambiente  
**SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação  
**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.  
**UCs** – Unidades de Conservação  
**UNIFESP** – Universidade Federal de São Paulo  
**UNG** – Universidade de Guarulhos

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1. A HISTÓRIA AMBIENTAL NO CONTEXTO DE PRESERVAÇÃO.....</b>	<b>10</b>
1.1. Teorias, Conceitos e Método de Pesquisa.....	10
1.2. A importância das Políticas de Proteção Ambiental no Brasil.....	15
1.3. Guarulhos: a cidade e suas Unidades de Conservação (UCs).....	21
<b>2. A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CABUÇU TANQUE GRANDE: A IMPORTÂNCIA DE SUA CRIAÇÃO.....</b>	<b>29</b>
2.1. A Universidade de Guarulhos (UnG) e seu protagonismo nas pesquisas científicas sobre as questões ambientais na Região do Cabuçu.....	29
2.2. A produção do Atlas Geoambiental da Região do Cabuçu – Tanque Grande em Guarulhos – São Paulo (2008).....	42
<b>3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS CRIADAS PARA PROTEGER A BIODIVERSIDADE GUARULHENSE.....</b>	<b>55</b>
3.1. Lei Municipal nº 6.055 de 30 de Dezembro de 2004. Dispõe sobre o PLANO DIRETOR DA CIDADE.....	55
3.2. Lei Municipal nº 6.253 de 24 de maio de 2007. Dispõe sobre o USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO OU LEI DE ZONEAMENTO.....	62
3.3. Lei Municipal nº 6.798 de 28 de Dezembro de 2010. Dispõe sobre a LEI ESPECÍFICA DE CRIAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CABUÇU-TANQUE GRANDE.....	70
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>73</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>80</b>
<b>6. APÊNDICES.....</b>	<b>86</b>

## INTRODUÇÃO

O tema da pesquisa se insere na problemática das florestas urbanas mediante as expansões das cidades.

São reconhecidas as dificuldades que as políticas públicas enfrentam para resolver problemas dessa natureza, sendo um dos mais notáveis na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP -, a invasão das áreas sujeitas à Lei de Proteção dos Mananciais e do próprio Parque Estadual da Cantareira, no Município de São Paulo.

O estudo sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Cabuçu-Tanque Grande em Guarulhos nasceu da preocupação de se entender a relação entre sociedade e natureza.

No ano de 2011 fui efetivado como Professor de Ensino Básico II na EE Maria Helena Faria Lima e Cunha, colégio da rede pública estadual situado no bairro do Cabuçu. Logo nos primeiros dias de aula, fiquei impressionado pela escola estar localizada numa região de Mata Atlântica, menos de um Km do Parque Estadual da Cantareira Núcleo- Cabuçu.

O Parque Estadual da Cantareira (PEC) constitui importante reserva da Mata Atlântica e de recursos hídricos, tendo sua área tombada no final do século XIX para garantir o abastecimento da cidade de São Paulo, protegendo o sistema de captação formado pelas Represas do Engordador, Barrocada e Cabuçu.

O Núcleo Cabuçu, localizado no município de Guarulhos, foi objeto de acordo firmado entre o Instituto Florestal, a Secretaria do Meio Ambiente do Município de Guarulhos e o Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Lembrando que, recentemente, o SAAE foi vendido para Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (SABESP).

Neste mesmo dia de aula, uma das primeiras perguntas para os alunos da região foi sobre como era morar num lugar privilegiado, com a natureza para todos os lados? E para minha surpresa, foi que as respostas dos alunos

foram negativas, relacionando o verde como algo atrasado, distante dos atrativos dos centros urbanos.

Para a historiadora Silvia Helena Zanirato, as explicações para o escasso envolvimento da população brasileira com a conservação dos bens que configuram a memória e a história do país podem ser encontradas em dois campos. O primeiro diz respeito ao modo como foi instituída e divulgada uma compreensão sobre o patrimônio em nosso país. O segundo a uma ideologia de valorização da modernidade disseminada no social, que aquilata tudo aquilo que parece apregoar o progresso e rejeita outros signos entendidos como expressão do arcaico; entre esses as marcas do passado e da natureza<sup>1</sup>.

Foi então que percebi a necessidade de me aprofundar nos estudos e na história desta região. Em contato com o Professor Janes, iniciei no Grupo de Estudos da ANPUH, História e Meio ambiente e o tema surgiu de uma urgência de pensar a História ambiental de Guarulhos, tendo como recorte a região do Cabuçu. Depois de muita pesquisa, os caminhos percorridos nos levaram aos estudos da Criação da Área de Proteção Ambiental Cabuçu-Tanque Grande.

Neste momento, contudo, não podia deixar de registrar, como Membro do Conselho Gestor da (APA) Área de Proteção Ambiental Cabuçu- Tanque Grande, instituído pelo Decreto Municipal nº 28.723/2011 e alterado pelo Decreto Municipal nº 30.891/2013, Biênio 2018/2020, representando as instituições de ensino: UNIFESP, a minha preocupação com os últimos acontecimentos na região. Considerando a fragilidade e os desafios existentes para que a lei de preservação seja cumprida.

Um problema apresentado, devido as obras do Rodoanel, iniciadas no ano de 2013, é que no ano de 2018, vários escândalos de corrupção, envolvendo a Construtora DERSA, paralisaram as obras. A imprensa da época noticiava: *“Ex-Secretário de Alckim é preso em ação que apura desvios no Rodoanel Trecho-Norte – Folha de S.Paulo, 21/06/2018; “Investigação sobre*

---

<sup>1</sup> ZANIRATO. Silvia H. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. **Patrimônio e Memória**. Assis: UNESP-FCLAs-CEDAP, V.5, n.1.p.140, out.2009.

*obra do Rodoanel expõe escândalos de desapropriações* – Blog Raquel Ronik, 03/07/2018”; *“Lava-Jato agora mira lavagem e corrupção no Trecho Norte* – Estadão, 28/07/2018; e *“MP acusa diretor da DERSA por propina de R\$1 milhão* – Exame/Abril, 10/10/2018.

Em 01 de agosto de 2017 foram iniciadas as audiências públicas na região de Guarulhos para tratar do licenciamento ambiental do Ferroanel. Iniciativa estratégica entre União e Governo do Estado de São Paulo. O novo ramal, cuja extensão inclui 20,9 quilômetros no município de São Paulo e outros 20,9 quilômetros em Guarulhos, permitirá a movimentação de cargas do interior do Estado para o Porto de Santos, bem como a passagem de comboios entre o interior e o Vale do Paraíba<sup>2</sup>.

Os problemas ambientais gerados por mais uma obra na região do Cabuçu e pela paralisação das obras do Rodoanel Trecho Norte, como a do Ferroanel, já são sentidos quando o assunto são os aumentos das ocupações ilegais.

Ainda neste assunto, no ano de 2017, a região do Cabuçu é surpreendida com a ocupação de índios de diferentes etnias. Digo surpreendida porque, originalmente, esta ocupação, segundo a Comunidade Indígena de Guarulhos, trata da retomada do território como uma dívida do município, ou seja, o local de ocupação não precisava ter vínculo histórico com os seus antepassados indígenas. Esse processo teve início em 2002, mediante uma cooperativa de produção e distribuição de artesanato, a Associação Arte Nativa Indígena. Criada e gerida por indígenas, a associação congrega número crescente dos estimados 1500 habitantes de origem indígena no município, ganhando relevância no movimento popular. A ocupação do espaço próximo ao Rodoanel Trecho Norte foi autorizada por medida judicial, portanto, legal. Dentre as etnias, estão os da etnia Kaimbé, Pataxó, Tupi e Timbirá. O Jornal Guarulhos Hoje, de 01/11/2017, noticiava *“Indígenas reivindicam área próximo ao trecho das obras do Rodoanel Norte”*. Segundo a reportagem, a retomada indígena fica no limite da área urbana do município de Guarulhos, numa área remanescente de Mata Atlântica, vizinha do Rodoanel, ocupando uma área

---

<sup>2</sup> [www.saopaulo.sp.gov.br](http://www.saopaulo.sp.gov.br), data: 31/07/2017. Acesso em: 05 de maio de 2019.

de 130.000m<sup>2</sup>, que representa cerca de 0,04% dos 318.700.000m<sup>2</sup> de Guarulhos.

De acordo com a pesquisa da arqueóloga Cláudia Plens <sup>3</sup>, o que se sabe sobre as ocupações indígenas é o que o atual bairro de São Miguel Paulista, localizado na Zona Leste do Município de São Paulo e próximo de Guarulhos, nasceu de um povoamento indígena, cujo território foi reconhecido pelo poder colonial mediante outorga de Carta de Sesmaria<sup>4</sup>, no final do século XVI. Ainda segundo Plens:

Esse território indígena, conhecido como Sesmaria de Ururaí, sempre foi considerado como parte apenas do município de São Paulo. Mas, à medida que começamos a mexer na documentação, descobrimos, pela topomínia e pela geografia descrita, que a Sesmaria de Uraraí incluía também a parte setentrional de Guarulhos, onde se localizava a área de mineração” (2009).

Um importante patrimônio remanescente dessa época é o Tanque Grande, um complexo de estruturas voltadas para a mineração construído por mão de obra indígena escravizada por volta de 1600.

Outra questão que tem preocupado os moradores da região do Cabuçú é o surgimento de uma proposta de um Novo Aterro Sanitário da empresa CDR Pedreira. Em 2018 foram realizadas várias Audiências Públicas e aconteceram vários confrontos diretos com os moradores da região, que reprovaram a instalação de um novo aterro. Segundo a reportagem do portal G1

---

<sup>3</sup> Claudia Plens é professora colaboradora do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da USP e professora adjunta da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Guarulhos. Sua pesquisa constituiu na História da mineração de Ouro em Guarulhos. Entre os séculos XVI e XVII, antes do Ciclo do Ouro em Minas Gerais, território hoje ocupado pelo município de Guarulhos (SP) foi principal polo de produção aurífera do País. Artigo publicado em: <http://jornal.usp.br/ciências/cienciashumanas/historia-da-mineracao-de-ouro-em-guarulhos>. Acesso em: 05 de maio de 2019.

<sup>4</sup> Sesmaria foi um instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção agrícola no Brasil Colônia.



de 25/04/2018, *“Ampliação de aterro em Guarulhos pode provocar risco ambiental e aéreo”*, a proximidade de menos de 10km do Aeroporto de Cumbica pode colocar aviões em risco. Segundo especialista em políticas públicas de meio ambiente Carlos Alberto Bocuhy, aterros atraem muitos urubus, o que pode colocar em risco os aviões. A bióloga Daniele Marques, do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Guarulhos, diz que a mata que pode receber a ampliação do aterro fica dentro de uma Área de Proteção Ambiental de 2010. *“A ampliação do aterro desrespeita a lei municipal e é contra todos os princípios que a gente sempre luta, pela preservação, até a questão da gestão de resíduos”*, diz ela.

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente disse que o aterro CDR Pedreira possui licença de operação válida até 2023 e que o pedido de licenciamento para ampliação encontra-se em fase de análise. Por isso, para muitos moradores e pesquisadores esse é considerado um Novo Aterro, pois o já existente não é licenciado pela Prefeitura de Guarulhos por ocupar uma região pertencente à cidade de São Paulo.

Nesse mesmo ano de 2018 ocorreram algumas Audiências Públicas para discutir o Novo Plano Diretor da Cidade de Guarulhos, que está sendo bastante questionado por colocar em risco o Meio Ambiente e suas Unidades de Conservação (UCs), mas também por servir aos interesses do mercado imobiliário. Ele ainda está em fase de análise e votação na Câmara dos Vereadores.

Inclusive, é de suma importância registrar aqui que nove anos após a Lei Municipal nº 6.789/10 ter sido promulgada ainda é um grande desafio cumpri-la. O Plano de Manejo, que é um documento técnico elaborado por meio de diversos estudos, com intuito de planejar a gestão e o uso sustentável dos recursos naturais das Unidades de Conservação (UCs) – Lei 9.985/2000, até este momento, não foi realizado. A atual Gestão do Prefeito Gutti iniciou estudos em meio ao cumprimento de medida judicial do Ministério Público em 2018. Vale destacar que é o Plano de Manejo é o responsável por promover a integração das comunidades do entorno com a Unidade de Conservação (UC), uma vez que ele concentra uma série de estudos que embasam sua ação: diagnóstico ambiental, sócio econômico, sócio histórico/ cultural. Ele

constitui um conjunto de medidas e ações para conservação da biodiversidade.

No campo teórico-metodológico, buscou-se encaminhar o trabalho em direções diversas daquelas que lidam com o estudo de políticas públicas relacionadas à preservação ambiental. Nesse sentido, o trabalho do historiador pode percorrer inúmeros campos de atuação. Um deles é, sem dúvida, o da História Ambiental.

Neste movimento de construção de um campo de pesquisa que articulasse Estado, Sociedade e Natureza, além do convívio mais geral com a historiografia pertinente ao tema, deve-se destacar alguns diálogos mais próximos.

Para o autor José Augusto Drummond em “*A História ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*”, o significado mais provocativo da história ambiental é considerar o fator tempo. Para ele, o tempo no qual se movem as sociedades humanas é uma construção cultural consciente. Seguindo os caminhos dos movimentos ambientalistas ou das instituições de pesquisa, e principalmente, o artigo de Donald Worster *Para fazer História ambiental* o significado mais correto seria um entendimento “ecológico” da sociedade e da cultura humana. Esse estudo, por vezes, se dá num recorte cultural ou político à região, mas sem esquecer as suas particularidades físicas e ecológicas: um parque nacional, a área de influência de uma obra (ferrovia, projetos de irrigação, represas etc.), as terras dos povos nativos invadidas por migrantes europeus, etc.

O historiador Carlos Alberto Menarin ressalta a importância da criação de Unidades de Conservação (UCs), no Brasil, por ser uma das principais formas de intervenção do Estado na proteção de áreas representativas dos biomas naturais do país, frente ao acelerado processo de exploração e dilapidação do meio ambiente imposto pelo sistema capitalista. Por outro lado, esse mesmo Estado vem agindo de modo a fomentar a expansão do mesmo Capital<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> MENARIN, Carlos A. **À sombra dos jequitibás – O Parque Estadual de Vassununga entre os interesses públicos e privados (1969-2005)**, p.30. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2011.

Por isso mesmo, segundo Silvia Helena Zanirato, a preservação deve ser uma função pública, que deve ocorrer de forma ousada, ciente de que o retorno da proteção traz benefícios incomensuráveis, entre os quais a regulação do ciclo da água, a retenção de carbono, os usos médicos e alimentares, construtivos e a fruição. Esse conjunto de benefícios justifica a necessidade de reconhecer o iniludível dever ético de garantir às gerações vindouras um ambiente conservado. Todavia, a conservação deve ser um objetivo assumido pelo conjunto social. A sobrevivência do legado patrimonial só pode ocorrer “se a necessidade de sua proteção for compreendida pela população”.<sup>6</sup>

Essa questão, por sua vez, não se desloca de uma outra relação que vê nas poucas áreas naturais um meio de valorizar economicamente o espaço social, numa perspectiva claramente mercantilista.

No caso da Área de Proteção Ambiental Cabuçu- Tanque Grande, aqui apresentada, a sua criação tem elementos específicos, naturais e históricos, que estabelecem a propagação, proteção e preservação da sua fauna silvestre e da vegetação nativa em relação com os seres humanos.

Para Felipe Crispim, dentro dos objetos e questões apresentados, compreende-se que esta pesquisa partiu de uma realidade local, e portanto, traz especificidades que usualmente costumam ser perdidas em contextos maiores, possibilitando refletir historicamente sobre tutelas de preservação que Estado e sociedade vêm utilizando sobre a natureza e perceber as transformações dos conceitos conservacionistas e preservacionistas que moldaram as políticas públicas de proteção à natureza. Por fim, traz indícios de como as sociedades vem construindo a ideia de natureza e projetando seu futuro<sup>7</sup>.

Desse modo, a presente pesquisa se justifica pela necessidade de ampliação de estudos no âmbito da historiografia que tragam reflexão entre

---

<sup>6</sup> ZANIRATO, Silvia H. O Patrimônio Natural do Brasil, p.128. *In*: **Projeto História**, nº 40. São Paulo, PUC/Educ, 2010.

<sup>7</sup> CRISPIM, Felipe.B. **Entre a Geografia e Patrimônio: estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo CONDEPHATT (1969-1989)**. São Bernardo do Campo: EDU-FABC/Fapesp, 2016

sociedade e natureza, abordando assim o processo de criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Cabuçu- Tanque Grande, tema emblemático e urgente de reformulações de modelos e conceitos de proteção da natureza.

Uma nova consciência ambiental se movimenta em todas as redes de relações, deixando claro que preciso reverter os pensamentos, como ventos que sopram invertidos. Esta pesquisa, contudo, nos mostrará que a ideia de desenvolvimento criada pela sociedade capitalista deverá ser questionada e repensada novos modelos menos agressivos ao ambiente.

Nosso recorte temporal tem a intenção de sinalizar o início da implantação de políticas públicas elaboradas e aprovadas no âmbito da lei. São elas, a Lei Municipal nº 6.055 de 30 de dezembro de 2004, o Plano Diretor, a Lei de Zoneamento Municipal nº 6.253, de 24 de Maio de 2007; a elaboração do Atlas Geoambiental da Região do Cabuçu Tanque Grande de 2008; o Projeto de Lei nº 418/2009, e por fim, a criação da Lei 6.798, de 28 de dezembro de 2010.

A complexidade do processo de Criação da Área de Proteção Ambiental Cabuçu-Tanque Grande, apresenta um duplo discurso. De um lado, é preciso problematizar que sua criação surgiu no protagonismo da Universidade de Guarulhos (UnG) nos estudos do Meio Ambiente, realizados em seu Programa de Pós-Graduação em Análise Geoambiental. De outro, é necessário articular uma interpretação sobre políticas públicas criadas para proteger a biodiversidade guarulhense, que nasce em meio ao debate do processo de construção do trecho Norte do Rodoanel Mário Covas, no qual a cidade de Guarulhos tem a necessidade de criar um instrumento com o qual pudesse negociar melhor a questão da construção da obra.

Esta dissertação está organizada em três capítulos, cada uma composta por tópicos, que se articulam em torno da temática central.

O primeiro capítulo diz respeito a história ambiental no contexto de preservação, o universo de pesquisa no qual inserem as preocupações sobre o meio ambiente. Dividido em três tópicos, o capítulo aborda a questão teórica, enfocando os problemas de como pesquisar e analisar a história ambiental, através de abordagens teórico-metodológicas. Posteriormente, trata

das questões gerais sobre o estudo da temática, das discussões que influenciaram a criação das primeiras áreas protegidas, a legislação e política ambiental no Brasil. No mesmo capítulo, apresenta também, a cidade de Guarulhos e os processos que levaram a criação das suas Unidades de Conservação (UCs) pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

O segundo capítulo apresenta a importância da criação da Área de Proteção Ambiental Cabuçu- Tanque Grande. A preocupação esteve em entender, por meio do olhar da história ambiental, a construção do discurso de preservação, que tem na sua origem, a contribuição acadêmica. A Universidade de Guarulhos (UnG) e o seu protagonismo nas pesquisas científicas sobre as questões ambientais na Região do Cabuçu. Compreende-se que a iniciativa da Universidade, como centro de pesquisa, foi construir uma imagem de eficiência desse projeto ao ser interpretado, lugar símbolo de proteção à natureza. O resultado está na produção do Atlas Geoambiental da Região do Cabuçu- Tanque Grande.

O terceiro e último capítulo, procura explorar algumas das direções de reflexão apontadas pelo material pesquisado sobre a consolidação do discurso de preservação, privilegiando a análise da elaboração das leis municipais. Investigando as atas das audiências públicas, percebeu-se longos processos de disputa travados entre forças ambientalistas e imobiliárias. Nota-se que as primeiras políticas de proteção ao meio ambiente em Guarulhos, foram identificadas no Segundo Plano Diretor de 2004, a lei que previa a criação da Área de Proteção Ambiental Cabuçu-Tanque Grande. Posteriormente, a Lei de Zoneamento de 2007, o Projeto de Lei de 2009 e a Lei de Criação de 2010.

Por fim, as considerações finais do ponto de vista historiográfico, acredita-se que a pesquisa realizada ilumina aspectos pouco estudados e conhecidos da história ambiental de Guarulhos. Elas apresentam um balanço da documentação analisada, apontando os seus limites e avanços sobre a temática e, de igual modo, ressaltam a importância da pesquisa de vir a contribuir para a gestão da Área de Proteção Ambiental Cabuçu-Tanque Grande, na construção de um projeto de Educação Ambiental.

## 1. A HISTÓRIA AMBIENTAL NO CONTEXTO DE PRESERVAÇÃO

### 1.1. Teorias, Conceitos e Método de Pesquisa

Estudar a relação entre sociedade e natureza requer que sejam pensadas todas as implicações que isso pode ter: a representação da natureza no passado, as mudanças ambientais através da história comparativa ou na história recente, na qual a natureza é objeto central de discussões e ações, e que ocasionam políticas públicas nas articulações e experiências humanas, ou seja, esse estudo constitui questionamento do presente.

Para Ana Carolina Moreira Ayres, estas análises partem da contemporaneidade e o historiador pode e deve ser um agente questionador das políticas adotadas, problematizando os modelos de desenvolvimento socioeconômico estruturados a partir do paradigma produtivista-consumista, que mantém, historicamente, uma visão predominantemente instrumental em relação à natureza. Elas devem também considerar os saberes tradicionais que outras culturas estabelecem em relação ao Meio Ambiente <sup>8</sup>.

Parece oportuno aqui lembrarmos a recomendação do historiador Marc Bloch sobre a intrínseca relação entre o passado e presente:

“[...] a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender um passado se nada se sabe do presente” <sup>9</sup>.

Como notou Michel de Certeau (2000), a escrita da história é parte da realidade social em que se encontra o historiador e, desse lugar, é que se investe de seus procedimentos de análise.

O surgimento da história ambiental, os seus níveis mais gerais de análise e as suas “tarefas” básicas são discutidos no artigo do historiador ambiente

---

<sup>8</sup> AYRES, Ana C. M. **O ciclo da Caapora – A RMSP e o Parque Estadual da Cantareira**. São Paulo: Annablume, 2008.

<sup>9</sup> BLOCH, MARC. **A apologia da história**, p.64. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

estadunidense Donald Worster intitulado “*Para fazer História Ambiental*” (trad. José Augusto Drummond do original “*Doing environmental history*”) e publicado em Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.4, n.8. 1991 p. 198-215.

Ambos os autores debruçam na História Ambiental, para tornar a disciplina de História muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Para Worster, a história ambiental rejeita, sobretudo, a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e “super-natural”, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas. Os historiadores ambientais, por outro lado, perceberam que não podemos mais nos dar ao luxo de sermos inocentes <sup>10</sup>.

A ideia de uma história ambiental começou a surgir na década de 1970, à medida que sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientalistas entre os cidadãos de vários países:

“Em outras palavras, ela nasceu numa época de reavaliação e reforma cultural, em escala mundial. A história não foi a única disciplina afetada por essa maré montante de preocupação pública: o trabalho na área do direito, filosofia, economia, sociologia e outras foi igualmente sensível a esse movimento. Muito tempo depois que o interesse popular pelos temas ambientais chegou ao máximo e começou a decair, conforme as questões se tomavam cada vez mais complicadas, sem soluções fáceis, o interesse acadêmico continuou a crescer e assumir uma sofisticação cada vez maior. A história ambiental nasceu portanto de um objeto moral, tendo por trás fortes compromissos políticos, mas, à medida que amadureceu, transformou-se também num empreendimento acadêmico que não teria uma simples ou única agenda moral ou política para promover. Seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de

---

<sup>10</sup> WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental, p.199. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991, p.198-215.

como seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados”<sup>11</sup>.

Warren Dean, em seu estudo pioneiro sobre as questões referentes à relação entre sociedade e natureza no tempo, inicia-nos nas discussões atuais sobre os problemas ambientais decorrentes do processo histórico baseado numa ideia de desenvolvimento a qualquer custo.

*A Ferro e Fogo* (2002) é a primeira aproximação do tema ambiental brasileiro na historiografia. Não se trata de uma história típica de grupos sociais definidos ou de sujeitos delimitados, mas de uma área em plena construção. O autor, que é americano mas brasilianista de formação, consegue descrever bem o nosso processo histórico de descaso com a natureza, nos apresentando seus estudos sobre a devastação da Mata Atlântica brasileira e chamando atenção para a responsabilidade que o estudo deve ter:

“A destruição dessas florestas [tropicais] é irreversível, no âmbito de qualquer escala temporal humana. Quando a floresta tropical é destruída, a perda em termos de diversidade, complexidade e originalidade não é apenas maior que a de outros ecossistemas: é incalculável. [...] O desaparecimento de uma floresta tropical, portanto, é uma tragédia cujas proporções ultrapassam a compreensão ou concepções humanas”. (DEAN, 2002:23)

A interdisciplinaridade no trato das questões ambientais é notória e se faz presente na maioria dos trabalhos acadêmicos em questão. Os limites e as possibilidades que distinguem a História, a Geografia, a Sociologia e Antropologia, por exemplo, são tênues. Mas a questão que difere a História das demais áreas é justamente a obviedade metodológica de esta manusear claramente o tempo histórico, ou seja, de abordar a história como processo.

---

<sup>11</sup> **Ibidem**, p.198-215.



Lembremos o estudo empreendido por Janes Jorge para conhecer a relação entre o processo de urbanização da capital paulista e o principal rio que atravessa a cidade, o emblemático rio Tietê, que segundo Paulo Henrique Martinez, nos faz pensar naquilo que a sociedade industrial destruiu. No rio que a cidade de São Paulo perdeu <sup>12</sup>.

Um dos níveis possíveis de análise para o historiador, segundo Donald Worster<sup>13</sup>, vem aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humana, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza. As pessoas estão constantemente ocupadas em construir mapas do mundo ao seu redor, em definir o que é um determinado recurso, em determinar que tipos de comportamento podem ser ambientalmente destrutivos e devem ser proibidos, de um modo mais geral, de escolher os fins de suas vidas.

Na aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970, o filósofo e pensador francês Michel Foucault pronunciou:

“O desejo diz: “Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz”. E a instituição responde: “Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua

---

<sup>12</sup> JORGE, Janes. **Tietê, o rio que a cidade perdeu: O Tietê em São Paulo 1890-1940**, p.7. São Paulo: Alameda, 2006.

<sup>13</sup> WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental, p.202. *In*: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991, p.198-215.

aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém”<sup>14</sup>.

Foucault desvenda a relação entre as práticas discursivas e os poderes que as permeiam. Ao percorrer os diversos procedimentos que cerceiam e controlam a sociedade, ele comprova que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar”.

“Mas pode ser que essa instituição e esse desejo não sejam outra coisa senão duas réplicas opostas a uma mesma inquietação: inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina, inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades” <sup>15</sup>.

O grande desafio do historiador ambiental é examinar as ideias como agentes ecológicos. Worster e Foucault faz questionarmos as escolhas que as pessoas fazem nos seus ambientes específicos. Que lógica, que paixões, que desejos inconscientes, que compreensão empírica influenciam essas escolhas? Como são essas escolhas expressas em rituais, técnicas e legislação? As opções, às vezes, são feitas nos corredores de palácios governamentais. Mas algumas decisões também são tomadas, mesmo nos dias atuais, tanto por

---

<sup>14</sup> FOUCAULT. Michel. **L'ordre du discours. Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970**, p.7. Paris: Éditions Gallimard, 1971.

<sup>15</sup> **Ibidem**, p.8.

instituições poderosas e centralizadas quanto pelos habitantes de casas e vilarejos isolados.

A observação de mudanças consideráveis no processo histórico justifica o recorte selecionado. A análise das políticas públicas relacionadas à questão ambiental nos coloca diante da tensão entre crescimento econômico e meio ambiente.

Na perspectiva da História Ambiental, o processo histórico-social aqui apresentado emergiu da importância de analisar os discursos de proteção do meio ambiente, da biodiversidade em Guarulhos, que resultou nas leis ambientais do Município no contexto da necessidade de pensar a relação entre desenvolvimento e conservação, além de fazer valer os dispositivos firmados.

## **1.2. A importância das Políticas de Proteção Ambiental no Brasil**

A preocupação com o meio ambiente é um fenômeno relativamente recente na sociedade contemporânea. Como consequência de um progresso científico extraordinariamente rápido e também das transformações sociais, surgiram novos problemas, enquanto outros que já existiam têm tomado dimensões inéditas.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em 1972, contribuiu para ampliar esse entendimento através da declaração de princípios na qual se afirmou que: “os recursos naturais, incluindo-se o ar, a água, a terra, a flora, a fauna e especialmente, amostras representativas dos ecossistemas naturais, devem ser salvaguardados em benefício das gerações atuais e das futuras, por meio do cuidadoso planejamento ou administração, conforme o caso” <sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> ZANIRATO. Silvia H. Usos sociais do patrimônio cultural e natural, p142. **Patrimônio e Memória**. Assis: UNESP-FCLAs-CEDAP, V.5, n.1, outubro de 2009

O Relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) sobre o progresso em direção à uma sociedade sustentável (BROWN, 1992) destaca:

- “Cerca de um bilhão de adultos não sabem ler ou escrever”;
- “Mais de 100 milhões de crianças em idade de cursar o primário não frequentam a escola”;
- “Cerca de 1,2 bilhão de pessoas carecem de água potável para beber”;
- “Uma em cada três crianças é subnutrida”;
- Aproximadamente 3 milhões de crianças morrem anualmente de doenças que poderiam ser evitadas por meio de imunizações”;
- “Um número mínimo de 140 espécies de plantas e animais é condenado à extinção a cada dia”;
- As florestas estão desaparecendo a uma taxa de cerca de 17 milhões de hectares por ano”.

O Brasil seguiu as orientações internacionais e instituiu programas e instituições responsáveis para a conservação da natureza. Um vasto campo normativo foi constituído com o objetivo de salvaguardar os bens naturais para as gerações atuais e vindouras.

As primeiras áreas protegidas foram influenciadas em grande parte pelas noções conservacionistas e preservacionistas da natureza. De acordo com Drummond e Franco (2009)<sup>17</sup> essas discussões envolveram projetos de cunho intelectual que alinharam a proteção da natureza às questões de identidade nacional e projeto de nacionalidade, no contexto do Governo Vargas, em que as concepções preservacionistas e conservacionistas estavam em voga.

Tal projeto envolveu debates sobre concepções de natureza nos anos de 1920 a 1940, que convergiram na Primeira Conferência Brasileira de

---

<sup>17</sup> Segundo a dissertação de Mestrado defendida por Júlia Amabile Aparecida de Souza Pinto. História e Patrimônio Ambiental: um estudo da floresta estadual Edmundo Navarro de Andrade, Rio Claro-SP (1974-2002), Unifesp, 2008 p.22 “Os autores estudaram Alberto José Sampaio, Armando Magalhães Corrêa, Cândido de Mello Leitão e Frederico Carlos Hoehne.

Proteção à Natureza<sup>18</sup> - em 1934, no Rio de Janeiro. Nessa reunião saíram vários entendimentos e discordâncias para a proteção à natureza, na qual destacaram-se dois discursos: o conservacionista e o preservacionista.

O discurso conservacionista defendeu uma compreensão do mundo natural como recurso econômico a ser explorado racionalmente no interesse de gerações presentes e futuras. Em contraponto, o preservacionismo entendeu a diversidade biológica como objeto de fruição estética. Essas noções chegaram ao Brasil com influência estrangeira e vão se tornar uma das bases de modelo e ações de proteção à natureza nas décadas seguintes, em especial na criação de áreas protegidas<sup>19</sup>.

Tais noções, portanto, influenciaram em boa medida os primeiros modelos de proteção à natureza, nos quais se destacam os hortos florestais no início do século XX, e, posteriormente, a primeiras áreas protegidas pelo Estado a partir da década de 1930.

É importante destacar que apesar da influência das noções preservacionistas e conservacionistas, elas nem sempre mantiveram bem definidas, mesclando e alterando ao longo das discussões e disputas pela criação de áreas protegidas (MENARIN, 2011:25)

Nos estudos de Silvia Helena Zanirato, os primeiros passos dos elementos naturais se encontram na Constituição de 1934 que assegurou a importância de proteger “as belezas naturais e os monumentos de valor artístico”. A proteção estatal se iniciou com o Código de Minas e o Código de Águas, que deram as bases para a nacionalização das riquezas do subsolo.

O Código Florestal de 1934 definiu as bases para a proteção territorial dos ecossistemas florestais, para exploração do recurso madeireiro e legitimou a ação dos serviços florestais, que já funcionavam em muitos estados, como o de São Paulo (1911), e em nível federal Serviço Florestal Federal, Seção de

---

<sup>18</sup> Teve o apoio do Museu Nacional do Rio de Janeiro e outras instituições e organizada pela Sociedade dos Amigos das Árvores.

<sup>19</sup> Como exemplo da influência estrangeira nesse congresso, houve a aceitação do conceito de parques nacionais a partir do Yellowstone (1872 – Uma área de oitocentos mil hectares localizado no Estado de Wyong destinado para o desfrute do povo com a ideia de preservar para a posteridade áreas dotadas de grande beleza natural em seu estado “selvagem”)

Parques e Florestas Nacionais (1921), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura.

Nas décadas seguintes foram ampliadas as normativas e órgão públicos, com o destaque para o Código Florestal de 1965 (lei 4.771/65), que substituiu o de 1934 e, após dois anos, a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF (decreto nº289/1967), encarregado de gerenciar o setor florestal brasileiro por meio de incentivos ao reflorestamento.

Na década de 1970, outras categorias de áreas protegidas foram elaboradas, e posteriormente foram classificadas como unidades de conservação.

Contudo, é necessário compreender o processo de criação dessas unidades de conservação no Brasil considerando a tensão entre as ações de proteção e a promoção do desenvolvimento econômico, imperativo das ações governamentais entre as décadas de 1950 (Desenvolvimentista) e 1970 (Ditadura Militar), em que a corrupção foi eficiente e um dos fatores para o não cumprimento dos códigos e normativas de proteção à natureza (DEAN, 1996). Como afirmam Ribeiro e Zanirato:

“A proteção ambiental é mais do que uma exigência romântica para manter ambientes naturais aprazíveis à contemplação. Ela envolve potencial e desenvolvimento econômico sobre novas bases” <sup>20</sup>.

Nesse sentido, das primeiras categorias de áreas protegidas para a sua definição mais atual como unidades de conservação, devem ser considerados os interesses econômicos, disputas políticas, o papel de movimentos ambientais que lutaram pela manutenção de uma exploração tradicional dos recursos da natureza e a influência de tratados internacionais <sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> RIBEIRO, Wagner C.; ZANIRATO, Silvia H. O Patrimônio Natural Sob Proteção. A construção de um ordenamento jurídico, p.219. *In: Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume; Fapesp. Campinas; NEPAM 2009, p.219-242.

<sup>21</sup> No último caso destaca-se a União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN), posteriormente denominada União Internacional para a Conservação da natureza (UICN) com sede em Gland na Suíça. Este organismo criado com influência da UNESCO, reuniu diversos países, cientistas, organizações não governamentais, entre outros, com objetivo de se tornar um marco internacional de referência e entendimento comum para as áreas protegidas, sendo sugeridos

No ano de 1973, foi criado, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) com incumbência de administrar os recursos ambientais e controlar as estações ecológicas e as áreas de proteção ambiental.

Em 1981 foi instituída a Política Nacional do Meio Ambiente do Interior e criado o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e em 1986 foi criado o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), com poder deliberativo e competências para estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais. Uma das características marcantes do CONAMA desde o início foi a participação da sociedade civil por meio de representações de movimentos ambientalistas e sociais.

Em 1989 foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), responsável pelo licenciamento ambiental, gestão de unidades de conservação federais e pela execução da Política Nacional do Meio Ambiente e, em 2000, foi instituída o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que define o conjunto de áreas a serem protegidas no âmbito federal, estadual ou municipal. A proteção visa a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais <sup>22</sup>.

Carlos Alberto Menarin, em seu livro sobre o Parque de Vassununga <sup>23</sup>, dá uma importante contribuição para a pesquisa do tema, traçando um panorama sobre as políticas públicas de proteção ambiental no Brasil, particularmente àquelas voltadas à criação de áreas naturais protegidas, desde o estabelecimento dos parques àquelas atualmente classificadas em Unidades de Conservação e que estruturam o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

---

áreas de Proteção Estrita, Conservação e Proteção de Ecossistemas, Conservação de Paisagem Terrestre, Marinha e Recreação, com várias sub categorias de manejo.

<sup>22</sup> ZANIRATO, Silvia H. Usos sociais do patrimônio cultural e natural, p.143. **Patrimônio e Memória**. Assis: UNESP-FCLAs-CEDAP, V.5, n.1, outubro de 2009

<sup>23</sup> MENARIN, Carlos A. **À sombra dos jequitibás – O Parque Estadual de Vassununga entre os interesses públicos e privados (1969-2005)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

### Quadro 1 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CATEGORIAS DO SNUC

Unidades de Proteção Integral	Unidades de Uso Sustentável
Estação Ecológica Reserva Biológica Parque Nacional Monumento Natural Refúgio de Vida Silvestre	Área de Proteção Ambiental Área de Relevante Interesse Ecológico Floresta Nacional Reserva Extrativista Reserva de Fauna Reserva de Desenvolvimento Sustentável Reserva Particular do Patrimônio Natural

Fonte: SNUC 2000. Organização: Júlia Amabile, 2017

Outro fato importante foi a constituição de 1988, que em seu artigo.225 contempla o meio ambiente da seguinte forma:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”<sup>24</sup>.

O que deve ser observado é que a Constituição de 1988 não incluiu o bioma do Cerrado como patrimônio nacional. No entanto, nessa constituição o meio ambiente foi tratado como direito relacionado à qualidade de vida, considerando patrimônio nacional e ligado à identidade brasileira, sendo necessário preservá-lo para: “as presentes e futuras gerações”.

Metaforizar as transformações do discurso através de um vocabulário temporal conduz necessariamente a utilização do modelo de consciência individual, com sua temporalidade própria. Tentar ao contrário decifrá-lo através

<sup>24</sup> BRASIL, 1988. Grifos nossos.



de metáforas espaciais, estratégicas, permite perceber exatamente os pontos pelos quais os discursos se transformam em, através de e a partir das relações de poder. (FOUCAULT, 2002:158)

Segundo Foucault “território é sem dúvida uma noção geográfica, mas antes de tudo uma noção jurídico política, aquilo que é controlado por um certo tipo de poder. Campo; noção econômica-jurídico. Deslocamento: um exército, uma tropa, uma população desloca. Domínio: noção jurídico-política. Solo: noção histórico-geográfica. Região: noção fiscal, administrativa e militar. Horizonte: noção pictórica, mas também estratégia. Destas, só uma noção é verdadeiramente geográfica, a de arquipélago. (FOUCAULT, 2002:159)

Ao analisarmos o Código de 1934, notamos que no processo histórico os campos de poder deslocam-se no tempo. As intenções do Código Florestal de 1934 se distinguem das do Código Florestal que vigorou em 1965, o mesmo com a Constituição de 1988, quando uma revisão mais detalhada e completa foi editada.

### **1.3. Guarulhos: a cidade e suas Unidades de Conservação**

Guarulhos, com 458 anos, é hoje o segundo município paulista com maior população de 1.365.899 habitantes segundo IBGE (2018), tendo moldado seu território, planícies, colinas, morrotes e morros com ocupações nem sempre ordenadas, dentre seus 318,014 km<sup>2</sup> de extensão.

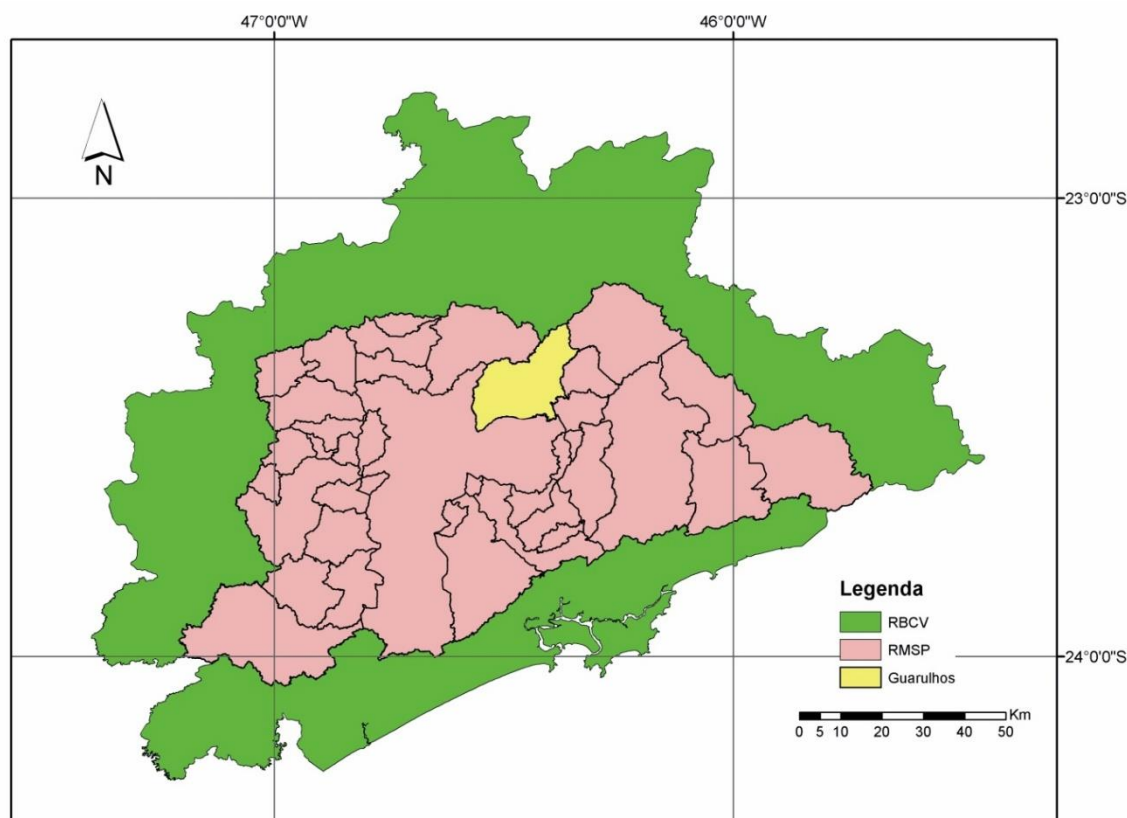
Dentro do contexto rodoviário, o município possui três grandes rodovias sendo elas a Rodovia Fernão Dias, Presidente Dutra e Ayrton Senna, facilitando assim a concentração de indústrias – polo industrial de Cumbica, somando aproximadamente 4.266 indústrias, (GUARULHOS, 2011). No ano de 2013, foram iniciadas as obras de implantação do Rodoanel Mario Covas – Trecho Norte, cujo traçado passa pela a área objeto da pesquisa.

O município está localizado a nordeste da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, composta por 39 municípios, ocupando a 8ª economia do país

no ano de 2011, tendo o maior complexo aeroportuário da América do Sul (GUARULHOS, 2011). Como municípios circunvizinhos tem Mairiporã e Nazaré ao norte, Santa Isabel ao nordeste, Arujá ao leste, Itaquaquecetuba ao sudeste e São Paulo a sul, sudeste, oeste e noroeste.

Para Ramos (2002), nas últimas décadas, a Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, tem passado por um processo de crescimento intenso e desordenado a uma taxa da ordem de 20 km<sup>2</sup>/ano. Em 1991, a população era de aproximadamente 15 milhões de habitantes e em 2006 atingiu 19,7 milhões (EMPLASA, 2007), numa área urbanizada de cerca de 1.500 km<sup>2</sup>.

**Figura 1:** Mapa de Localização de Guarulhos na RBCV e na RMSP.



Fonte: Atlas Geoambiental de Guarulhos/ 2008

O resultado é que a mancha urbana alcançou áreas onde predominam os terrenos cristalinos, com declividades mais acentuadas e solos rasos suscetíveis ao processo erosivo e, dependendo da forma de uso da terra, ocorre manifestação intensa de erosão, capaz de proporcionar elevadas taxas de produção de sedimentos que acabam por atingir os principais rios da região até o rio Tietê, segundo Campagnoli (2002).

A expansão periférica das áreas urbanas, por vezes sem bases legais, em terrenos cada vez menos favoráveis, sobre áreas de relevo intenso como morros, vem provocando alterações geoambientais significativas e gerando áreas suscetíveis à erosão e aos escorregamentos.

A RMSP concentra uma população estimada em 16,3 milhões de habitantes, dos quais 10 milhões estão situados no município de São Paulo; tendo 1.747 km<sup>2</sup> de área urbanizada. Além da concentração da urbanização a RMSP corresponde a mais de 50% do PIB do Estado e a 18,55% da riqueza do País (SÃO PAULO, S/D).

Para manter estes dados econômicos descritos acima, a expansão na RMSP vem se intensificando cada vez mais, resultando em menos áreas verdes e mais áreas urbanas, com vários impactos ambientais decorrentes da perda dos serviços ecossistêmicos da biosfera (OLIVEIRA et al. 2009).

De fato, a RMSP situa-se na RBCV, criada em 1994 pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Esta região possui uma área total de 17.600 km<sup>2</sup>, onde residem 10% da população nacional, o equivalente a 23 milhões de pessoas. No território da RBCV há 2.200 km<sup>2</sup> de área urbana, que ainda contrasta com a exuberância de sua cobertura vegetal correspondente a 6.140 km<sup>2</sup>. (RBCV, 2003).

As reservas da biosfera são áreas reconhecidas pelo Programa O Homem e a Biosfera, que inovam e demonstram abordagens para a conservação e o desenvolvimento sustentável. Este programa conhecido internacionalmente desde 1976 (MaB – *Man and Biosphere*) e gerido pela UNESCO, (RBCV, 2003).

Ao todo 73 municípios paulistas compõem a RBCV, que também inclui a Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS.

Entretanto as ameaças a RBCV remontam à época do Brasil colônia, tendo suas árvores inicialmente substituídas pelo café, cana-de-açúcar e pasto para pecuária; como demonstra Setzer (1955), num estudo sobre o potencial do solo para agricultura realizado na década de 1940, que já apontava a necessidade de preservação do cinturão verde de São Paulo para continuidade dos serviços ambientais futuros, principalmente na produção de alimentos.

Atualmente, as ameaças estão cada vez mais intensas não dando chance à recomposição natural das áreas verdes.

Warren Dean, em seu livro *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica*, nos mostra que o cultivo do café foi o principal responsável pelo desmatamento da Mata Atlântica durante o século XIX em São Paulo. As queimadas realizadas entre agosto e setembro, para a limpeza da propriedade moldavam o panorama visual: “uma nuvem amarelada pairava sobre a província durante esses meses, obscurecendo o sol de dia e apagando as estrelas a noite”<sup>25</sup>.

Com o processo de expansão urbana da RMSP não só são eliminados os serviços ecossistêmicos das coberturas vegetais como também são geradas áreas de riscos geológicos. Portanto, a degradação ambiental das áreas assim ocupadas soma dois ônus: a perda dos serviços e os prejuízos econômicos e os danos sociais decorrentes dos processos geohidrológicos que se manifestam intensamente.

Para enfrentar esta situação o Conselho da RBCV instalado no Instituto Florestal da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, vem promovendo várias ações com destaque para o Programa de Jovens, Meio Ambiente e Integração Social – (PJ – MAIS).

O PJ é um programa de educação ecoprofissional e formação integral tendo como público alvo adolescentes entre 15 e 21 anos de idade, habitantes de zonas periurbanas do entorno da RBCV. Em dez anos, o programa atendeu mais de 1.300 jovens, sendo que um dos seus Núcleos de Ação corresponde ao município de Guarulhos.

A área objeto de pesquisa situa-se nestas condições de estar sujeita à ocupação de um uso da terra com limitações legais e ambientais, no entorno do Núcleo Cabuçu do PEC, cuja cobertura vegetal é considerada uma das maiores florestas urbanas do mundo. Assim, estabeleceu-se um forte contraste entre

---

<sup>25</sup> DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica**. São Paulo: Cia das Letras, p. 200.

uma área de conservação integral e a área contígua, objeto da pesquisa, sujeita a um uso da terra sem sustentabilidade ambiental.

A região do Cabuçu Tanque Grande, situada no município de Guarulhos, Região Metropolitana de São Paulo, compreende o Núcleo Cabuçu (26,7 Km<sup>2</sup>) do Parque Estadual da Cantareira e área de entorno (32,2 Km<sup>2</sup>), denominada, pelo Projeto, Zona de Defesa do Núcleo Cabuçu (ZD), perfazendo um total de 58,9 Km<sup>2</sup>

O Parque Estadual da Cantareira é uma Unidade de Conservação criada através do Decreto nº 41.626/63. Possuindo 7.916,52 hectares, abrange parte dos municípios de São Paulo, Caieiras, Mairiporã e Guarulhos. Trata-se de um grande fragmento de Mata Atlântica que abriga diversas espécies de fauna e flora, além de mananciais d'água de excelente qualidade.

A área do Parque foi tombada no final do século passado como forma de garantir o abastecimento da cidade de São Paulo, por meio das Represas do Engordador, Barrocada e Cabuçu. Sua conservação garante a preservação dos atributos naturais desta região.

Ela possui 90,5 quilômetros de perímetro e diversos tipos de uso do solo em seu entorno, como sítios, chácaras de recreio, condomínios de alto padrão, pedreiras, áreas densamente urbanizadas e terrenos com mata nativa.

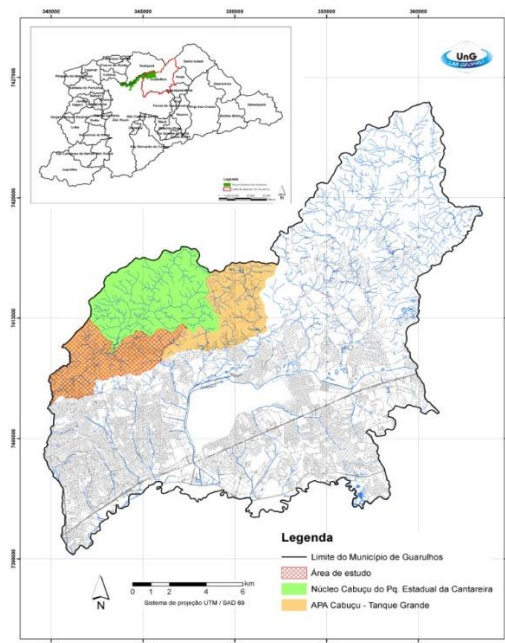
Vale ressaltar que a Serra da Cantareira compreende a área do parque, de domínio patrimonial público e diversas propriedades particulares, urbanas e rurais. Portanto, o parque é a maior parte da Serra, mas não toda ela.

O Núcleo Cabuçu, localizado no Município de Guarulhos, foi objeto de acordo firmado entre o Instituto Florestal, a Secretaria de Meio Ambiente do Município de Guarulhos e o Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) do mesmo município, visando proteger e conservar o Núcleo, para reativar a captação e armazenamento de água do Cabuçu para fins de abastecimento de alguns bairros de Guarulhos (300/1s). Essa reativação do sistema, iniciada em 2002, resgata a política sanitária de aproveitamento de mananciais protegidos, para o abastecimento de São Paulo, vigente no final do século XIX e início XX,

e destaca o papel dos serviços ambientais da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo (RBCV)<sup>26</sup>

A área objeto da pesquisa corresponde a quase totalidade do bairro Cabuçu de Guarulhos (320 km<sup>2</sup>), município que integra a Região Metropolitana de São Paulo – RMSP que abrange 39 municípios, numa área de cerca de 8.000 km<sup>2</sup>. A Figura 1 apresenta a localização da área em Guarulhos e na RMSP.

A área objeto da pesquisa (16,2 km<sup>2</sup>), corresponde ao setor da APA Cabuçu – Tanque Grande (32,2 km<sup>2</sup>), conhecido como região do Cabuçu, conforme delimitação da zona de defesa no entorno do Núcleo Cabuçu (26 km<sup>2</sup>) do Parque Estadual da Cantareira – PEC (80 km<sup>2</sup>), apresentado no Atlas Geoambiental da Região Cabuçu – Tanque Grande, Guarulhos, SP (OLIVEIRA et al. 2008). Portanto os limites da área objeto coincidem com os da denominada região Cabuçu, dentro da APA, conforme delimitação apresentada na Figura 2.

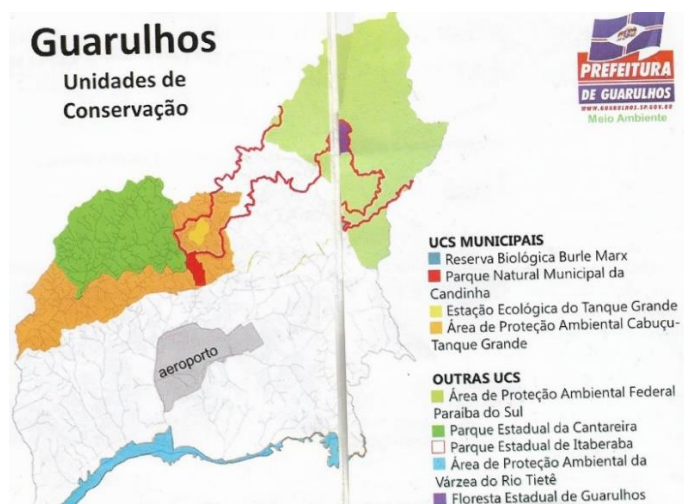


**Figura 2:** Mapa de localização da área da pesquisa no Município de Guarulhos e na RMSP  
Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da UnG/2008

<sup>26</sup> Dados do **Atlas Geoambiental da Região Cabuçu-Tanque Grande Guarulhos-SP**, p.10, de 2008, organizado pelo Professor doutor Antonio Manoel dos Santos Oliveira, da Universidade de Guarulhos, responsável pela elaboração do Projeto da Área de Proteção Ambiental Cabuçu Tanque Grande.

Assim, Guarulhos se destaca, por apresentar, em cerca de 30% do seu território, remanescentes importantes da Mata Atlântica, desta forma vem assumindo os compromissos da Convenção sobre Diversidade Biológica por meio da identificação, avaliação e gestão de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade no município, considerando acima de tudo, sua importância e representatividade para a proteção dos recursos naturais, bem como para o desenvolvimento sustentável local.

Conforme registros da Secretaria do Meio Ambiente de Guarulhos, existem cinco Unidades de Conservação Municipais. São elas: Reserva Biológica Burle Marx, Parque Natural Municipal da Candinha, Estação Ecológica do Tanque Grande e a Área de Proteção Ambiental Cabuçu-Tanque Grande. Além destas Unidades de Conservação Municipais, Guarulhos faz parte também de outras Unidades de Conservação Estaduais e Federais. São elas: Área de Proteção Ambiental (APA) do Paraíba do Sul - Unidade de Uso Sustentável Federal criada pelo Decreto Federal nº 87.561 de 13/09/1982, Parque Estadual do Cantareira – Unidade de Proteção Integral Estadual criada pelo Decreto Estadual nº 41.626/1963, Parque Estadual de Itaberaba – Unidade de Proteção Integral Estadual criada pelo Decreto nº 55.662, de 30/03/2010, Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê – Unidade de Uso Sustentável Estadual criada pela Lei Estadual nº 5.598, de 06/02/1987 e a Floresta Estadual de Guarulhos – Unidade de Uso Sustentável Estadual criada pelo Decreto Estadual nº 55.662, de 30/03/2010. Podemos visualizar na Figura 3.



**Figura 3.** Guarulhos e suas Unidades de Conservação (UCs)

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente de Guarulhos

A Reserva Biológica Burle Marx foi criada através da Lei nº 3.703/90, é uma Unidade de Conservação Municipal que tem como principal função a preservação da natureza e de seus atributos, sem interferência humana ou modificações ambientais, exceto as necessárias à preservação do equilíbrio natural e da biodiversidade.

É uma importante Unidade de Conservação (UC) que garante a manutenção e a evolução da biodiversidade na cidade de Guarulhos e no Estado de São Paulo. Funciona em conjunto com o Horto Florestal que contribui para os projetos de arborização e recuperação de áreas degradadas, além de um Centro de Educação para Conservação Ambiental.

A Estação Ecológica do Tanque foi criada através do Decreto Municipal nº 28.273/2010, é uma categoria de Unidade de Conservação de Proteção Integral que tem como objetivo a preservação ambiental e a realização de pesquisa científica. O mais importante é que seja garantido para esta Unidade de Conservação um percentual de 90% de áreas destinadas à preservação integral da biota.

A flora e fauna da região são muito diversificadas, estando presentes muitas espécies endêmicas da Mata Atlântica e do Brasil nos levantamentos realizados, além de um número considerável de espécies ameaçadas de extinção segundo diversas listas importantes, como as oficiais para fauna e flora publicadas pelo Ministério do Meio Ambiente e internacionais como as constantes na lista vermelha das espécies ameaçadas de extinção publicada pela IUCN.

Por fim, o Parque Natural Municipal da Cultura Negra Sítio da Candinha, criado através da Lei Municipal nº 6.475/2008, o Parque Natural está localizado no bairro do Bananal em Guarulhos. É uma Unidade de Conservação de Proteção Integral que tem como objetivo a preservação do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural, a conservação da biodiversidade e garantia da manutenção dos serviços da biosfera.

Abriga a Casa da Candinha, bem tombado pelo Município. Considerada uma das únicas remanescentes do período escravista da Região Metropolitana de São Paulo, tendo sido tombada pelo Decreto nº 21143/2000.



O Parque sobrepõe-se à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) e à Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo (RBCV) e também contribui na composição do corredor ecológico Cantareira- Mantiqueira, fazendo limites com os Parques Estaduais da Cantareira (PEC) e de Itaberaba, além de sua proximidade com a Área de Proteção de Mananciais do Tanque Grande. Sendo uma Unidade de Conservação Municipal, do Grupo de Proteção Integral, tem como função a preservação da natureza e de seus atributos, sem interferência humana ou modificações ambientais, exceto as necessárias à preservação e ações de manejo para a preservação do equilíbrio natural e diversidade biológica.

## **2. A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CABUÇU TANQUE-GRANDE: A IMPORTÂNCIA DE SUA CRIAÇÃO**

### **2.1. A Universidade de Guarulhos (UnG) e seu protagonismo nas pesquisas científicas sobre as questões ambientais na Região do Cabuçu.**

A ausência de um planejamento urbano efetivamente eficaz pode trazer sérias consequências para uma cidade. O processo de urbanização altera uma série de elementos da paisagem, incluindo o solo, a vegetação, a geomorfologia, a fauna, a hidrografia e até o clima. Os desequilíbrios causados na paisagem pela degradação em uma área de bacia hidrográfica ou em um de seus compartimentos, tais como: encostas, vales, meandros ou nascentes e mananciais, são em alguns casos irreversíveis e provocam danos irreparáveis ao ambiente.

Seguindo a mesma tendência dos grandes centros urbanos, a expansão urbana em Guarulhos trouxe grandes desafios para manutenção da integridade de seus recursos hídricos, o que vem gerando sérios conflitos de ocupação em áreas inadequadas e efeitos negativos sobre os remanescentes naturais de floresta e em faixas de proteção de cursos d'água. Facilitando assim muitos processos erosivos, escorregamento e degradação dos recursos.

O Projeto Cabuçu UNG/FAPESP <sup>27</sup>, coordenado pelo Prof. Antonio Manoel dos Santos Oliveira, nasceu com o objetivo de possibilitar pesquisas no nível Mestrado e Doutorado, que ajudassem criar políticas públicas para a proteção do meio ambiente em Guarulhos. O principal foco foi o “Diagnóstico Ambiental para o Manejo Sustentável do Núcleo Cabuçu do Parque Estadual da Cantareira e Áreas Vizinhas do Município de Guarulhos”. Apoiados pela FAPESP, o objetivo era diagnosticar e analisar as condições ambientais da área Núcleo Cabuçu do Parque Estadual da Cantareira, sujeito à ocupação urbana, sempre acompanhada de degradação ambiental quando inadequadamente conduzida.

Com os desdobramentos das pesquisas, podemos afirmar a possibilidade da Criação da Área de Proteção Ambiental.

Dentre as pesquisas realizadas, podemos destacar estas na Universidade de São Paulo (USP): *Cartografia de aptidão para assentamento urbano do município de Guarulhos/SP*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999; *Planejamento ambiental da APA Cabuçu – Tanque Grande Guarulhos – SP*. Tese (Doutorado em Geografia Física), Programa de Pós – Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo. 2009. (ANDRADE).

Na bibliografia destacam-se as pesquisas realizadas na Universidade de Guarulhos por:

- *Diagnóstico ambiental para o manejo sustentável do Núcleo Cabuçu do Parque Estadual da Cantareira e áreas vizinhas do município de Guarulhos*. 2005. Laboratório de Geoprocessamento da Universidade de Guarulhos, Guarulhos, 2005. 109 p. 2 v. Mapas. (Relatório FAPESP – Processo 01/02767-0). (OLIVEIRA, et. al)
- *Análise geoambiental de áreas de riscos a escorregamentos nos loteamentos do Recreio São Jorge e Novo Recreio, município de Guarulhos-SP*. 2008. Dissertação de Mestrado em Análise Geoambiental – Centro

---

<sup>27</sup> OLIVEIRA, A.M.S. et al. Análise Geoambiental Integrada da Bacia Hidrográfica Taquara do Reino- Guarulhos (SP), por meio da abordagem de Multiparâmetros ambientais. In: **Revista UNG Geociências** V.15, N.1, 2016.

de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão – Universidade de Guarulhos, 2008. (GOMES)

- *Condicionantes geoambientais no processo histórico da ocupação territorial do município de Guarulhos, Estado de São Paulo. 2007.* Dissertação de Mestrado em Análise Geoambiental – Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão – Universidade de Guarulhos, 2007. (GRAÇA)
- *Comportamento hídrico de superfície da bacia do rio Cabuçu de cima, Núcleo Cabuçu do Parque Estadual da Cantareira, Guarulhos, SP. 2007.* Dissertação de Mestrado em Análise Geoambiental – Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão – Universidade de Guarulhos, 2007 (LAVACA)
- *Unidades de conservação no município de Guarulhos Estado de São Paulo: Aspectos Jurídicos e Geoambientais. 2012.* Dissertação de Mestrado em Análise Geoambiental - Centro de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão – Universidade Guarulhos, 2012. (FONSECA)
- *Geotecnogênicas das alterações provocadas pelo uso da terra da região do Cabuçu, Guarulhos, SP.* Dissertação de Mestrado em Análise Geoambiental – Centro de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão – Universidade de Guarulhos, 2014. (MARQUES)

A ocupação da região do Cabuçu é relativamente antiga, entretanto, não houve ainda uma sistematização do conhecimento histórico que se encontra disperso em rara bibliografia e no testemunho dos moradores mais antigos.

Destaca-se também a pesquisa de Graça (2007), voltada aos condicionantes geoambientais no processo histórico da ocupação territorial de Guarulhos, desenvolvida no âmbito do Mestrado em Análise Geoambiental da UnG que, entretanto, apresenta um quadro regional sem detalhar a região do Cabuçu. Por fim, deve-se fazer menção especial às pesquisas de Andrade (2009) e Marques (2014), que reconhecem fases recentes de ocupação da região do Cabuçu.

Assim, documentar a história da região, o objetivo específico da presente pesquisa, constitui contribuição relevante à memória da ocupação da

periferia da RMSP, sujeita a uma dinâmica acelerada de transformação que apaga os vestígios das ocupações anteriores.

Para a urbanista Raquel Rolnik em *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*, a história da legislação urbana em São Paulo reafirma a clássica proposição de Sérgio Buarque de Holanda em seu texto *O semeador e o ladrilhador* de que a colonização portuguesa, ao contrário da espanhola, não possuía um conjunto sistemático de regras escritas para o desenho da cidade.

Ainda segundo Rolnik <sup>28</sup>, a história das cidades é marcada por eventos especiais ou corriqueiros que agem sobre a imensa inércia dos edifícios e das tradições. Podemos captar esse movimento de múltiplas formas: por meio da história social, na trilha dos sujeitos que a constituem; através da história intelectual, captando as ideias e conceitos que tecem sua cultura por meio da história de sua arquitetura e urbanismo, numa cartografia de sua geografia construída pelo homem.

Com esse resgate específico da história da ocupação torna-se mais viável compreender a paisagem atual, cicatrizes de processos, ativos ou não, cujas causas podem não estar mais presentes, como, por exemplo, a identificação de escavações como cicatrizes de antigas olarias que forneceram tijolos para São Paulo no início do século XX (KISHI, 2007).

No importante ano de 1850, quando cessa o tráfico negreiro, coincidentemente é erguida por um escravo, Raimundo Fortes, a capela do Senhor Bom Jesus da Cabeça na parte alta da Fazenda Cabuçu pertencente a Sra. Joaquina Fortes de Rendon e Toledo, que constitui a primeira ação antrópica de uso do solo, como edificação, identificada na região.

---

<sup>28</sup> ROLNIK, R. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997. p.13

**Figura 4.** Capela Bom Jesus da Cabeça – construída em 1850. Fonte: Marques:2014



A partir de 1870, inicia-se a busca por mão-de-obra assalariada oriunda principalmente dos imigrantes, pois como cita D’Alambert (1993): “[...] os *tijolos solucionaram problemas técnicos e construtivos das fazendas*”, entre os problemas técnicos se destacam o armazenamento dos grãos, pois a partir da construção de galpões com os tijolos foi possível ter maior resistência às intempéries.

Segundo D’Alambert (op.cit.), o uso do tijolo em terras paulistas ocorreu na metade do século XIX, ocasionado pela mudança de status social e econômico. Inclusive, a imigração contribuiu para a rápida propagação das olarias, pois os imigrantes traziam consigo técnicas mais aprimoradas sobre a fabricação do tijolo cozido.

Este novo modelo de emprego de mão de obra paga se multiplica por vários bairros paulista, como Bom Retiro, Barra Funda, Freguesia de Ó, Penha e outros. De modo não diferente, o mesmo ocorre também pelos bairros de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarulhos, com destaque para as olarias localizadas nos bairros da Ponte Grande, Vila Augusta, Gopouva, Vila Galvão e Cabuçu.

Em 1880, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarulhos, consegue sua emancipação em relação a São Paulo, passando a ser chamada de Conceição de Guarulhos. Segundo Oliveira et al. (2008), “a nova economia marca também o período de transição da escravidão para o trabalho assalariado”. Em âmbito nacional é construída em Diamantina - Minas Gerais a primeira usina hidrelétrica – 1883.

O escoamento dos tijolos para a Capital era feito por meio de tração animal e hidroviário – Rio Tietê; tendo contribuído para construção de grandes obras como a Pinacoteca do Estado, Muro da Santa Casa de Misericórdia, Teatro Municipal, Museu do Ipiranga e Palácio das Indústrias (OLIVEIRA, 2008).

Em 1889 o Brasil é proclamado república. No estado de São Paulo em 1890, o abastecimento de água começa a demonstrar sinais de sua fragilidade devido ao desmatamento oriundo das fazendas localizadas na floresta da Cantareira, obrigando o governo da época desapropriar as fazendas a fim de se recuperar a vegetação para proteger os recursos hídricos.

O relacionamento econômico com São Paulo avança ainda mais com a implantação, em 1904, do sistema de captação e adução de águas do Cabuçu para abastecer São Paulo, segundo plano de saneamento da capital de aproveitamento das águas da Cantareira (FONSECA, 2007). Este fato, importante para Guarulhos, tem forte destaque na região objeto desta pesquisa, por se tratar de obra de engenharia civil pioneira na América do Sul (TELLES, 1993).

**Figura 5:** Desmatamento no entorno do lago artificial da barragem do Cabuçu.



Foto: Relatório da Repartição de Água e Esgoto de 1906. Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo.

Todo este processo concorreu para que em 1906, Conceição de Guarulhos conquistasse o status de Cidade passando a ser chamada de Guarulhos.

**Figura 6:** Construção da adutora e abertura da Estrada do Cabuçu.



Foto: Relatório da Repartição de Água e Esgoto de 1906. Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo.

Para que a água do Cabuçu fosse conduzida à cidade de São Paulo, foram construídos 17.000 m de adutora com o mesmo material da barragem – concreto armado – Figura , com capacidade de 500 litros de água por segundo (FONSECA, 2007). A adutora segue o fundo do vale em paralelo com o rio Cabuçu e, entre um e outro, foi aberto um caminho por onde passavam os carros de boi e os animais carregando os materiais para as obras, que viria a ser hoje a conhecida Estrada do Cabuçu. Para acomodar os operários foram construídas casas para os mesmos na borda da Estrada do Cabuçu.

Contudo toda a fatura de matéria prima para a fabricação de tijolos encontrada em Guarulhos (argila, madeira e água), chamou a atenção do cafeicultor Gabriel Silveira Vasconcelos, que em 1911 instalou a primeira indústria de



Guarulhos na região da Vila Galvão, a Cerâmica Paulista (OLIVEIRA, 2008), localizada as margens do rio Cabuçu, que, além da produção de tijolos, também passou a fabricar telhas e cerâmicas.

**Figura 7:** Ruína da olaria que ficava localizada na Vila Julieta de propriedade do Sr. Hans Heitel Hohl.



Foto: D.S. Marques - 2004.

Com uma demanda operária e um fluxo de produção oleira crescente, em 1915, chega a Guarulhos o primeiro transporte ferroviário o Ramal Tramway Cantareira, que ligou os bairros Vila Galvão, Torres Tibagy, Gopouva e Vila Augusta a Capital (FERNANDES et al. 2008). O transporte ferroviário possibilitou a instalação de indústrias ao longo do perímetro férreo chegando a contabilizar em 1945 cinquenta e oito indústrias em Guarulhos, e a instalação da indústria automobilística no país em 1957. Todo este processo industrial potencializou-se com a construção das duas principais rodovias que corta a Cidade - Dutra (1944) e Fernão Dias (1961).



Até a década de 1960, Guarulhos era uma cidade completa em relação ao transporte servida de sistema hidroviário – (Rio Tietê), Rodoviário – (ligação Capital, Rio de Janeiro e Minas Gerais) e Ferroviário (Bairro-Capital). A chegada das estradas coincide na mesma década em que o governo passou a estimular a ocupação da Amazônia. Em 1965 o ramal Traway Cantareira – Guarulhos foi desativado, ficando assim uma lacuna no transporte da Cidade, que, também perdeu a navegação do Tietê, devido ao processo de industrialização e ocupação habitacional.

Em 1985 Guarulhos passa a ser conhecida mundialmente pela sigla GRU, devido à construção do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, tendo a região de Cumbica se transformado em um polo industrial de Guarulhos.

Guarulhos se torna uma cidade de grandes oportunidades econômicas devido sua posição geográfica dentro da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP. Hoje concentra uma população estimada em 1.221.979 habitantes (IBGE, 2010), distribuída em 45 bairros; ostenta a oitava posição da economia nacional com um grande contraste de distribuição de infra-estrutura nos bairros. O município prossegue em sua vocação industrial com perspectivas de forte expansão urbana. Segundo site oficial da Prefeitura, desde 2008, Guarulhos passou a tratar 25% do esgoto que é produzido pela população (GUARULHOS, 2012)



**Figura 8:** Lixão na região do Cabuçu no início da década de 1990.

Foto: site da empresa Quitaúna, acesso em 20.07.18,

O lixão se transformou em aterro controlado em 1999 e, em 2002, foi transformado em aterro sanitário, expandindo a área de disposição.

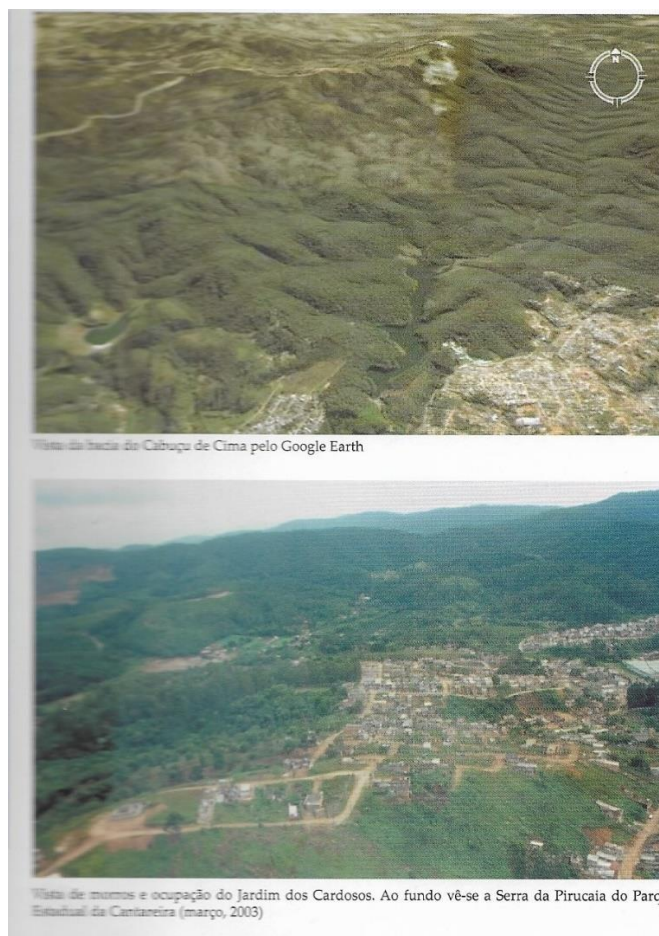
Toda essa expansão aguçou a instalação de grandes empreendimentos, como o Hotel e Centro de Convenções Santa Mônica, Instituto Manoel Moreira Giesteira de Promoção Humana, Fazenda Três Marias, que foi utilizada como área de empréstimos e deposição de resíduos. A indústria também se instalou com a Empresa Higie Topp de Produtos Higiênicos e Beneficiadora de Legumes Batista.

Nessa última década o Cabuçu ganhou mais dois loteamentos o Jardim Santa Mônica e a Vila Julieta, unindo-se aos já existentes Morro do Sabão, Jardim Siqueira Bueno, Jardim Monte Alto, Jardim dos Cardosos, Chácaras Cabuçu, Recreio São Jorge e Novo Recreio, compondo o cenário urbano atual da região do Cabuçu (MARQUES, 2014).

Sobre o padrão periférico de crescimento urbano baseado no tripé casa própria, loteamento clandestino e autoconstrução, bem como em condições generalizadas de ilegalidade, há uma vasta literatura produzida especialmente a partir da década de 1970, como Maricato (1982), Bonduki e Rolnik (1982), Costa (1983) e Grostein (1987)

Estudos destes autores apontam, em grande medida, que o avanço da informalidade na periferia ocorreu sobre áreas frágeis do ponto de vista ambiental, muitas vezes protegidas pela legislação restritiva. Como demonstra Bonduki (2000), as qualidades naturais dessas áreas, somadas às próprias restrições legais impostas pelo conjunto normativo, determinaram sua paulatina desvalorização e crescente rejeição por parte do mercado imobiliário privado. Sem valor no mercado imobiliário formal, as áreas mais frágeis da cidade passaram a dar suporte às moradias precárias produzidas pela população de baixa renda, a qual, por absoluta falta de alternativas, passou a ocupar beiras de córregos, encostas de morros, terrenos sujeitos a enchentes ou áreas de proteção ambiental.

**Figura 9:** Vista da bacia do Cabuçu de Cima e dos morros e ocupação do Jardim dos Cardosos. Ao fundo vê-se a Serra da Pirucaia do PEC. Março/2003



Fonte: Atlas Geoambiental da Região do Cabuçu Tanque-Grande/2008

As condições da região do Cabuçu apresentam várias restrições legais ambientais relativas a áreas de preservação permanente segundo o Código Florestal do Brasil (BRASIL, 2012). Estas áreas correspondem aos fundos de vale e topos de morros. Somam-se a estas, áreas de mata atlântica acima de 1 ha, segundo Lei Municipal N° 4.566/94 (GUARULHOS, 1994) e também a declividade limite de 45% determinada pela Lei N° 6.766/79 (BRASIL, 1979).

Nos estudos sobre impactos sociais e geoambientais, conforme Sato (2008), grande parte das ocupações da região do Cabuçu não possui regularização frente a Prefeitura e as construções informais e irregulares em encostas

de alta declividade resultam em condições instáveis e inseguras, ocasionando riscos aos moradores.

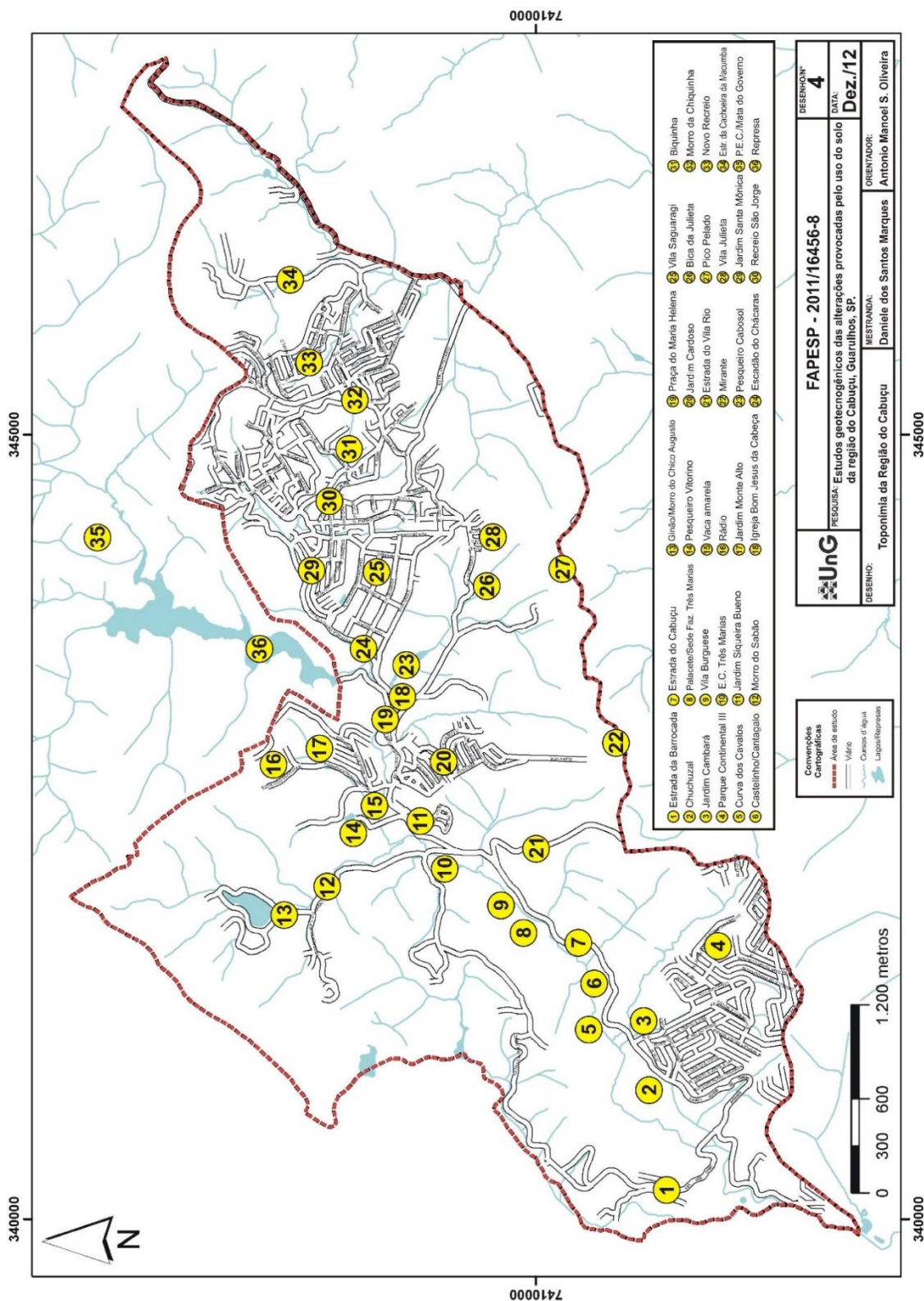
Outro problema de ordenamento espacial observado é a impossibilidade de transitar em determinadas ruas, mesmo em períodos sem chuvas, pois foram traçadas perpendicularmente às curvas de nível, apresentando declividade acentuada e, por causa das ausências de obras de drenagem urbana.

Em Guarulhos, a expansão urbana avança de sul para norte, sobre terrenos menos aptos à ocupação urbana, como no processo de expansão semelhante na Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo (RBCV)

Segundo Andrade (2009), a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo - RBCV se constitui no elemento autotrófico mais importante do complexo metropolitano da capital paulista. A perda da vegetação pela expansão urbana significa perda dos serviços ecossistêmicos. Assim, um planejamento do uso da terra que valorize os serviços ecossistêmicos da biosfera é condição fundamental para a sustentabilidade da ocupação na região norte do município de Guarulhos nas condições adversas do terreno de elevadas declividades de relevo de morros e montanhas. Por isso Andrade (2009) considera necessário um parcelamento do solo que respeite os atributos ambientais da RBCV.

Na área objeto da pesquisa, os vários locais reconhecidos pelos moradores possibilitaram a elaboração do mapa toponímico da Figura 9 que auxilia na descrição da fisiografia e da história local.

**Figura 10:** Área objeto de estudo correspondente à região do Cabuçu da APA Cabuçu– Tanque Grande.



Fonte: Oliveira et al. 2008.



## **2.2. A produção do Atlas Geoambiental da Região do Cabuçu-Tanque-Grande em Guarulhos – São Paulo 2008**

O pesquisador Prof. Antonio Manoel dos Santos Oliveira, em entrevista realizada no dia 23 de março de 2018, afirmava:

“O Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão Mestrado em Análise Geoambiental da Universidade de Guarulhos, na sua criação tinha o objetivo de realizar pesquisas sobre Guarulhos. A parceria com a FAPESP, surgiu com o edital chamando para projetos de pesquisa em políticas públicas. O curso concentrou energias e objetivos para enfocar as questões geoambientais em Guarulhos como uma retribuição social da UnG a comunidade guarulhense. A contribuição foi significativa, pois várias pesquisas de utilidade pública foram realizadas, destacando-se as pesquisas que levaram à Criação da Área de Proteção Cabuçu Tanque- Grande e a elaboração das “Bases geoambientais para um sistema de informações ambientais do município de Guarulhos”. A necessidade de estudar a região foi por causa dos conflitos entre a expansão da RMSP e o PEC. Seu estudo foi dirigido para se determinar as medidas para equilibrar o avanço da área urbana sobre as áreas verdes.

As parcerias para a realização do Atlas Geoambiental da Região do Cabuçu- Tanque Grande contou com a Prefeitura de Guarulhos e secretarias, SAAE, Proguaru, USP, UNICAMP, IPT, OnG's do Cabuçu de moradores do bairro<sup>29</sup>”

Seguindo as diretrizes do Programa de Pesquisas em Políticas Públicas da FAPESP, a pesquisa que deu origem a este Atlas foi realizada em três fases:

A fase I foi desenvolvida de setembro de 2002 a 30 de abril de 2003, com o objetivo de viabilizar a segunda, definindo metas, equipe e parceiras.

Na fase II, foi realizado o diagnóstico geoambiental da região, de julho de 2003 a dezembro de 2005, com vistas e sistemas de gestão ambiental participativa na região do Cabuçu- Tanque Grande.

---

<sup>29</sup> Entrevista realizada em São Paulo. 23 de março de 2018

A fase III, corresponde à implementação da política pública elaborada, ou seja, em síntese, a criação da Área de Proteção Ambiental Cabuçu- Tanque Grande, aprovada no âmbito da Lei de Zoneamento Municipal nº 6.253, de 24 de maio de 2007.

Ao apresentar os principais resultados do diagnóstico geoambiental, conforme mapas em anexo, o Atlas teve por finalidade difundir os resultados obtidos com a pesquisa, visando a um melhor conhecimento da região. O objetivo era implantar um Sistema de Gestão Ambiental Participativa. Nesse sentido, ele destaca:

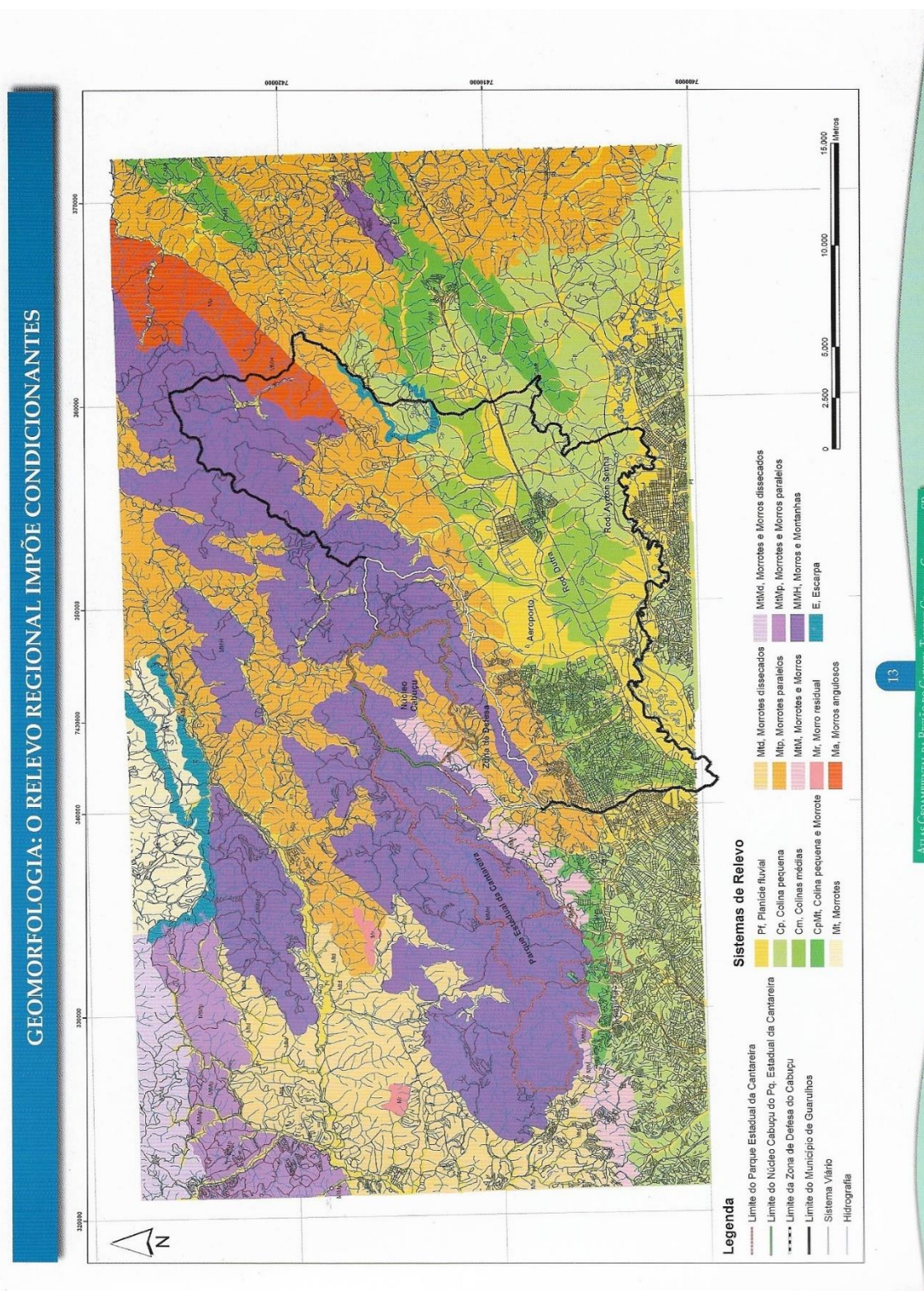
- Mapeamentos do meio físico para diagnosticar os principais conflitos entre o uso atual do solo e as condições ambientais, bem como com a legislação vigente.
- Recomendações para o uso do solo que busquem minimizar tais conflitos e melhorar as condições ambientais, orientando uma ocupação urbana mais adequadas.
- Desenvolvimento de um método de planejamento urbano, com base em dossiês por microbacias, contendo informações geoambientais básicas

30.

---

<sup>30</sup> OLIVEIRA, A.M.S. (Org.) *Atlas geoambiental da região do Cabuçu-Tanque Grande*, Guarulhos-SP. Guarulhos, 2008.p.9-10.

**Figura 11:** Mapa da Geomorfologia: o relevo regional impõe condicionantes

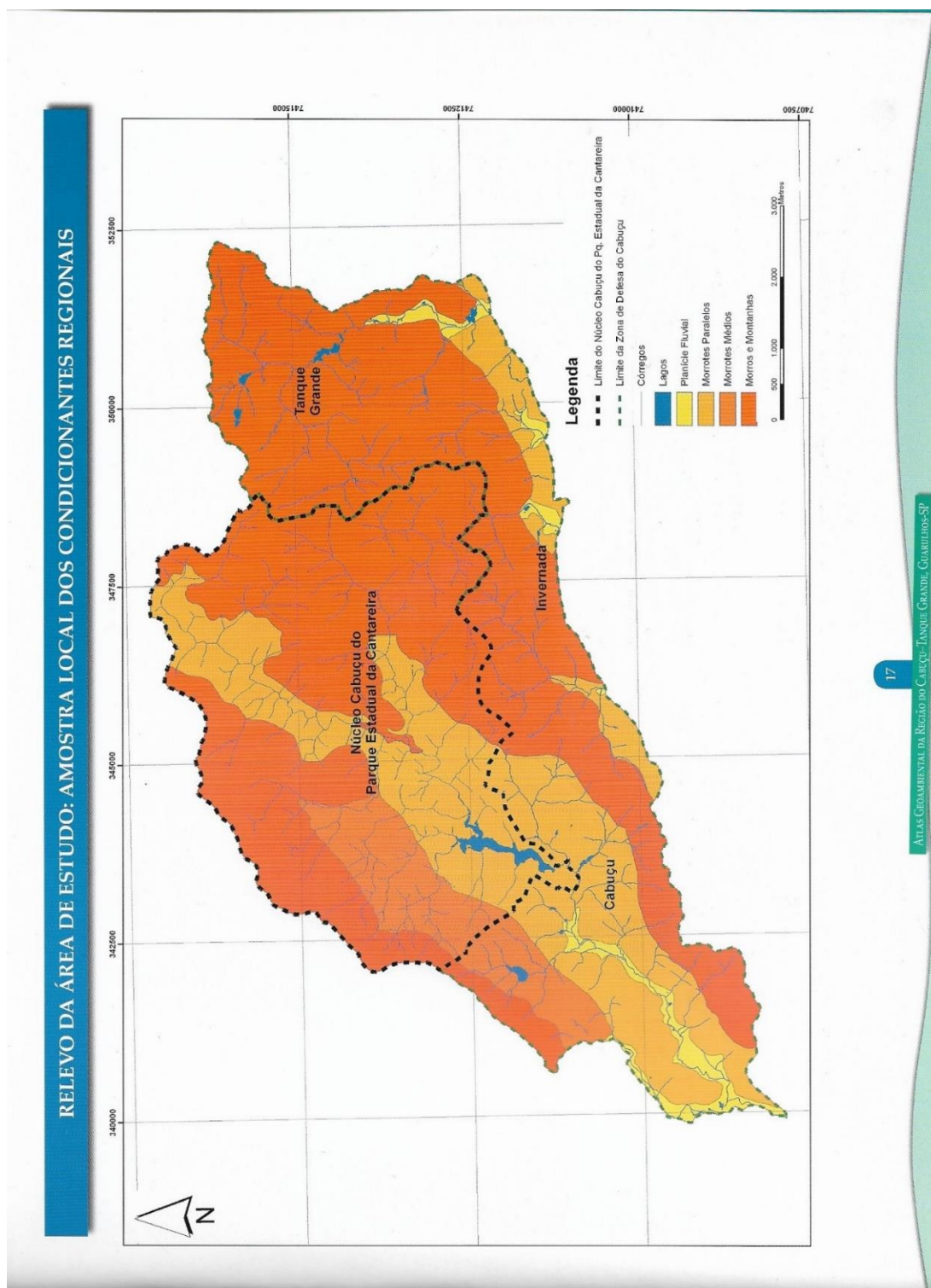


Fonte: Oliveira et al. 2008





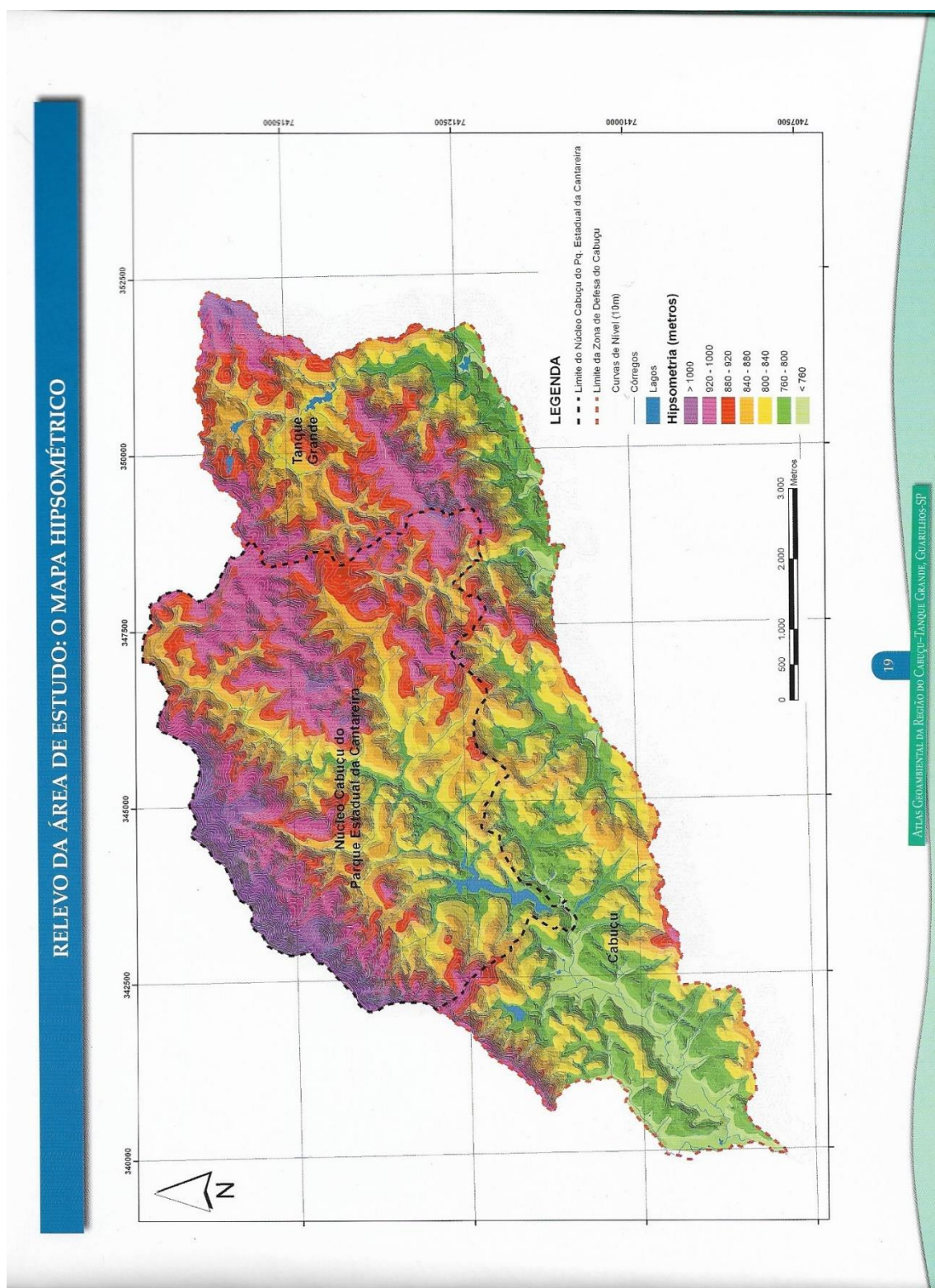
**Figura 13.** Mapa de Relevo da Área de Estudo: Amostra Local dos Condicionantes Regionais.



Fonte: Oliveira et al.2008

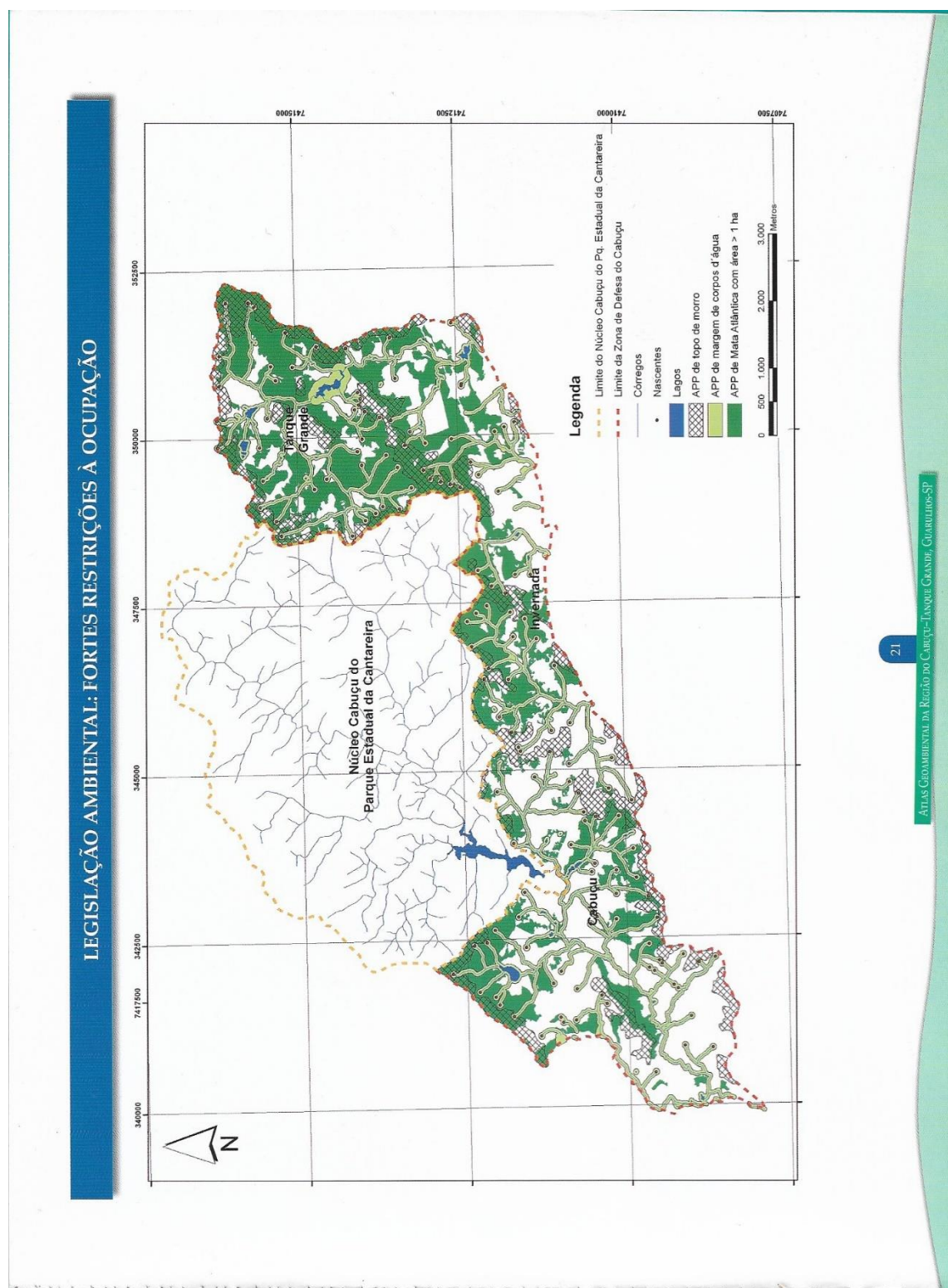


**Figura 14:** Mapa do Relevo da Área de Estudo: o Mapa Hipsométrico



Fonte: Oliveira et al.2008

**Figura 15.** Mapa da Legislação Ambiental: Fortes Restrições à Ocupação

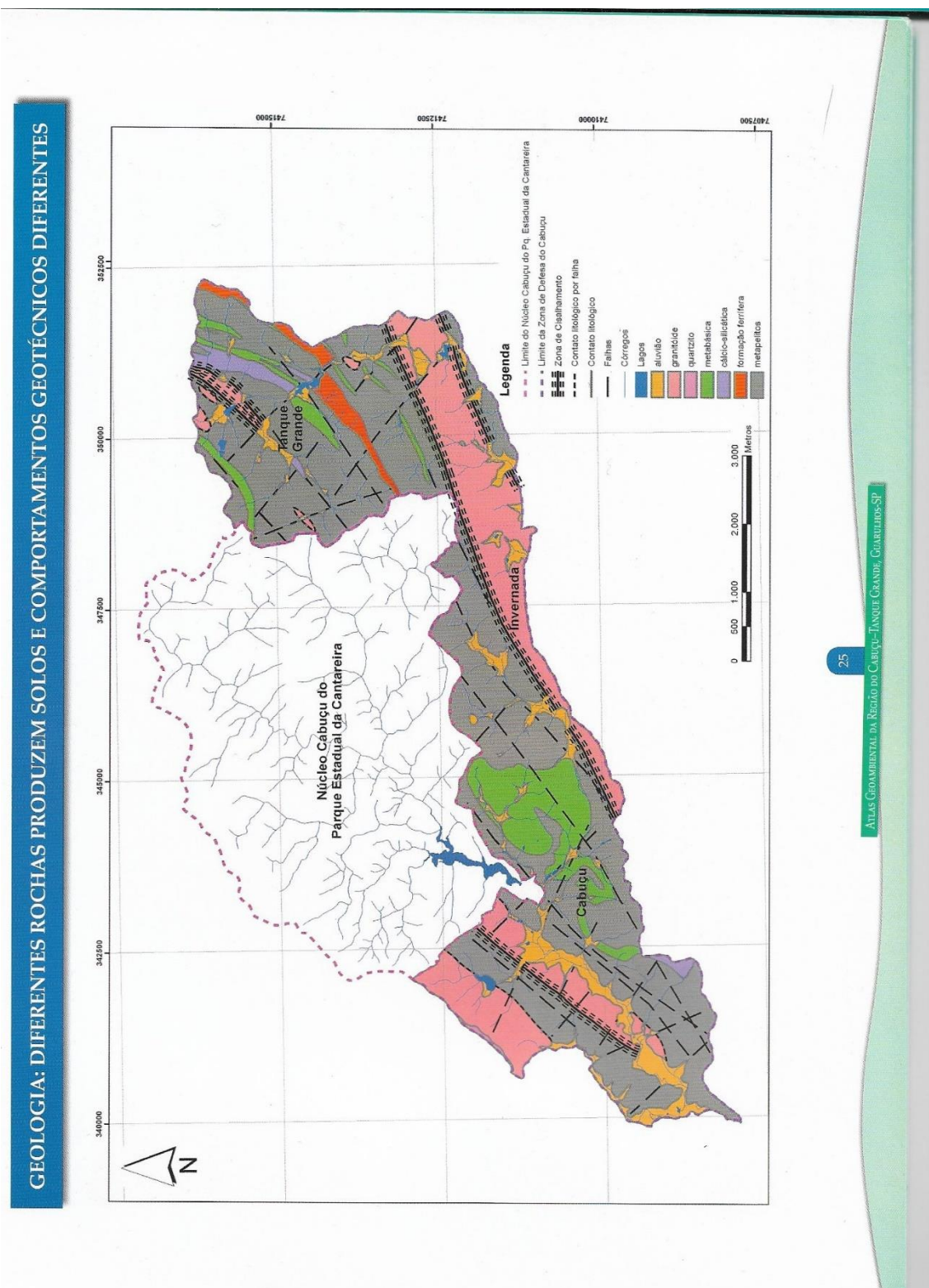


Fonte: Oliveira et al.2008



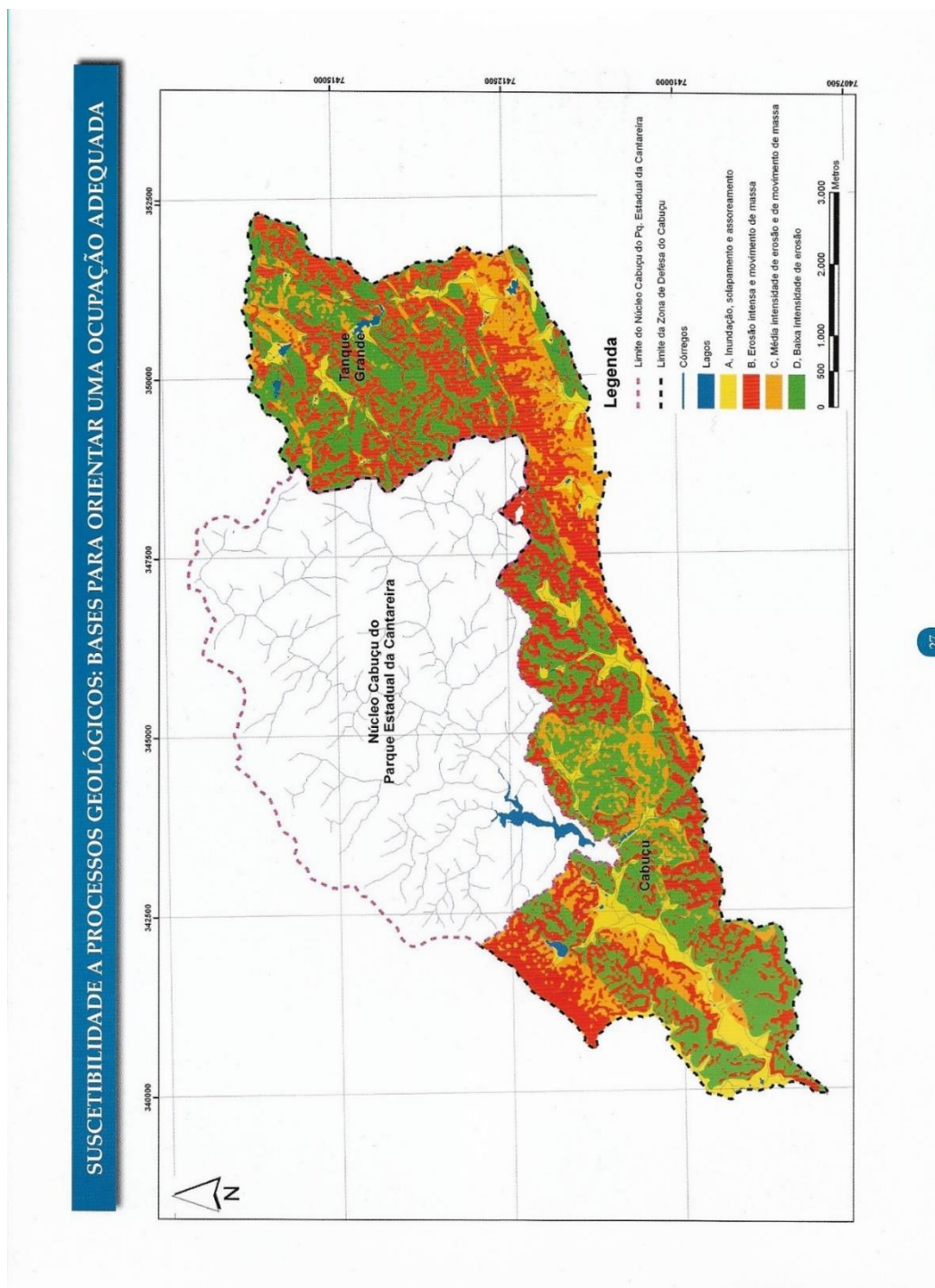


**Figura 17:** Mapa da Geologia: Diferentes Rochas produzem solos e comportamentos Geotécnicos diferentes



Fonte: Oliveira et al.2008

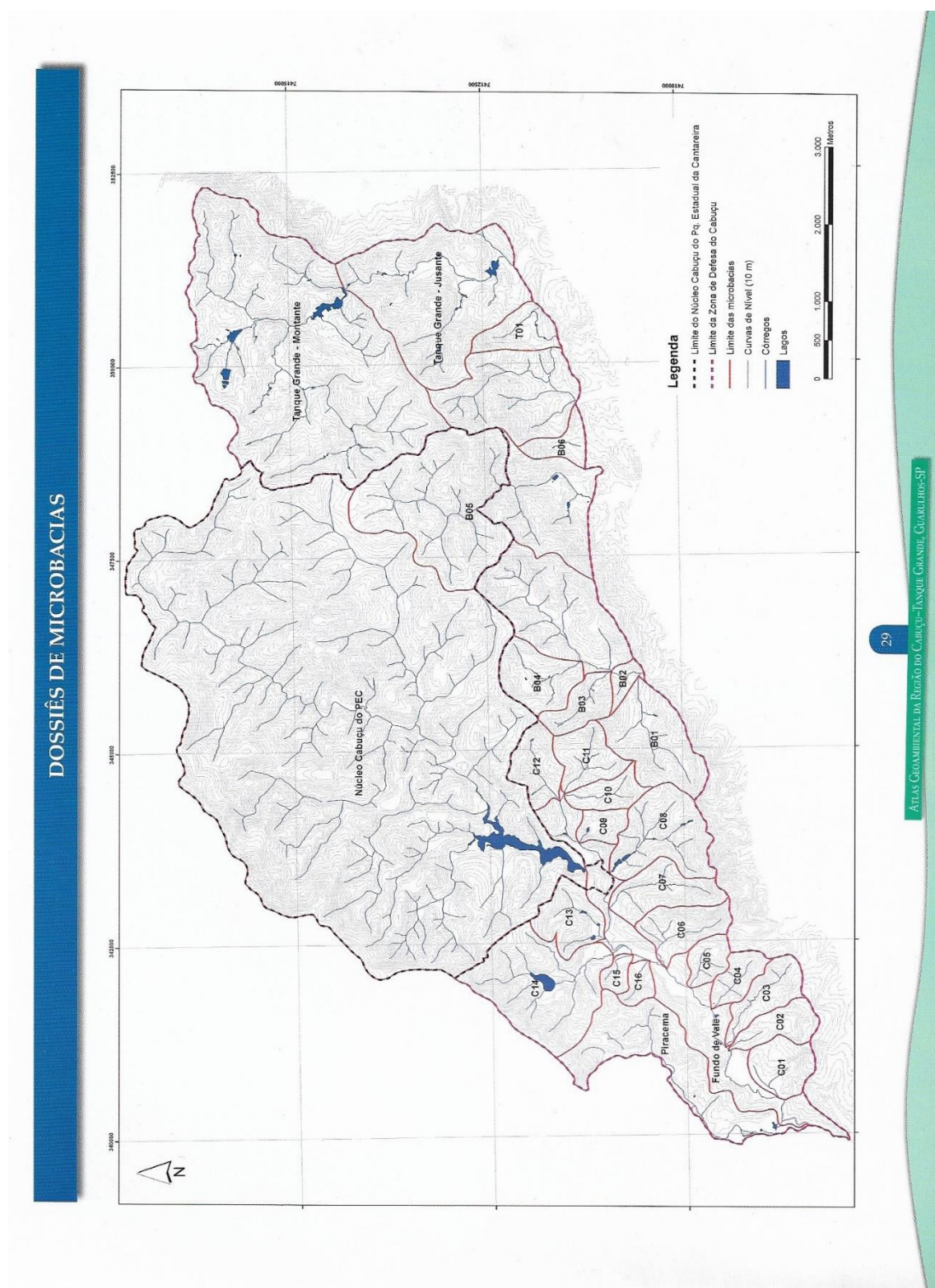
**Figura 18:** Mapa de Suscetibilidade a Processos Geológicos: Bases para orientar uma Ocupação Adequada.



Fonte: Oliveira et al.2008



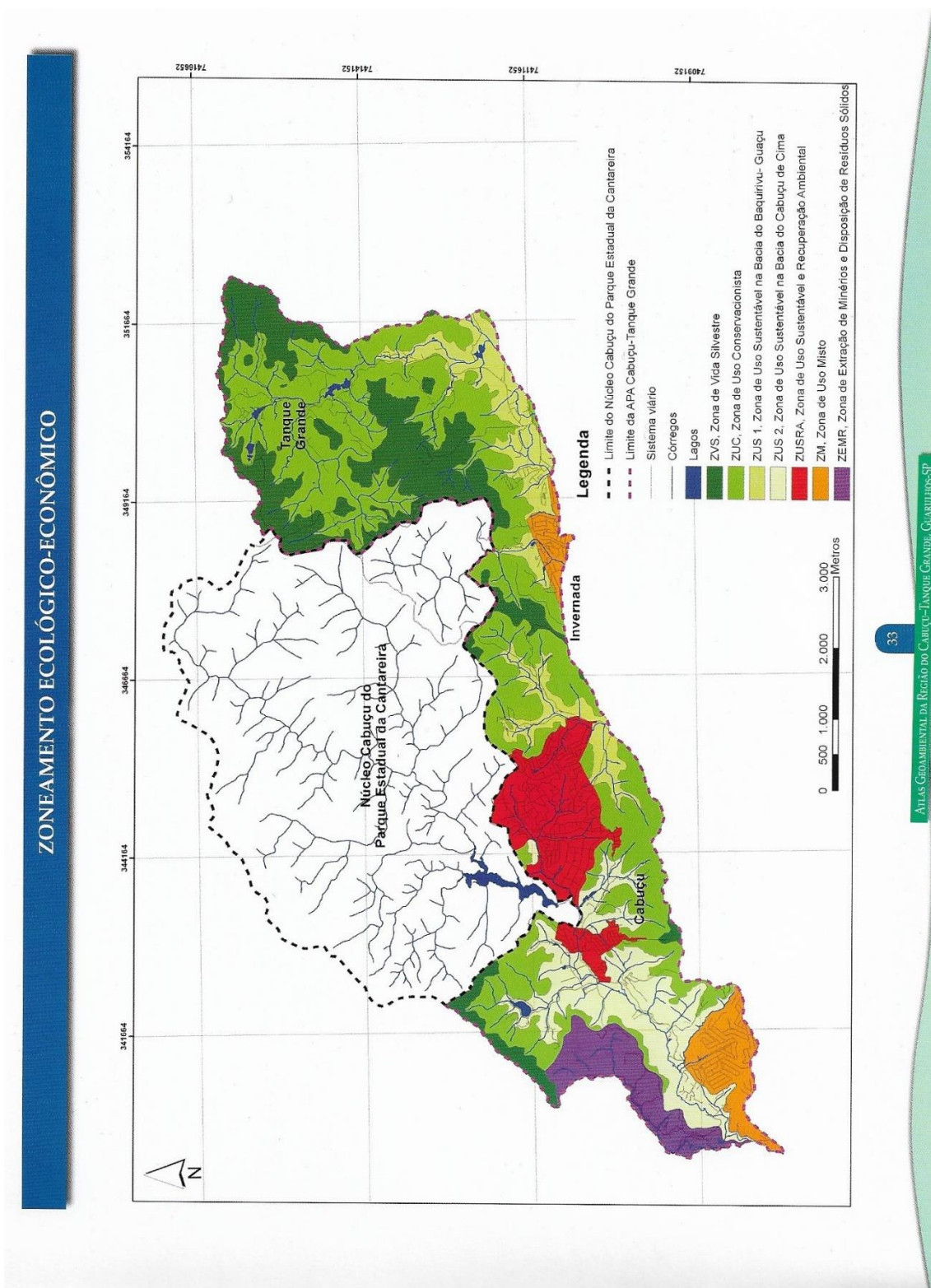
Figura 19: Mapa do Dossiês de Microbacias



Fonte: Oliveira et al.2008

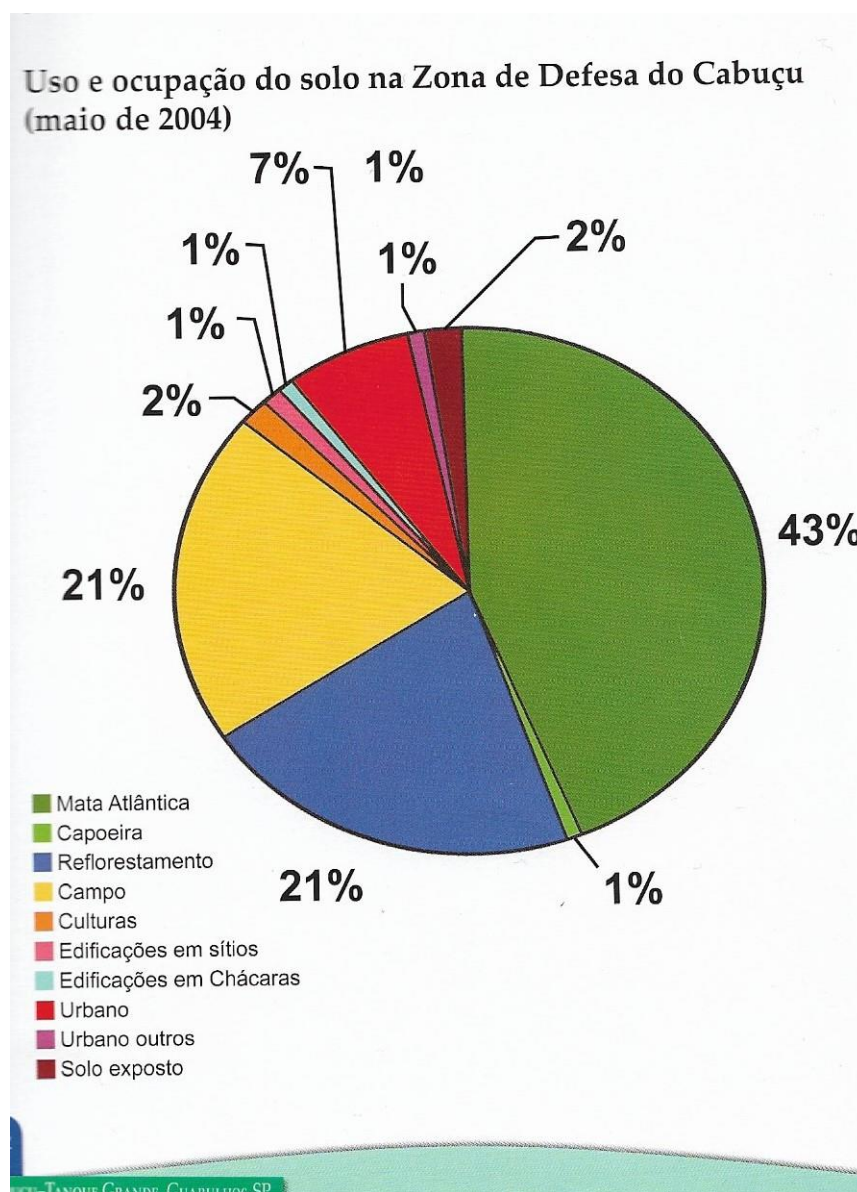


**Figura 20:** Mapa de Zoneamento Ecológico-Econômico



Fonte: Oliveira et al.2008

**Figura 21:** Gráfico sobre o Uso e Ocupação do Solo na Zona de Defesa do Cabuçu



Fonte: Oliveira et al.2008

### **3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS CRIADAS PARA PROTEGER A BIODIVERSIDADE GUARULHENSE**

#### **3.1. Lei Municipal nº 6.055 de 30 de Dezembro de 2004 sobre o PLANO DIRETOR DA CIDADE**

Ao caracterizar e analisar a conservação da biodiversidade em Guarulhos por meio dos processos de planejamento e gestão territorial, como a Criação das Unidades de Conservação Municipal, é possível considerar e discutir alguns processos, projetos e propostas para a região tais como: Plano Diretor e sua revisão, a Lei de Uso do Solo ou Lei de Zoneamento e a criação de novas unidades de preservação municipais.

Contudo, é preciso registrar a importância de nossa área de estudo, que é considerada espaço integrador da biodiversidade, sistema produtor de águas e protetor dos mananciais hídricos, espaço gerador de renda através das atividades sustentáveis que protegem e valorizam seus atributos naturais, históricos e culturais e espaço que oportuniza a gestão participativa e os desafios de preservação.

Com a reeleição do ex-prefeito Elói Pietá no ano de 2004, sob a égide do Plano Diretor, e com a aprovação dos Conselhos Representativos, e com o Estatuto da Cidade, múltiplas possibilidades se abriram em âmbito municipal para a garantia da preservação da natureza, minimizando o quadro de expansão periférica a partir do início de uma reforma urbana. Segundo Raquel Rolnik:

“Apesar dos planos, leis e regulamentos que ao longo do século rejeitaram e proibiram as favelas e os bairros periféricos precários, eles não desapareceram. Costuma-se, nos meios urbanísticos, atribuir o fato à falta de planejamento associado à falta de fiscalização. Procurando raízes mais profundas, o argumento atribui a expansão desta cidade selvagem à falta de ética que impele governantes a negociar diretamente com os interesses (sem seguir planos) e

construtores, moradores e fiscais a criar uma relação de compra e venda de direitos e sanções”<sup>31</sup>.

O processo de Revisão do Plano Diretor de Guarulhos, que revogou a Lei Municipal nº 1.689, de 30 de dezembro de 1971, considerou de forma significativa as UCs como instrumento de planejamento e gestão territorial reafirmando a cada debate e através de dados estatísticos e cartográficos que a implementação de UCs é um importante instrumento legal para a contenção do avanço da ocupação sobre nosso patrimônio natural e para o planejamento municipal. O ZEE da APA Cabuçu- Tanque Grande traz uma forma diferenciada de tratar as diversas porções do território, considerando, sobretudo sua vocação.

O Plano Diretor, que é obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes, orienta o crescimento da cidade pelos próximos dezesseis anos. Além disso, a lei dá diretrizes para atuação de outras leis importantes, como a de Zoneamento, a de Uso e Ocupação do Solo e o Código de Edificações.

No artigo intitulado *Novo Plano Diretor de SP pode combater desigualdade*<sup>32</sup>, Nabil Bonduki, responsável pelo Plano Diretor da Cidade de SP, aponta os desafios de organizar, com maior participação popular possível, sua expansão de diretrizes sustentáveis socialmente justas e economicamente viáveis para a habitação, bem como a mobilidade urbana e criação de mais áreas verdes.

Ao todos são sete princípios que prezam por:

1. Função Social da Cidade
2. Função Social de Propriedade Urbana
3. Função Social e Propriedade Rural
4. Equidade e Inclusão Social e Territorial
5. Direito à Cidade
6. Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado e

---

<sup>31</sup> ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*, p.204. São Paulo: Studio Nobel (FAPESP), 2013.

<sup>32</sup> Artigo originalmente publicado na página *Planeta Sustentável*, em setembro de 2014, com o título: *Novo Plano Diretor de SP pode combater a desigualdade, diz seu relator, Nabil Bonduki*.

## 7. Gestão Democrática

Segundo Bonduki, a dificuldade para desatar o nó que se tornou São Paulo fica mais evidente quando olhamos o processo de aprovação da lei. Na cidade de Guarulhos não foi diferente. As leis anteriores apresentadas pela Câmara dos Vereadores tratavam o Meio Ambiente pelo viés romântico, conforme o Decreto nº 15.288, de 21 de abril de 1989, que declara imune de corte de árvore que especifica. Posteriormente surgiu também p Decreto nº 29.485, de 17 de dezembro de 2011, que declara imune de corte de árvore específica.

A Lei Orgânica do Município de Guarulhos, de 5 de abril de 1990. Ela age como uma Constituição Municipal, sendo considerada a lei mais importante que rege os municípios e o Distrito Federal.

**Art.132** . A política do desenvolvimento urbano e o estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao mesmo, têm como objetivos e deverão assegurar:

IX – a restrição à utilização de áreas de riscos geológicos;

X- a ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

e) a deterioração das áreas urbanas;

f) a especulação imobiliária

g) a ocorrência de desastres naturais;

XI - a preservação das áreas de exploração agrícola e pecuária e o estímulo a essas atividades primárias;

XII – a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente natural e cultural;

XIII – a criação de áreas de especial interesse urbanístico, social, ambiental, turístico ou de utilização pública;

XIV – a participação das entidades comunitárias no estudo, no encaminhamento e na solução dos problemas, planos, programas e projetos;

**Art. 134.** O plano diretor incluirá necessária e expressamente:

I- programa de expansão urbana;

II- programa de uso do solo urbano;

III- programa de dotação urbana – equipamentos urbanos e comunitários;

IV- instrumentos e suporte jurídico de ação do Poder Público, em especial do código de obras e edificações, além das normas de preservação do ambiente natural construído;

V- o sistema de acompanhamento e controle.<sup>33</sup>

O Novo Plano Diretor da Cidade de Guarulhos, criado em 2004, norteará as políticas públicas, sobretudo, a desenvolvimento urbano. Ele

---

<sup>33</sup> Guarulhos, 1990.

abre espaço de interlocução política e negociação nos processos de tomada de decisão, organiza conselhos e fóruns nos quais entidades e indivíduos envolvidos com um setor ou território, e partilha com o governo as decisões a respeito de sua ação.

## **SEÇÃO V**

### **DA MACROZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**

**Art. 27.** A Macrozona de Proteção Ambiental é composta por áreas localizadas predominantemente ao norte do Município, com relevo acidentado, integrantes da Serra da Cantareira, abrangendo reservas florestais, biológicas, de proteção e recuperação dos mananciais e rurais, compreendendo ao sul também a APA - Área de Proteção Ambiental e PET - Parque Ecológico do Tietê.

**Art. 28.** Na Macrozona de Proteção Ambiental, as ações têm como objetivos:

**I** - preservar os recursos naturais e a biodiversidade;

**II** - fomentar as atividades de pesquisas, eco-turismo e educação ambiental;

**Art. 35** Para cada uma das ZEIS deverá ser estabelecido, através de lei específica precedida de audiência pública, o Plano de Urbanização em conformidade com os objetivos definidos no art. 34 desta Lei, devendo prever, no mínimo:

**I** - a composição do Conselho Gestor;

**II** - diretrizes, índices e parâmetros para o parcelamento, uso e ocupação do solo, e a previsão de instalação de infra-estrutura;

**III** - condições para o remembramento ou desdobro de lotes;

**IV** - projetos e intervenções urbanísticas necessárias;

**V** - previsão de equipamentos e áreas públicas que poderão situar-se em perímetro próximo ao das ZEIS;

**VI** - instrumentos aplicáveis para regularização fundiária e jurídica;

**VII** - a forma de participação da sociedade na implementação dos planos;

**VIII** - as obrigações atribuídas ao responsável pelo empreendimento na medida de sua culpabilidade, diferenciando-se os empreendimentos irregulares dos clandestinos.

**§ 1º** Deverão ser atendidos os parâmetros estabelecidos em legislação específica para implantação de habitações ou conjuntos de interesse social.

**§ 2º** Deverá ser criado um Conselho Gestor para cada Zona Especial de Interesse Social, que terá composição paritária entre os membros do Executivo e da

sociedade civil, garantindo-se a presença de associação representante de moradores da área, quando houver, e terá por incumbência o acompanhamento e a fiscalização da implementação do Plano de Urbanização.

**§ 3º** O Plano de Urbanização poderá incluir mais de uma ZEIS, caso haja necessidade.

**Art. 36 O** Plano de Urbanização, nas ZEIS que venham a se sobrepor às zonas de uso ZPA, ZEPAM, ZPDS e ZPE-APA, deverá atender ainda às seguintes diretrizes:

**I**- promover o desenvolvimento urbano dos assentamentos existentes, sem expansão, subordinado à recuperação e preservação do meio ambiente natural;

**II**- considerar os condicionantes físico-territoriais, em particular os aspectos morfológicos e hidrográficos;

**III**- estabelecer índices de ocupação e usos compatíveis com a recuperação e conservação do meio ambiente natural;

**IV** - propor alternativas habitacionais multifamiliares que permitam adensamento sem expansão do tecido urbano.

**Art. 37** Nas ZEIS o sistema viário compreenderá as ruas, os becos e as passagens de uso comum que passarão ao domínio público, uma vez aprovado o plano de urbanização.

**Art. 38** Nas ZEIS A e L a área máxima do lote será de 250,00m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) e não inferior a 45,00m<sup>2</sup> (quarenta e cinco metros quadrados).

**§ 1º** As áreas destinadas a equipamentos públicos poderão exceder a área máxima definida no caput.

**§ 2º** No caso de edificações verticais, a área do lote poderá ser superior à estabelecida no caput.

**§ 3º** As demais características de uso e ocupação do solo, como taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, recuos e usos permitidos, serão definidas no Plano de Urbanização, devendo ser respeitado o coeficiente de aproveitamento máximo igual a 4,0 (quatro).

**Art. 39** Nas ZEIS G a área máxima do lote será de 250,00m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) e não inferior a 75,00m<sup>2</sup> (setenta e cinco metros quadrados).

**Art. 40** As ZEIS A e L correspondem às áreas ocupadas pelas favelas e loteamentos identificados na listagem constante nos anexos 13 e 14 desta Lei.

**Parágrafo Único** - Eventuais dúvidas quanto ao enquadramento de imóvel nas ZEIS e/ou seus limites serão dirimidas pelo órgão competente ou pelo respectivo Conselho Gestor.

**Art. 41** As Zonas de Projetos Especiais ou Estratégicos - ZPEs correspondem às áreas da cidade onde se pretende implantar projetos de reorganização do território, de estímulo a atividades comerciais e de serviços, a intervenções viárias estratégicas ou onde há interesse em implementar projetos especiais visando a preservação do meio ambiente, subdividindo-se em:

**I** - ZPE-C: corresponde a área onde se pretende implementar intervenções para reorganizar as atividades de comércio e de serviços, visando a valorização da região e a consolidação da centralidade; Ver tópico

**II** - ZPE-I: corresponde a área onde se pretende implementar intervenções visando a reorganização e incremento da atividade industrial e de serviços e a valorização da região;

**III** - ZPE-APA Cabuçu - Tanque Grande: compreende a área do entorno do Parque Estadual da Cantareira, denominada Zona de Defesa do Núcleo Cabuçu, onde se pretende a criação de Área de Proteção Ambiental - APA.

**Parágrafo Único** - Os projetos de que trata este artigo serão obrigatoriamente discutidos com a comunidade local, bem como com a sociedade civil organizada, a fim de garantir a participação popular e o desenvolvimento sustentável.

**Art. 42** A Zona de Projeto Especial - ZPE-APA estabelece o perímetro da APA Cabuçu - Tanque Grande compreendendo a área do entorno do Parque Estadual da Cantareira.

**§ 1º** A lei específica da APA Cabuçu - Tanque Grande deverá ser encaminhada pelo Executivo, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta Lei, observando-se as seguintes diretrizes:

**I** - promover o desenvolvimento aliado à conservação dos recursos ambientais existentes em consonância com a sua capacidade de suporte;

**II** - possibilitar a utilização econômica e o uso direto dos recursos naturais, desde que aprovados por EIA-RIMA a ser discutido em audiência pública, garantindo-se o desenvolvimento sustentável;

**III** - proteger os mananciais do Cabuçu e do Tanque Grande;

**IV** - readequar as áreas agrícolas compatíveis;

**V** - recuperar as áreas degradadas;



**VI** - requalificar as áreas urbanizadas, promovendo a redução e prevenção de áreas de risco;

**VII** - conservar os serviços da biosfera, especialmente quanto à regulação de inundações a jusante, a redução de transporte de sedimentos para os rios Cabuçu de Cima e Tietê, a atenuação da ilha de calor de Guarulhos e a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica como patrimônio guarulhense;

**VIII** - atender aos princípios da Agenda 21;

**IX** - estabelecer condições favoráveis à captação de recursos financeiros para fomento às atividades sustentáveis e à recuperação ambiental;

**X** - estabelecer programa de orientação para uma ocupação urbana adequada;

**XI** - reconhecer as áreas do patrimônio histórico e cultural já tombadas e potenciais;

**XII** - implantar medidas permanentes de fiscalização, utilizando-se recursos humanos e tecnológicos.

**§ 2º** A lei de criação da Área de Proteção Ambiental - APA Cabuçu - Tanque Grande deverá, ainda, estabelecer o zoneamento a ser observado dentro do seu perímetro detalhando os usos e demais parâmetros urbanísticos, propor alternativas para as áreas ocupadas por assentamentos habitacionais compatíveis com a recuperação e conservação do meio ambiente natural e estabelecer o Conselho Gestor da APA, que será obrigatoriamente paritário.

**§ 3º** Até a aprovação da lei específica da Área de Proteção Ambiental - APA Cabuçu - Tanque Grande, prevalecem as disposições previstas para as respectivas zonas de uso.

**Art. 43** As Zonas de Preservação Ambiental - ZPA são áreas públicas ou privadas onde há interesse ambiental, paisagístico ou recreativo, necessárias à preservação do meio ambiente e à minimização dos impactos causados pela urbanização, correspondendo às áreas do Parque Estadual da Cantareira - PEC - Núcleo Cabuçu e da APA do Rio Tietê.

**§ 1º** O Município deverá instituir unidades de conservação ou áreas protegidas com gestão participativa, mecanismos ou incentivos para o uso e a ocupação do solo, visando preservar e recuperar as condições ambientais benéficas.

**§ 2º** O Município deverá instituir medidas de proteção ambiental dos aquíferos da região.

**§ 3º** Nas áreas inseridas na ZPA aplicam-se as disposições da legislação vigente.

**Art. 44** A Zona Especial de Proteção Ambiental - ZEPAM corresponde às porções do território destinadas a proteger os remanescentes de vegetação significativa, o patrimônio histórico e cultural, as paisagens naturais notáveis, a biodiversidade, os recursos hídricos e as áreas de reflorestamento e de alto risco.

**Parágrafo Único** - Nas áreas inseridas em ZEPAM coincidentes com a APA Federal da Bacia do Rio Paraíba do Sul deverão ser observadas as disposições da legislação vigente.

**Art. 45** A Zona de Proteção e Desenvolvimento Sustentável - ZPDS corresponde às porções do território destinadas à conservação da natureza e à implantação de atividades econômicas compatíveis com a proteção dos ecossistemas locais, integrando seu perímetro as áreas situadas na Macrozona de Uso Rural Urbano, exceto aquelas já ocupadas por assentamentos habitacionais, bem como, aquelas ocupadas por áreas de extração mineral e deposição de resíduos sólidos, subdividindo-se em:

- I - ZPDS-1: correspondem as áreas compostas por APP de Mata Atlântica;
- II - ZPDS-2: correspondem às áreas compostas por morros altos, com declividade superior a 45% (quarenta e cinco por cento), muito restritas a ocupação;
- III - ZPDS-3: correspondem às áreas compostas por morros baixos, com declividade de até 45% (quarenta e cinco por cento), própria a ocupação, com restrição.
- III - proteger e recuperar a vegetação nativa e dos mananciais;
- IV - garantir a presença do verde e de espaços vazios na construção da paisagem;
- V - possibilitar atividades rurais compatíveis com a proteção ambiental <sup>34</sup>.

### **3.2. Lei Municipal nº 6.253 de 24 de Maio de 2007 sobre o USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO OU LEI DE ZONEAMENTO**

A Lei de Uso e Ocupação do solo define as normas gerais para o desenvolvimento da cidade. Nela se encontram reunidos os princípios e orientações

---

<sup>34</sup> **Ibidem.**

para a utilização e ocupação do espaço urbano, com o objetivo maior de garantir o desenvolvimento da cidade de forma equilibrada e sustentável.

A Lei nº 6253 de 24 de maio de 2007, outorgada pelo Prefeito do Município de Guarulhos Elói Pietá, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII do artigo 63 da Lei Orgânica Municipal, sanciona e promulga a seguinte Lei:

## **CAPÍTULO I**

### **DOS OBJETIVOS E CONCEITUAÇÃO**

**Art. 1º** Esta Lei disciplina o uso, a ocupação e o parcelamento do solo no Município, em conformidade com a Lei nº 6.055, de 30 de dezembro de 2004, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social do Município de Guarulhos.

**Art. 2º** A disciplina do uso, da ocupação e do parcelamento do solo têm por objetivos:

- I - garantir o manejo adequado dos recursos naturais e incentivar a recuperação do meio ambiente;
- II - orientar e estimular a geração de atividades econômicas, observando-se o manejo adequado dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos;
- III - proporcionar uma melhor distribuição das atividades no território, de modo a:
  - a) viabilizar a oferta de empregos próximos à moradia, reduzindo o tempo de circulação;
  - b) assegurar a proteção das áreas de preservação ambiental e dos imóveis com valor histórico, cultural ou paisagístico;
  - c) reduzir os impactos decorrentes de equipamentos do Aeroporto Internacional;
  - d) preservar as áreas destinadas ao uso residencial;
- IV - garantir a utilização adequada dos imóveis, considerando sua inserção no macrozoneamento e a função social da propriedade;
- V - disciplinar a implantação dos empreendimentos de impacto, de modo a evitar desconforto à vizinhança;
- VI - estimular a produção de moradias, em especial de habitação de interesse social para a população de baixa renda;
- VII - promover a regularização urbanística e fundiária;

**VIII** - estruturar e orientar de forma sustentável, o desenvolvimento urbano da cidade;

**IX** - melhorar a qualidade de vida da população e democratizar o uso do solo.

**Art. 3º** O controle do uso, da ocupação e do parcelamento do solo será feito por meio de:

**I** - zonas de uso;

**II** - zonas de uso especial;

**III** - controle das atividades potencialmente causadoras de incomodidades ou de impacto de vizinhança, através do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança e do Relatório de Impacto de Vizinhança - EPIV/RIVI;

**IV** - controle das atividades potencialmente causadoras de impacto ambiental, através do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA;

**V** - controle da utilização dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, com base no mapa hidrológico do Município, constante do Anexo 22 desta Lei;

**VI** - preservação das Zonas de Patrimônio Histórico e Cultural - ZPHC, a serem criadas por lei específica, cujo projeto deverá ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal no prazo de um ano, a contar da publicação desta Lei.

**Art. 4º** Para os efeitos do disposto nesta Lei, define-se por:

**I** - coeficiente de aproveitamento: relação entre a área construída computável e a área do lote ou gleba;

**II** - taxa de ocupação do lote: relação entre a área da projeção horizontal da edificação ou edificações e a área do lote ou gleba;

**III** - recuo: distância entre os limites externos da edificação e as divisas do lote, medida paralelamente às divisas do lote;

**IV** - gabarito de altura de uma edificação: distância entre o piso do pavimento térreo e o ponto mais alto da cobertura. Para efeito de cálculo dos demais índices urbanísticos, excluem-se o ático e a caixa d'água;

**V** - loteamento: subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação que implique abertura, prolongamento, modificação ou ampliação de vias de circulação ou de logradouros públicos;

**VI** - desmembramento: subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, que não implique abertura de novas vias e logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação dos existentes;

**VII** - desdobro de lote: subdivisão do lote resultante de parcelamento regular que deverá obedecer as dimensões mínimas previstas para a zona de uso onde se localizar;

**VIII** - remembramento de lote: soma de dois ou mais lotes resultante de parcelamento regular;

**IX** - gleba: área de terra que não foi objeto de loteamento ou desmembramento;

**X** - lote: terreno servido de infra-estrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos nesta Lei para cada zona de uso, com frente para pelo menos uma via oficial de circulação, sendo vedada frente para via exclusiva de pedestres, exceto nos casos de imóveis localizados nas Zonas Especiais de Interesse Social, que atenderão a disposições específicas;

**XI** - sistema de circulação: vias necessárias ao tráfego de veículos e pedestres;

**XII** - via oficial de circulação: aquela destinada à circulação de veículos ou pedestres, aceita, declarada ou reconhecida como oficial pela Prefeitura;

**XIII** - quadra: área resultante de loteamento, delimitada por vias oficiais de circulação de veículos;

**XIV** - equipamentos comunitários: equipamentos públicos destinados à educação, à saúde, à cultura, ao lazer, à segurança e similares;

**XV** - equipamentos urbanos: equipamentos públicos ou de utilidade pública destinados ao abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica, gás canalizado e similares;

**XVI** - infra-estrutura básica: composta por equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário, abastecimento de água potável e de energia elétrica pública e domiciliar, bem como as vias de circulação, pavimentadas ou não;

**XVII** - espaços livres de uso público: aqueles destinados à implantação de áreas verdes, praças e similares;

**XVIII** - quota: área de terreno exclusiva da unidade habitacional.

## **SEÇÃO I**

### **DAS ZONAS DE USO**

**Art. 26** Considera-se urbano todo o território municipal resguardada áreas de tipificação rural, que deverão ser cadastradas pela Prefeitura de Guarulhos, na forma

como dispuser o Decreto do Executivo, sendo que até o cadastramento não será lançado Imposto Territorial Urbano - IPTU para as áreas inscritas no INCRA.

**Parágrafo Único** - Para efeitos de tributação as áreas de preservação serão tratadas de forma diferenciada através de legislação específica.

**Art. 27** Para os efeitos desta Lei ficam estabelecidas as seguintes zonas de uso:

**I** - Zona Mista - ZM, subdividida em:

**a)** ZM-A;

**b)** ZM-B;

**c)** ZM-C;

**II** - Zona de Comércio e Serviços - ZCS;

**III** - Zona Central Histórica - ZCH;

**IV** - Zona Habitacional - ZH;

**V** - Zona Industrial - ZI;

**VI** - Zona Aeroportuária - ZA;

**VII** - Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, subdividida em:

**a)** ZEIS-A;

**b)** ZEIS-L;

**c)** ZEIS-G;

**VIII** - Zona de Projeto Especial ou Estratégico - ZPE, subdividida em:

**a)** ZPE-C;

**b)** ZPE-I;

**c)** ZPE-APA;

**IX** - Zona de Preservação Ambiental - ZPA;

**X** - Zona Especial de Proteção Ambiental - ZEPAM;

**XI** - Zona de Proteção e Desenvolvimento Sustentável - ZPDS, subdivididas em:

**a)** ZPDS - 1;

**b)** ZPDS - 2;

**c)** ZPDS - 3;

**XII** - Zona Especial de Extração Mineral e de Deposição de Resíduos Sólidos - ZMDR.

**§ 1º** A localização, limites e perímetros das respectivas zonas de uso são os constantes do anexo 19 desta Lei.

**§ 2º** Os usos permitidos e os parâmetros urbanísticos a serem observados em cada uma das zonas de uso são os constantes nos anexos 1 a 12 desta Lei.

**§ 3º** As descrições técnicas dos perímetros de cada zona de uso serão fixadas por Decreto, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

**Art. 28** As Zonas Mistas - ZM correspondem às áreas da cidade onde se pretende estimular a diversificação de usos com predominância residencial, subdividindo-se em:

**I** - ZM-A: corresponde às áreas da cidade inseridas na Macrozona de Urbanização Consolidada e em parte da Macrozona de Dinamização Econômica e Urbana, nas quais se pretende estimular a diversificação de usos, permitindo-se maior densidade construtiva;

**II** - ZM-B: corresponde às áreas da cidade inseridas na Macrozona de Urbanização em Desenvolvimento e na Macrozona de Dinamização Econômica e Urbana, nas quais se pretende estimular a diversificação de usos, permitindo-se maior densidade construtiva, em especial para o uso residencial;

**III** - ZM-C: corresponde às áreas da cidade inseridas na Macrozona de Urbanização em Desenvolvimento e na Macrozona de Dinamização Econômica e Urbana, caracterizadas pela proximidade das áreas de preservação ambiental, na qual se pretende a diversificação de usos, com densidade construtiva média <sup>35</sup>.

Tendo em vista as preocupações anteriormente expostas, em 25 de maio de 2007 foi promulgada a Lei Municipal Nº 6.253, que trata do Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo ou Lei de Zoneamento <sup>36</sup>, cujo artigo 42 determina a criação da Área de Proteção Ambiental do Cabuçu – Tanque Grande por meio de lei específica. A escolha desta unidade de conservação de uso sustentável como medida apropriada foi efetivada por sua característica principal de proporcionar uma gestão ambiental participativa com o funcionamento de seu Conselho Gestor, no qual participam, além de representantes do poder público, representantes da sociedade civil organizada <sup>37</sup>.

---

<sup>35</sup> **Ibidem.**

<sup>36</sup> **Guarulhos**, 2007.

<sup>37</sup> **Brasil**, 2000.

**Art. 42** A Zona de Projeto Especial - ZPE-APA estabelece o perímetro da APA Cabuçu - Tanque Grande compreendendo a área do entorno do Parque Estadual da Cantareira.

**§ 1º** A lei específica da APA Cabuçu - Tanque Grande deverá ser encaminhada pelo Executivo, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta Lei, observando-se as seguintes diretrizes:

- I** - promover o desenvolvimento aliado à conservação dos recursos ambientais existentes em consonância com a sua capacidade de suporte;
- II** - possibilitar a utilização econômica e o uso direto dos recursos naturais, desde que aprovados por EIA-RIMA a ser discutido em audiência pública, garantindo-se o desenvolvimento sustentável;
- III** - proteger os mananciais do Cabuçu e do Tanque Grande;
- IV** - readequar as áreas agrícolas compatíveis;
- V** - recuperar as áreas degradadas;
- VI** - requalificar as áreas urbanizadas, promovendo a redução e prevenção de áreas de risco;
- VII** - conservar os serviços da biosfera, especialmente quanto à regulação de inundações a jusante, a redução de transporte de sedimentos para os rios Cabuçu de Cima e Tietê, a atenuação da ilha de calor de Guarulhos e a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica como patrimônio guarulhense;
- VIII** - atender aos princípios da Agenda 21;
- IX** - estabelecer condições favoráveis à captação de recursos financeiros para fomento às atividades sustentáveis e à recuperação ambiental;
- X** - estabelecer programa de orientação para uma ocupação urbana adequada;
- XI** - reconhecer as áreas do patrimônio histórico e cultural já tombadas e potenciais;
- XII** - implantar medidas permanentes de fiscalização, utilizando-se recursos humanos e tecnológicos.

**§ 2º** A lei de criação da Área de Proteção Ambiental - APA Cabuçu - Tanque Grande deverá, ainda, estabelecer o zoneamento a ser observado dentro do seu perímetro detalhando os usos e demais parâmetros urbanísticos, propor alternativas para as áreas ocupadas por assentamentos habitacionais compatíveis com a recuperação e conservação do meio ambiente natural e estabelecer o Conselho Gestor da APA, que será obrigatoriamente paritário.



**§ 3º** Até a aprovação da lei específica da Área de Proteção Ambiental - APA Cabuçu - Tanque Grande, prevalecem as disposições previstas para as respectivas zonas de uso.

**Art. 43** As Zonas de Preservação Ambiental - ZPA são áreas públicas ou privadas onde há interesse ambiental, paisagístico ou recreativo, necessárias à preservação do meio ambiente e à minimização dos impactos causados pela urbanização, correspondendo às áreas do Parque Estadual da Cantareira - PEC - Núcleo Cabuçu e da APA do Rio Tietê.

**§ 1º** O Município deverá instituir unidades de conservação ou áreas protegidas com gestão participativa, mecanismos ou incentivos para o uso e a ocupação do solo, visando preservar e recuperar as condições ambientais benéficas.

**§ 2º** O Município deverá instituir medidas de proteção ambiental dos aquíferos da região.

**§ 3º** Nas áreas inseridas na ZPA aplicam-se as disposições da legislação vigente.

**Art. 44** A Zona Especial de Proteção Ambiental - ZEPAM corresponde às porções do território destinadas a proteger os remanescentes de vegetação significativa, o patrimônio histórico e cultural, as paisagens naturais notáveis, a biodiversidade, os recursos hídricos e as áreas de reflorestamento e de alto risco.

**Parágrafo Único** - Nas áreas inseridas em ZEPAM coincidentes com a APA Federal da Bacia do Rio Paraíba do Sul deverão ser observadas as disposições da legislação vigente.

**Art. 45** A Zona de Proteção e Desenvolvimento Sustentável - ZPDS corresponde às porções do território destinadas à conservação da natureza e à implantação de atividades econômicas compatíveis com a proteção dos ecossistemas locais, integrando seu perímetro as áreas situadas na Macrozona de Uso Rural Urbano, exceto aquelas já ocupadas por assentamentos habitacionais, bem como, aquelas ocupadas por áreas de extração mineral e deposição de resíduos sólidos, subdividindo-se em:

**I** - ZPDS-1: correspondem as áreas compostas por APP de Mata Atlântica;

**II** - ZPDS-2: correspondem às áreas compostas por morros altos, com declividade superior a 45% (quarenta e cinco por cento), muito restritas a ocupação;

**III** - ZPDS-3: correspondem às áreas compostas por morros baixos, com declividade de até 45% (quarenta e cinco por cento), própria a ocupação, com restrição.

**Parágrafo Único** - As diretrizes para o desenvolvimento sustentável da referida zona serão estabelecidas por plano diretor participativo próprio, sob orientação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CMDU <sup>38</sup>.

### **3.3. Lei Municipal nº 6.798 de 28 de Dezembro de 2010 sobre a LEI ESPECÍFICAS DE CRIAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CABUÇU-TANQUE GRANDE**

Embora o Plano Diretor e a Lei Orgânica do Município de Guarulhos já garantisse a criação da lei de proteção as Unidades de Conservação (UCs), o processo de aprovação da lei e, em específico, da Área de Proteção Ambiental Cabuçu-Tanque Grande, na Câmara dos Vereadores de Guarulhos, não foi uma tarefa fácil.

Segundo a ambientalista e moradora da região Daniele Marques:

“A APA ficou pronta em 2008, só que ela foi aprovada em 29 de Dezembro de 2010, justamente, por causa dos interesses econômicos dos grandes proprietários de terra que a APA tem. Com isso, fez com ela fosse 42 vezes para o plenário da Câmara. Ela entrava na pauta do dia e era retirada, entrava na pauta do dia e era retirada” <sup>39</sup>.

Para o Prof. Antonio Manoel, coordenador do Projeto Cabuçu/FAPESP, “a urgência da lei, partiu da preocupação que a região vivia o conflito entre a expansão da Região Metropolitana de São Paulo e o Parque Estadual da Cantareira. Ele deverá ter a função de determinar as medidas para equilibrar o avanço da área urbana sobre as áreas verdes<sup>40</sup>.”.

Na audiência pública realizada na Câmara Municipal de Guarulhos, no dia 18 de novembro de 2011, sobre o tema: A Criação da Área de Proteção

---

<sup>38</sup> Guarulhos, 2007.

<sup>39</sup> Entrevista realizada em 30 de março de 2017

<sup>40</sup> Entrevista realizada em 23 de março de 2018

Ambiental Cabuçu- Tanque Grande, a sra. Presidenta Luiza Cordeiro chama atenção no seu discurso, por lembrar que a região passava pelo debate da construção do trecho norte do Rodoanel, e sua preocupação era criar um instrumento com o qual a cidade de Guarulhos pudesse negociar melhor a questão do Rodoanel e por isso a importância de sua criação.

A ideia de fixar um limite para a expansão urbana já havia alimentando as tentativas de gestões passadas. No entanto, a região do Cabuçu tem uma característica muito peculiar, que é ter sido Zona Rural. Era só realmente a mata e as chácaras. Uma parte das ruas – e até hoje, uma parcela dos loteamentos clandestinos se situa nesta região.

Raquel Rolnik escreve sobre a história da cidade de São Paulo e da RMSP a dificuldade de controlar a fronteira entre a zona urbana e a rural. Diz a autora:

“[...] ao longo da história da norma urbanística da cidade, a ocupação não-regulada da zona rural apareceu formulada – inclusive como política – como alternativa de moradia para a população pobre” <sup>41</sup>.

Semelhante à história de Guarulhos, com a Lei de Zoneamento tardia, São Paulo fez com que consagrasse a ocupação irregular e desordenada desta região durante as décadas de 1970, 1980 e 1990.

Segundo Andrade (2009) a criação da APA do Cabuçu – Tanque Grande representa uma alternativa razoável de planejamento ao tentar compatibilizar a vocação urbana com a ambiental.

Em 28 de dezembro de 2010, finalmente a Lei Nº 6.798 que especifica a APA foi aprovada pelo Legislativo (GUARULHOS, 2010).

A APA Cabuçu - Tanque Grande constitui assim uma alternativa de resistência às fortes pressões imobiliárias que se manifestam na região, em direção ao Núcleo Cabuçu do PEC, tendo sido neste sentido fortalecido pelo estudo de planejamento ambiental realizado por Andrade (2009).

**Art. 3º** A APA Cabuçu - Tanque Grande tem por objetivo estabelecer o uso sustentável dos recursos naturais em região de contato da mancha urbana da Região Metropolitana de São Paulo com o Núcleo Cabuçu do Parque Estadual da

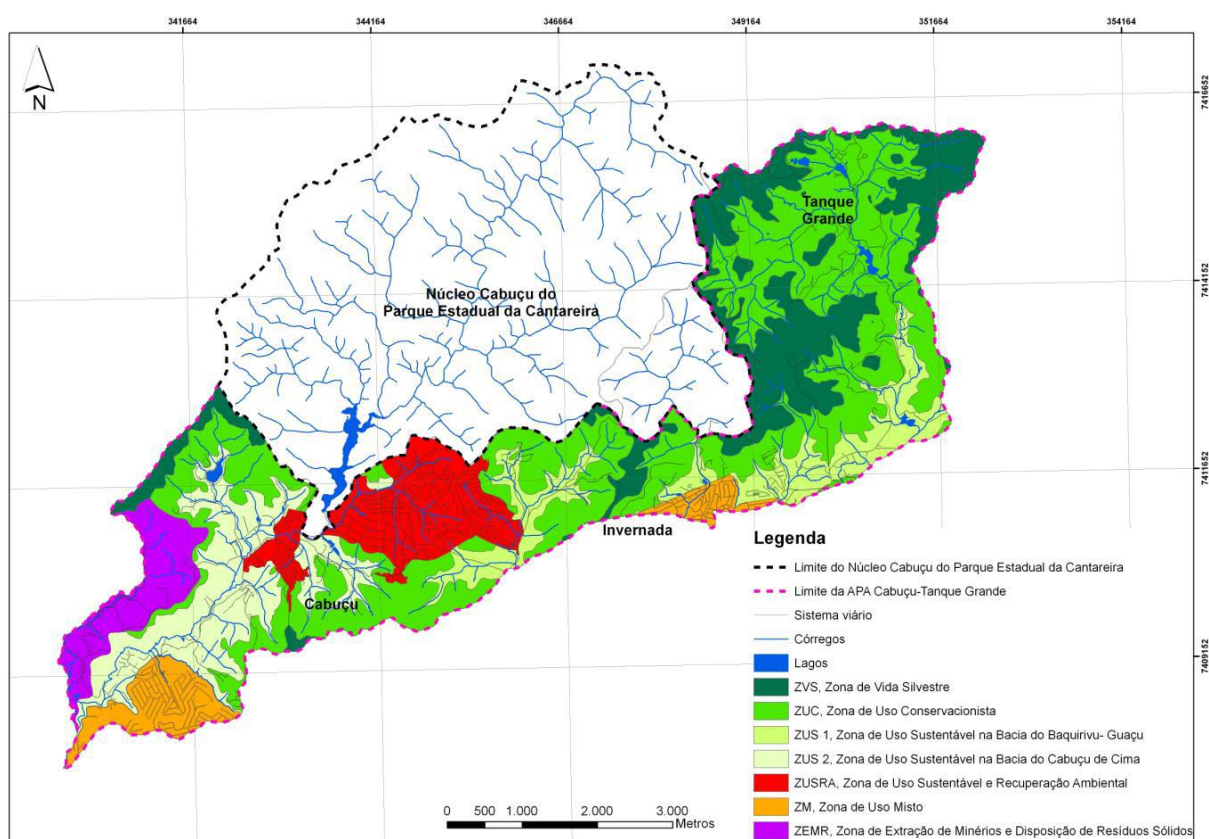
---

<sup>41</sup> ROLNIK, Raquel, p.202. 1997

Cantareira, no município de Guarulhos, garantindo a manutenção dos serviços ambientais da biosfera, mantendo a integridade da biodiversidade local, preservando os mananciais, cursos e corpos d'água, o patrimônio histórico e cultural, assim como a paisagem formada por morros e montanhas.

Parágrafo Único - O uso sustentável deve contemplar a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais e o controle ambiental da ocupação <sup>42</sup>.

**Figura 22:** Mapa da Área de Proteção Ambiental (APA) Cabuçu- Tanque Grande



Fonte: Departamento de Assuntos Legislativos - Prefeitura de Guarulhos. Lei Municipal nº 6.798, de 28/12/2010.

<sup>42</sup> Guarulhos, 2010.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de mestrado teve por objetivo analisar em que medida os discursos de preservação da natureza contribuíram para práticas distintas de produção de políticas públicas, que resultaram em leis.

No primeiro capítulo, escolhemos a maneira mais provocativa de colocar o significado da história ambiental: considerando o fator tempo. Como defende José Augusto Drumond <sup>43</sup>, o tempo é um crucial fio condutor das mudanças e continuidades que lhe propiciam os seus objetos de estudo, quando não os seus conceitos. Lidar com o tempo, por isso, é um instrumento básico do ofício do historiador.

No entanto, a história ambiental conforme praticada hoje em dia em alguns países como os EUA, França e Inglaterra, resulta de um projeto “reformista” de alguns historiadores. Ela é uma reação a essa pressão de ajustar os ponteiros dos relógios dos dois tempos: o geológico (ou natural) e o social. Como diz Richard Cronon, ela trata de “colocar a sociedade na natureza” (termo empregado em Worster et al., 1990).

A primeira perspectiva da pesquisa foi compreender a trajetória da natureza como objeto de proteção do Estado. Nessa trajetória se considerou os discursos de construção e a consolidação da política ambiental, com especial atenção a Criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Cabuçu- Tanque Grande em Guarulhos. A primeira tem como herança os discursos preservacionistas e conservacionistas que chegaram ao Brasil na primeira metade do século XX e a criação de áreas protegidas. A segunda, tradicionalmente, se construiu não considerando a natureza como objeto principal de suas políticas.

Como se mostrou ainda no primeiro capítulo, no decorrer da elaboração do SNUC, as áreas protegidas foram ampliadas desde as primeiras que consideravam Parques como principal modelo, até as dozes atuais que classificam as áreas como unidades de conservação e contempla as Florestas como uma das categorias.

---

<sup>43</sup> DRUMMOND, José A. A História ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa, p.177-197. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro vol.4, nº 8, 1991, p.177-197.

Esse processo foi marcado por contradições, visto que respeitar os códigos florestais criados em 1934 e 1965 e a emergência da questão ambiental na década de 1970 se chocava com os interesses econômicos e político de desenvolvimento a qualquer custo e com a Ditadura Militar. É neste paradoxo, entre desenvolvimento e preservação, é importante registrar nesse processo, a luta dos movimentos ambientalistas e comunidades tradicionais na defesa do meio ambiente.

Durante a elaboração do SNUC predominou uma visão conservacionista da natureza, visto que o manejo e o discurso do desenvolvimento sustentável estão presentes na concepção e gestão das unidades de conservação de proteção integral e as de uso sustentável.

No que se refere às Florestas, observou-se que no primeiro predominou a proteção integral, a valorização da natureza por argumentos estéticos, ecológicos e científicos. Sobre as Florestas, tradicionalmente, pesou uma visão utilitária dos seus recursos. Ao ganhar status de unidade de conservação pelo SNUC, a categoria Floresta manteve essa tradicional e passou a englobar o valor ecológico e científico das áreas no que classificou como uso “múltiplos sustentáveis” dos recursos florestais.

Assim, a cidade de Guarulhos se destaca por contar com quatro Unidades de Conservação Municipais, integrantes do SNUC, Lei Federal nº 9.985/2000 e, por apresentar, em cerca de 30% do seu território, remanescentes importantes de Mata Atlântica. São elas: Reserva Biológica Burle Marx, Parque Natural Municipal Candinha, Estação Ecológica do Tanque Grande e a Área de Proteção Ambiental Cabuçu- Tanque Grande

Mas foi apenas na década de 1980, com a elaboração da Constituição Federal de 1988, que criamos um norte para as futuras leis federais, estaduais e municipais de proteção à natureza. Somente a partir dessa constituição o meio ambiente foi tratado como direito relacionado à qualidade de vida, considerando patrimônio nacional e ligado à identidade brasileira, sendo necessário preservá-lo para “as presentes e futuras gerações”.

Num mundo que se urbaniza a uma velocidade nunca antes vista, as cidades se confrontam com a missão inadiável de gerir seu patrimônio natural.

Neste trabalho, notamos a importância da construção do discurso de preservação quem neste caso, tem na sua origem, a contribuição acadêmica. Analisamos vários trabalhos como dissertações e doutorados, em especial da Universidade de Guarulhos (UnG), revelando a importância dos estudos desta região.

Esses estudos abordados por diferentes áreas do conhecimento como a biologia, a geografia, a sociologia, a antropologia nos revelam que o processo de urbanização na Região Metropolitana de São Paulo não privilegiou a conservação de suas áreas verdes. A dinâmica demográfica e social caracteriza o município de São Paulo há pelo menos um século, refletindo um período de crescimento populacional vertiginoso e um avanço da ocupação que reduz, principalmente em áreas periféricas e de mananciais, a cobertura vegetal ameaçando os últimos remanescentes de recursos naturais da metrópole.

Segundo a historiadora Ana Carolina Moreira Ayres, entre os anos de 1991/2000, taxas de crescimento maior que 2% ao ano são verificadas em bairros periféricos do município de São Paulo, como os do extremo norte da cidade, sendo que a média dos bairros centrais sofreu um decréscimo de 2,5% ou não registraram crescimento algum. O bairro com taxas de crescimento mais elevadas estão localizados na região do entorno do Parque Estadual da Cantareira. Esse processo de avanço da cidade em direção ao Parque Estadual da Cantareira acarreta diversos impactos na área natural <sup>44</sup>.

A Região do Cabuçu-Tanque Grande em Guarulhos, contígua ao Parque Estadual da Cantareira em sua porção sudoeste, constitui área de grande importância no âmbito do cinturão verde. Abriga os principais remanescentes florestais ao sul da Cantareira, sua face mais deteriorada em função da urbanização descontrolada.

Esta situação da metrópole em persistente expansão vem demandando novas formas de gestão e de políticas públicas que tenham como meta a harmonização das ações humanas com a natureza. A região do Cabuçu situada

---

<sup>44</sup> AYRES, Ana C. M. **O ciclo da Caapora – A RMSP e o Parque Estadual da Cantareira**, p.48. São Paulo: Annablume, 2008.

em Guarulhos se revelou como uma área prioritária para a gestão ambiental de um importante setor da RBCV no município.

É nesse contexto, explica Bonduki que:

“Ao contrário do Rio de Janeiro, onde as favelas surgiram no início do século, em São Paulo elas foram um produto da crise de habitação na década de 1940. [...] Elas significavam uma resistência dos inquilinos em deixar as áreas mais centrais e mudar-se para periferia. Sem alternativa de moradia compatível com sua renda em local próximo ao emprego, famílias despejadas ou recém-chegadas passaram a ocupar terrenos baldios, onde confeccionavam barracões com madeira e outros materiais improvisados” <sup>45</sup>.

É a casa própria e autoconstruída na periferia, no entanto, que se torna a força motriz mais expressiva da expansão urbana observada no período, dado que como resposta à crise habitacional:

“(...) a construção pelos próprios moradores de casas individuais em loteamentos periféricos foi a alternativa que se revelou mais fecunda, nas condições da cidade de São Paulo, podia expandir-se quase sem limites” <sup>46</sup>.

No que se referem às contradições propriamente ambientais desse processo, na Região do Cabuçu em Guarulhos, é o reflexo direto que consolidaria como problema ambiental mais abrangente nas décadas que seguiriam. No que tange os loteamentos informais, o Cabuçu ganhou mais dois loteamentos o Jardim Santa Mônica e a Vila Julieta, unindo-se aos já existentes Morro do Sabão, Jardim Siqueira Bueno, Jardim Monte Alto, Jardim dos Cardosos, Chácaras

---

<sup>45</sup> BONDUKI, Nabil. p.261-262.

<sup>46</sup> *Ibidem*, p.264.



Cabuçu, Recreio São Jorge e Novo Recreio, compondo o cenário urbano atual da região do Cabuçu (MARQUES, 2014).

A produção do Atlas Geoambiental da Região do Cabuçu- Tanque Grande, pelo Laboratório de Geoprocessamento e o CEPPE – Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão Mestrado em Análise Geoambiental nas UnG, que teve a coordenação do Prof. Dr. Antônio Manoel dos Santos Oliveira, responsável pelo Projeto Cabuçu FAPESP. Seus estudos foram dirigidos para se determinar as medidas para equilibrar o avanço da área urbana sobre as áreas verdes. As parcerias feitas com a Prefeitura de Guarulhos e secretarias, SAAE, PROGUARU, USP, UNICAMP, IPT, ONG's do Cabuçu e moradores. Esse discurso de construção, de transformar essa ação acadêmica em política pública é que tornaram possível a criação da Área de Proteção Ambiental Cabuçu- Tanque Grande. O próximo passo será para a consolidação do discurso de preservação, em forma de lei no Executivo e Legislativo.

Para os moradores, o processo de criação da Área de Proteção Ambiental, que teve início no ano de 2006, gerava medo por acharem que seriam desapropriados. Isso acabou fomentando para muitos que ela não saísse do papel.

Um desafio dessa pesquisa foi compreender a estrutura administrativa do município de Guarulhos: o funcionamento do Executivo e do Legislativo nas elaborações das leis: das audiências públicas, as atas das Sessões na Câmara dos Vereadores, os embates entre forças ambientais e imobiliárias.

Na convergência dos discursos acadêmicos e dos discursos políticos, a salvaguarda, vem do interesse na construção da obra do Rodoanel Mario Covas- Trecho Norte.

Embora, a sua criação fosse em 2010, o Plano Diretor de 2004 já assegurava juridicamente a criação de unidades de conservação em Guarulhos.

Nesse sentido, o objetivo da lei é fazer um melhor manejo entre os interesses humanos e os interesses ambientais. Neste caso, uma construção de um Projeto de Educação Ambiental é algo fundamental para o êxito da preservação para as gerações futuras.

Para Silvia Helena Zanirato, a educação sem dúvida é um instrumento valioso e para isso deve visar a mudança de mentalidades a respeito da

importância da manutenção de símbolos do passado que expressam as memórias e as histórias vividas e da necessidade de salvaguardar a natureza e seus recursos, pois esses são finitos e essenciais à sobrevivência do homem no planeta. A educação converte-se no meio capaz de capacitar os sujeitos para participarem das discussões e decisões sobre a questão patrimonial e ambiental, num cenário marcado por interesses conflitivos. Mas afinal:

“(...) a dimensão do conflito lhes é inerente, como é a própria democracia. Assim, os espaços de formulação de políticas onde a sociedade civil participa, são espaços marcados pelas contradições e tensões”<sup>47</sup>.

Na perspectiva de pesquisador, a vivência como professor de uma escola pública excludente e empobrecida pelo crescente distanciamento em relação às questões que envolve a comunidade escolar, compõe um leque de preocupações que orientaram na leitura desta minha experiência histórica, segundo a dissertação de Mestrado do historiador Irineu Tamaio *“A mediação do professor na construção do conceito de natureza: Uma experiência de Educação Ambiental na Serra da Cantareira e Favela Flamengo”*<sup>48</sup>. Qual é o papel do professor como mediador no processo de construção do conceito de natureza? Como o entorno da escola contribui para a construção de um conceito de Educação Ambiental? Na visão do Irineu Tamaio, as atividades de Educação Ambiental, de uma forma geral, desenvolvem um aprendizado centrado em uma visão romântica de meio ambiente. O desafio é como dar o salto para uma visão em que o contexto seja apreendido e incorporado como histórico-social que possibilite uma construção do conceito sócio- ambiental de natureza.

---

<sup>47</sup> ZANIRATO, Silvia Helena. **Usos Sociais do Patrimônio Cultural e Natural. Patrimônio e Memória**, p.150. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.5. n.1.

<sup>48</sup> TAMAIO, Irineu. **A mediação do professor na construção do conceito de natureza: Uma experiência de Educação Ambiental na Serra da Cantareira e Favela Flamengo – São Paulo/SP**, p.2. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Instituto de Geociência, 2000.

É importante notar também que a Educação Ambiental é entendida por muitos educadores ambientais como um dos grandes referenciais de mudança no campo da Educação. Ao discorrer sobre os desafios da educação ambiental escolar, REIGOTA assinala que:

“(...) A educação ambiental na escola ou fora dela continuará a ser uma concepção radical de educação, não porque prefere ser a tendência rebelde do pensamento educacional contemporâneo, mas sim porque nossa época e nossa herança histórica e ecológica exigem alternativas radicais, justas e pacíficas.”<sup>49</sup>.

Portanto, é importante ressaltar que todo processo de aprendizado, não só na Educação Ambiental, é complexo, pois a mediação é um ato político, definido na conjuntura histórica, ato esse importantíssimo na construção de conceitos necessários à superação: “de uma visão ecológica-preservacionista-romântica da natureza”<sup>50</sup>.

É necessário reconhecer que esses problemas estão intimamente relacionados aos conflitos de interesses sócio- econômicos. Portanto, a Educação Ambiental não é condição suficiente para modificar essa realidade, mas sim mais uma ferramenta de mediação necessária entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para a construção das transformações almejadas.

Essa pesquisa, com a perspectiva de apresentar a historicidade da criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Cabuçu- Tanque Grande, espere-se contribuir com as discussões que envolve o tema e, principalmente, refletir sobre os rumos que a preservação desse importante espaço para Guarulhos pode ter.

---

<sup>49</sup> REIGOTA, M. Desafios à educação ambiental escolar, p.49. In: CASCINO, F.; JACOBI, Pedro; OLIVEIRA, J. F. (orgs.) **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências**. São Paulo: SMA/CEAM, 1998.

<sup>50</sup> TAMAIÓ, I. **A mediação do professor na construção do conceito de natureza: Uma experiência de Educação Ambiental na Serra da Cantareira e Favela Flamengo – São Paulo/SP**, p.6. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Instituto de Geociência, 2000.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, A.Z. *Diretrizes para uma política de preservação das reservas naturais do estado de São Paulo*. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1977

\_\_\_\_\_. *Os domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003

ACEIRO, L. R. *Retratos guarulhenses: crônicas, rabiscos e cartas*. Guarulhos: gerúndio GE edições, 2004.

ANDRADE, M. R. M. *Cartografia de aptidão para assentamento urbano do município de Guarulhos/SP*. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. *Planejamento ambiental da APA Cabuçu – Tanque Grande Guarulhos – SP*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia Física), Programa de Pós – Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo. 2009.

ARQUIVO HISTÓRICO DE GUARULHOS. *Listagem dos bens tombados*, 2005.

\_\_\_\_\_. *Iconografia guarulhense*. Secretaria da Cultura. Arquivo Histórico s/d.

AYRES, A.C.M. *O ciclo da Caapora – A RMSP e o Parque Estadual da Cantareira*. São Paulo: Annablume, 2008.

BONDUKI, N. *Origens da Habitação Social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 6ed. 2011

\_\_\_\_\_. *Habitar São Paulo: reflexões sobre a gestão urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000

BRANCO, S.M. *Poluição: a morte de nossos rios*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1972.

BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2ªed., 2005.

BRUNO, E.S. *Almanaque de memórias*. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. *Ensaio sobre a história de São Paulo*: S.C.P., 1950.

\_\_\_\_\_. *Memória da cidade de São Paulo: depoimentos de moradores e visitantes 1553-1958*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/ Departamento do Patrimônio Histórico, 1981.

BURKE, P. (Org.) *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.

CASTRO, E.V. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.



<http://www.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/files/2012/01/PECantareira/Resumo%20Executivo/0.%20Resumo%20Executivo.pdf>. Acesso em 26 de fevereiro de 2013.

GUARULHOS. *Dispõe e institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Guarulhos*. Lei Municipal nº 1.689, de 30 de dezembro de 1971 Disponível em <http://leis.guarulhos.sp.gov.br> Acesso em : 25 abr. 2019

\_\_\_\_\_. Decreto nº 15.288, de 21 de abril de 1989. Declara imune de corte de árvore que específica. Disponível em <http://leis.guarulhos.sp.gov.br> Acesso em : 25 abr. 2019

\_\_\_\_\_. Lei Orgânica do Município de Guarulhos, de 5 de abril de 1990. Disponível em <http://leis.guarulhos.sp.gov.br> Acesso em : 25 abr. 2019

\_\_\_\_\_. Decreto nº 29.485, de 17 de dezembro de 2011. Declara imune de corte de árvore específica. Disponível em <http://leis.guarulhos.sp.gov.br> Acesso em : 25 abr. 2019

\_\_\_\_\_. *Dispõe sobre vegetação do porte arbóreo; vegetação de preservação, disciplina a supressão, a poda, o replantio e dá outras providências*. Lei Nº 4.566 de 03 de maio de 1994. Diário Oficial do Município de Guarulhos.

\_\_\_\_\_. *Dispõe sobre o Plano Diretor e dá providências correlatas*. Lei Nº 6.055 de 30 de Dezembro de 2004. Guarulhos. Diário Oficial do Município de Guarulhos.

\_\_\_\_\_. *Dispõe sobre o uso, a ocupação e o parcelamento do solo no município de Guarulhos e dá providências correlatas*. 2007. Lei Nº 6253, 24 de Maio de 2007. Guarulhos. Diário Oficial do Município de Guarulhos.

\_\_\_\_\_. *Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Cabuçu - Tanque Grande e dá providências correlatas*. 2010. Lei Nº 6798, 28 de Dezembro de 2010. Guarulhos. Diário Oficial do Município de Guarulhos.

GALLINI, S. *Historia, ambiente, política: el camino de la historia ambiental em América Latina*. Universidad Central – Colombia,.nº30, Abril 2009.

GOMES, G.L.C.C. *Análise geoambiental de áreas de riscos a escorregamentos nos loteamentos do Recreio São Jorge e Novo Recreio, município de Guarulhos-SP*. 2008. Dissertação de Mestrado em Análise Geoambiental – Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão – Universidade de Guarulhos, 2008

GRAÇA, B.A. *Condicionantes geoambientais no processo histórico da ocupação territorial do município de Guarulhos, Estado de São Paulo*. 2007. Dissertação de Mestrado em Análise Geoambiental – Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão – Universidade de Guarulhos, 2007

GUERRA,T. (Org.) *Cecap Guarulhos: Histórias, identidades e memórias*. São Paulo: Scortecci, 2010.

HOLANDA, S.B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

\_\_\_\_\_. *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, O Brasil Monárquico, SP, DIFEL, 6ª ed., 1995.

JORGE, J. *O rio que a cidade perdeu: o Tietê e os moradores de São Paulo, 1890-1940*. São Paulo: FFLCH-USP, 2004.

\_\_\_\_\_. (org.). *Cidades Paulistas: Estudos de História Ambiental Urbana*. São Paulo: Alameda, 2015

\_\_\_\_\_. *A represa do Guarapiranga e os esportes na região de São Paulo (1905-1963)*. IN: SOARES, C.L. *Uma educação pela natureza: a vida ao ar livre, o corpo e a ordem urbana*. Campinas/SP. Autores associados, 2016. p.181-204

KERRIOU, M.A. In: *O Direito à Memória*. Departamento de Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo, SP, 1992.

LAVACA, M.A. *Comportamento hídrico de superfície da bacia do rio Cabuçu de cima, Núcleo Cabuçu do Parque Estadual da Cantareira, Guarulhos, SP. 2007*. Dissertação de Mestrado em Análise Geoambiental – Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão – Universidade de Guarulhos, 2007

LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEITE, S. *Os jesuítas e os índios maromomis na capitania de São Vicente*, São Paulo: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v.32, p.253-257, 1937.

MACHADO, J & MOURA, A.C. *Guarulhos: do barro sem forma sai a forma do sonho... do sonho que se desfaz em pó*. São Bernardo do Campo, Usina de Ideias, 2005.

MARQUES, D.S. *Geotecnogênicas das alterações provocadas pelo uso da terra da região do Cabuçu, Guarulhos, SP*. Dissertação de Mestrado em Análise Geoambiental – Centro de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão – Universidade de Guarulhos, 2014

MARTINEZ. P.H. *História Ambiental do Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.

MENARIN, C.A. *À sombra dos Jequitibás – O parque Estadual de Vassununga entre os interesses públicos e privados (1969-2005)*. São Paulo: Annablume, 2011.

NORONHA, A.V. & ROMÃO, G.J. *Guarulhos*. Guarulhos: S.P, Artes Gráficas Guarú, 1960.

NORONHA, A. V. *Guarulhos cidade símbolo 1560-1960*. São Paulo: Gráfica Schmidt, 1960.

OLIVEIRA, A.M.S. (Org.) *Atlas geoambiental da região do Cabuçu-Tanque Grande*, Guarulhos-SP. Guarulhos, 2008.

OLIVEIRA, A.M.S. et al. *Diagnóstico ambiental para o manejo sustentável do Núcleo Cabuçu do Parque Estadual da Cantareira e áreas vizinhas do município de Guarulhos*. 2005. Laboratório de Geoprocessamento da Universidade de Guarulhos, Guarulhos, 2005. 109 p. 2 v. Mapas. (Relatório FAPESP – Processo 01/02767-0).

OMAR, E.E.H., OLIVEIRA, E.S., FERNANDES, M.C. et. Tal. *Conto, canto e encanto com a minha história... Guarulhos: espaço de muitos povos*. São Paulo: Noovha América, 2007.

OMAR, E.E.H. (Org.) *Guarulhos tem História: Questões sobre História Natural, Social e Cultural*. São Paulo: Ananda Gráfica e Editora, 2008.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PIETÁ, E. *Revirando a História de Guarulhos*. São Paulo: Caja, 1992.

PINHEIRO, M. *Santuário de Nossa Senhora de Bonsucesso: Uma Longa Tradição Profana*. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP-ASSIS, 2003.

PINTO, J.A.A.S. *História e Patrimônio Ambiental: um estudo da floresta estadual Edmundo Navarro de Andrade, Rio Claro/SP (1974-2002)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

PRADO JR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 20ªed., 1987.

RANALI, J. *Repaginando a História: Guarulhos*. São Paulo: Soge, 2002.

\_\_\_\_\_. *Cronologia Guarulhense, vol. I e II*. Guarulhos: S.P, Artes Gráficas Guarulhu, 1986.

\_\_\_\_\_. *Guarulhos. História e Estatística*. Guarulhos. s/e. 1944.

\_\_\_\_\_. *A ficção veste a história: Episódios evolutivos de uma cidade*. PMG, 1991.

REIGOTA, M. *Desafios à Educação Ambiental Escolar*. In: Educação, Meio Ambiente e Cidadania. Cascino, F., Jacobi, P. e Oliveira, J.F. (orgs) São Paulo: SMA/CEAM, 1998. 122p

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.

RIBEIRO, S. *Guarulhos “uma explosão” – uma breve História*. São paulo: Maitiry, 1995.

\_\_\_\_\_. *Destino... Guarulhos*. São Paulo: Germape, 2006.



ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*, p.204. São Paulo: Studio Nobel (FAPESP), 2013.

ROMÃO,G.J &R,J. *Igreja matriz de Guarulhos: resgate da história*. São Paulo: Scortecci, 2006.

SAAE Guarulhos 40 anos – *Conquistas e Desafios (1967-2007)*. Prefeitura de Guarulhos, 2007.

SANT'ANNA.D.B. *Cidade das Águas: usos de rios, córrego, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Senac SP, 2007.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – SNUC, lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº4.430, de 22 de agosto de 2002. 5ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2004. 56p.

SANTOS, C.J.F. *Identidade urbana e globalização – a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos/SP*. São Paulo: Annablume Edit. 2006

SANTOS, S.A.D. e FIALHO, M. *As Unidades de Conservação em Guarulhos: Gestão Territorial dos Espaços Naturais Protegidos*. In: Int. Knowl. Eng. Manag., Florianópolis, v.2, n.4, p.43-71, nov. 2013/fev. 2014

TAMAIIO, I. *A mediação do professor na construção do conceito de natureza: Uma experiência de Educação Ambiental na Serra da Cantareira e Favela Flamengo – São Paulo/SP*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas -UNICAMP, Instituto de Geociência, 2000.

TELLES, P.C.S. *História da engenharia no Brasil - v. 1. Séculos XVI a XIX - v. 2. Século XX*. Rio de Janeiro, RJ: Clavero Ed. 1993

THOMPSON, P. *A voz do Passado – História oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WORSTER,D. *Para fazer História Ambiental*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991, p.198-215.

\_\_\_\_\_. *“Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica na história”* in Ambiente & Sociedade. Campinas: Unicamp, 2003

ZANIRATO,S.H. *Usos Sociais do Patrimônio Cultural e Natural. Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.5.n.1.

\_\_\_\_\_; RIBEIRO,W.C. *Patrimônio Cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.26,n.51, p.251-262, jan./jun.,2006

\_\_\_\_\_; RIBEIRO.W.C. *O Patrimônio Natural Sob Proteção. A construção de um ordenamento jurídico*. In: FUNARI, Pedro P. . Org. PELEGRINI, Sandra C.A. Org.,RAMBELLI, Gilson. Org. Patrimônio Cultural e Ambiental:

questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume; Fapesp. Campinas; NE-PAM 2009, p.219 a 242

## **6. APÊNDICE**

### **LEI Nº6.798, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010**

#### **DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CABUÇU - TANQUE GRANDE E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.**

Projeto de Lei nº 418/2009 de autoria do Executivo Municipal.

O Prefeito da Cidade de Guarulhos, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 63 da Lei Orgânica Municipal, sanciona e promulga a seguinte Lei:

#### **Capítulo I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Lei cria a Área de Proteção Ambiental Cabuçu - Tanque Grande - APA, Unidade de Conservação Municipal, seus limites e critérios para sua implantação e gestão, observando a legislação federal vigente.

**Art. 2º** Para os fins previstos nesta Lei entende-se por:

I - Área de Proteção Ambiental - APA: uma categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, prevista no Sistema Nacional de Unidades de

Conservação - SNUC, nos termos da Lei Federal nº 9.985, de 18/7/2000, área em geral extensa com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais;

II - Área de Preservação Permanente - APP: área prevista no Código Florestal - Lei Federal nº 4.771, de 15/9/1965, que não pode sofrer a perda de sua cobertura vegetal ou deve ser recuperada para desenvolvê-la e situa-se em topos de áreas relevantes à preservação dos recursos naturais;

III - Biodiversidade: a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte, compreendendo, ainda, a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas;

IV - Capacidade de suporte: a capacidade que os sistemas ecológicos possuem de suportar alterações ambientais garantindo a disponibilidade de bens e serviços, tais como: espaço, luz, alimento, água, entre outros;

V - Coeficiente Verde - CV: o coeficiente aplicado no zoneamento ecológico-econômico como parâmetro urbanístico que corresponde à relação entre a área verde de um lote ou fração e sua área total, podendo ser constituída por qualquer cobertura vegetal, de gramíneas à vegetação de porte arbóreo, considerando a preocupação de se evitar a impermeabilização do solo e contribuir para o conforto térmico local, valorizando os serviços ambientais das coberturas vegetais;

VI - Corredor ecológico: a porção de ecossistemas naturais ou seminaturais ligando unidades de conservação que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam

para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais;

VII - Conservação: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável dos recursos naturais, a restauração e a recuperação do ambiente degradado para que possa produzir o maior benefício em serviços da biosfera para o homem em bases sustentáveis à atual geração, ou seja, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

VIII - Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA: documentos obrigatórios de licenciamento segundo Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, aos empreendimentos que venham causar impactos ambientais significativos;

IX - Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança e Relatório de Impacto de Vizinhança - EPIV/RIVI: documentos obrigatórios para o licenciamento municipal de empreendimentos que causam impactos positivos e negativos, diretos e indiretos, reversíveis e irreversíveis, especificando critérios, métodos e técnicas de previsão e proposição de medidas destinadas ao equacionamento desses impactos;

X - Preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visam a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a degradação dos sistemas naturais;

XI - Proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais e designa conjunto de áreas protegidas segundo a legislação do SNUC;

XII - Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo - RBCV:

instituída pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, é uma categoria atribuída a determinada área do planeta considerada de relevante valor ambiental para a humanidade, objetivando o desenvolvimento sustentável com uma correta gestão da preservação e conservação da natureza, que abrange setenta e três municípios, com uma área aproximada de quinze mil quilômetros quadrados, incluindo as regiões metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista e parte de Campinas, onde habitam cerca de vinte e três milhões de pessoas, mais de 10% (dez por cento) da população nacional numa área equivalente a 0,2% (dois décimos percentuais) do território do país;

XIII - Reserva Florestal Obrigatória: área de reserva legal localizada no interior de uma propriedade ou posse rural situada em floresta ou outra vegetação nativa, correspondente a um mínimo de 20% (vinte por cento) da gleba necessária ao uso sustentável dos recursos naturais à conservação, à reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e da flora nativas;

XIV - Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN: Unidade de Conservação de Uso Sustentável, de caráter privado, prevista no SNUC, tendo como objetivo a conservação da biodiversidade;

XV - Serviços Ambientais da Biosfera: aqueles proporcionados pela natureza à sociedade que pela sua própria existência e pelos ciclos de funcionamento geram benefícios essenciais à qualidade de vida para a presente e futuras gerações, tais como: a capacidade de produção de água e o equilíbrio hidrológico, a manutenção da permeabilidade do solo, o equilíbrio microclimático e o conforto térmico, a manutenção da biodiversidade e a paisagem;

XVI - Unidade de Conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público

com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de

administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

XVII - Uso Sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos de forma socialmente justa e economicamente viável;

XVIII - Zona Especial de Interesse Social - ZEIS: as áreas em que é necessário ordenar a ocupação, através da regularização urbanística e fundiária de assentamentos habitacionais existentes e consolidados, bem como áreas livres onde haja interesse da Municipalidade em implantar ou complementar programas habitacionais de interesse social para população de baixa renda.

**Art. 3º** A APA Cabuçu - Tanque Grande tem por objetivo estabelecer o uso sustentável dos recursos naturais em região de contato da mancha urbana da Região Metropolitana de São Paulo com o Núcleo Cabuçu do Parque Estadual da Cantareira, no município de Guarulhos, garantindo a manutenção dos serviços ambientais da biosfera, mantendo a integridade da biodiversidade local, preservando os mananciais, cursos e corpos d'água, o patrimônio histórico e cultural, assim como a paisagem formada por morros e montanhas.

Parágrafo Único - O uso sustentável deve contemplar a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais e o controle ambiental da ocupação.

## **Capítulo II**

### **DAS DIRETRIZES**

**Art. 4º** A APA Cabuçu - Tanque Grande tem por diretrizes:

I - promover o desenvolvimento aliado à conservação dos recursos ambientais

existentes em consonância com a sua capacidade de suporte e a sustentabilidade local, garantindo o incentivo para atividades de geração de renda;

II - possibilitar a utilização econômica e o uso direto dos recursos naturais desde que aprovados por EIA/RIMA a ser discutido em audiência pública, garantindo-se o desenvolvimento sustentável;

III - proteger os mananciais do Cabuçu e do Tanque Grande, os únicos mananciais de superfície pertencentes ao Município, que o abastecem;

IV - orientar o manejo adequado das áreas agrícolas segundo a capacidade de uso da terra;

V - recuperar as áreas degradadas em conformidade com o Plano de Gestão da APA;

VI - requalificar as áreas urbanizadas promovendo a redução e prevenção de áreas de risco e de outros problemas ambientais;

VII - conservar os serviços ambientais da biosfera, especialmente quanto a:

- a) regulação de inundações à jusante;
- b) redução de transporte de sedimentos para os rios Cabuçu de Cima, Baquirivu-Guaçu e Tietê;
- c) atenuação da ilha de calor de Guarulhos;
- d) conservação da biodiversidade da Mata Atlântica como patrimônio guarulhense, em sintonia com os objetivos que nortearam a criação da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo;

VIII - atender aos princípios da Agenda 21;

IX - estabelecer condições favoráveis à captação de recursos financeiros para fomento das atividades sustentáveis e dos programas de conservação, recuperação, educação e fiscalização ambiental;

X - estabelecer orientações para o uso e a ocupação ambientalmente adequados;

XI - reconhecer as áreas do patrimônio histórico e cultural já tombadas e potenciais, incentivando a realização de estudos técnicos e científicos necessários a tal fim;

XII - implantar medidas permanentes de fiscalização e controle, assim como de educação ambiental, utilizando-se recursos humanos e científicos necessários a tal fim;

XIII - incentivar e fomentar as pesquisas científicas e tecnológicas no sentido de valorizar os serviços ambientais da biosfera, da sustentabilidade econômica, da melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida;

XIV - implementar a Gestão Ambiental de forma participativa e democrática.

### **CAPÍTULO III Dos Limites**

**Art. 5º** Os limites da APA Cabuçu - Tanque Grande estão contidos no mapa do Anexo I.

Parágrafo Único - Os limites da APA definido pela descrição técnica georreferenciada serão fixados por Decreto do Executivo, no prazo máximo de noventa dias da data da promulgação desta Lei.

**Art. 6º** A APA Cabuçu - Tanque Grande está integralmente localizada no Município de Guarulhos, tendo seus limites orientados pelos divisores de água das bacias e sub-bacias hidrográficas do entorno do Parque Estadual da Cantareira mantendo e incluindo:

I - uma distância mínima de 1 km (um quilômetro) em relação ao Parque Estadual da Cantareira;



II - os principais fragmentos florestais ainda pouco alterados pela ocupação urbana e protegidos por lei municipal;

III - o manancial do Tanque Grande e outros fragmentos florestais importantes com perspectiva de viabilizar um corredor ecológico da Serra da Cantareira com a Mantiqueira;

IV - a área do aterro sanitário utilizado pelo Município de Guarulhos, que poderá, quando do esgotamento de suas funções atuais, ser recuperada e reabilitada.

#### **Capítulo IV**

#### **DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO**

**Art. 7º** O Zoneamento Ecológico-Econômico da APA Cabuçu - Tanque Grande tem como função o ordenamento territorial do uso e ocupação do solo, visando proporcionar as condições para o cumprimento harmônico e eficaz de todas as diretrizes e objetivos da unidade de conservação, adotando como base a capacidade de suporte e a potencialidade do meio ambiente.

**Art. 8º** Para os efeitos desta Lei ficam estabelecidas as seguintes zonas de uso:

I - Zona de Vida Silvestre - ZVS;

II - Zona de Uso Conservacionista - ZUC;

III - Zona de Uso Sustentável - ZUS-1 e ZUS-2;

IV - Zona de Uso Sustentável e Recuperação Ambiental - ZUSRA;

V - Zona Mista - ZM;

VI - Zona de Extração de Minérios e Disposição de Resíduos Sólidos - ZEMR.

§ 1º O Zoneamento Ecológico-Econômico tem como critério o relevo, os recursos hídricos, os remanescentes de Mata Atlântica e os tipos de uso do solo presentes na região, cuja distribuição é controlada por níveis topográficos, definidos por cotas altimétricas, conforme mapeamento constante do Anexo I desta Lei.

§ 2º Os usos permitidos e os parâmetros urbanísticos a serem observados em cada uma das zonas de uso são os constantes nos Anexos II, III e IV desta Lei.

§ 3º As descrições técnicas dos perímetros de cada zona serão fixadas por Decreto do Executivo, no prazo máximo de noventa dias da data da promulgação desta Lei.

**Art. 9º** A Zona de Vida Silvestre - ZVS corresponde ao conjunto de terras encontradas acima da cota altimétrica de 900m (novecentos metros) até os limites da APA, destinadas à proteção integral, apresentando grande importância em relação aos recursos hídricos e à preservação da fauna e da flora, tendo como objetivo principal a manutenção da biodiversidade, sendo permitida nesta zona, apenas, a pesquisa científica e a educação ambiental.

§ 1º Não são permitidas outras atividades econômicas ou residenciais na ZVS, devendo aquelas existentes serem congeladas, removidas ou regularizadas de acordo com o Plano de Gestão Ambiental.

§ 2º A Secretaria de Meio Ambiente e o Conselho Gestor estabelecerão critérios para o desenvolvimento de pesquisas científicas e educação ambiental na ZVS.

**Art. 10** A Zona de Uso Conservacionista - ZUC corresponde ao conjunto de terras encontradas acima da cota altimétrica de 800m (oitocentos metros) até a cota de 900m (novecentos metros), nos limites da APA, onde o uso será ambientalmente regulado de modo a assegurar a manutenção da biodiversidade local, assim como para proteger os remanescentes de vegetação significativa, o patrimônio histórico e cultural, as paisagens naturais notáveis, os recursos hídricos e as áreas de reflorestamento.

Parágrafo Único - As atividades permitidas nesta zona deverão manter um manejo ecológico que assegure a manutenção da biodiversidade e a proteção do solo e das nascentes, sendo prioritárias na Zona de Uso Conservacionista ações de recuperação e controle ambiental.

**Art. 11** A Zona de Uso Sustentável - ZUS corresponde ao conjunto de terras encontradas abaixo da cota altimétrica de 800m (oitocentos metros) até o limite da APA, onde haverá valorização e conservação do meio ambiente natural, compatibilizando-a com a implantação de atividades econômicas e usos, garantindo a proteção do ecossistema local e importantes componentes do patrimônio histórico e cultural, dividindo-se em:

I - ZUS-1 que corresponde às áreas drenadas pela bacia hidrográfica do Rio Baquirivu-Guaçu, onde há predomínio de uso rural, importantes remanescentes de Mata Atlântica e patrimônio histórico- natural;

II - ZUS-2 que corresponde às áreas drenadas pela bacia hidrográfica do Rio Cabuçu de Cima, com setores de densidade demográfica elevada, infraestrutura urbana, com importantes remanescentes de Mata Atlântica e propriedades rurais.

**Art. 12** As atividades existentes nas ZUS e ZUC deverão ser objeto de regularização ambiental através do Plano de Gestão Ambiental e seus programas específicos, observadas as necessidades ambientais da região, com foco especial na recuperação dos corpos d'água e na conectividade dos corredores

ecológicos.

Parágrafo Único - Os critérios para regularização ambiental serão definidos pela Secretaria de Meio Ambiente e submetidos à aprovação do Conselho Gestor.

**Art. 13** A Zona de Uso Sustentável e Recuperação Ambiental - ZUSRA corresponde às áreas em que será necessário requalificar a ocupação, através da regularização urbanística e fundiária dos assentamentos habitacionais existentes e consolidados, mediante planos de regularização fundiária sustentáveis que permitam a manutenção e recuperação dos componentes ambientais da área, garantindo uma melhoria da qualidade de vida da população local.

§ 1º A ZUSRA poderá conter ou coincidir com a Zona Especial de Interesse Social - ZEIS.

§ 2º Os planos de urbanização devem observar as diretrizes e objetivos da APA Cabuçu - Tanque Grande.

**Art. 14** A Zona de Uso Misto - ZM corresponde às áreas onde se pretende estimular a diversificação de usos com predominância residencial, observando as diretrizes e objetivos da APA Cabuçu - Tanque Grande, bem como o estabelecido na Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo.

**Art. 15** A Zona de Extração de Minérios e Disposição de Resíduos Sólidos - ZEMR corresponde à área destinada à manutenção das atividades de extração mineral e de disposição de resíduos sólidos já existentes e licenciados na APA Cabuçu - Tanque Grande.

Parágrafo Único - Deverão ser observadas obrigatoriamente as medidas mitigadoras, o monitoramento e a recuperação ambiental estabelecidas no licenciamento da atividade, em consonância com o Plano de Gestão da APA Cabuçu - Tanque Grande.

**Art. 16** Na APA Cabuçu - Tanque Grande será incentivada a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs aos proprietários que tenham por objetivo a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos, sendo permitida nestas propriedades, exclusivamente, a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais, após manifestação da Secretaria de Meio Ambiente e atendidas as previsões legais.

Parágrafo Único - A criação de RPPNs será regulamentada por Decreto do Executivo, no prazo de noventa dias a contar da publicação desta Lei.

## **Capítulo V**

### **DO PARCELAMENTO DO SOLO**

**Art. 17** O parcelamento do solo na APA Cabuçu - Tanque Grande poderá ser feito por meio de loteamento, desmembramento ou desdobro.

§ 1º Na Zona de Vida Silvestre - ZVS não será permitido o parcelamento do solo.

§ 2º Para o parcelamento do solo na Zona de Uso Conservacionista - ZUC deverá ser previsto um percentual de 40% (quarenta por cento) de cobertura arbórea na área total a ser parcelada.

§ 3º Para o parcelamento do solo na Zona de Uso Sustentável - ZUS deverá ser previsto um percentual mínimo de 20% (vinte por cento) de cobertura arbórea na área total a ser parcelada.

§ 4º Para o parcelamento do solo na ZUC e na ZUS deverá ser previsto um percentual de Coeficiente Verde - CV, conforme estabelecido nos Anexos II, III e IV.

**Art. 18** Nos loteamentos a serem realizados na APA Cabuçu - Tanque Grande será obrigatória a transferência à Municipalidade das áreas necessárias à implantação do sistema de circulação, de espaços livres de uso público e de equipamentos comunitários.

§ 1º Nas Zonas de Uso Conservacionista - ZUC e de Uso Sustentável - ZUS será transferido o percentual correspondente a 20% (vinte por cento) da área total da gleba para espaços livres de uso público e áreas destinadas à instalação de equipamentos comunitários.

§ 2º As Áreas de Preservação Permanente - APP e de cobertura arbórea poderão ser transferidas à Municipalidade como espaços livres, mediante parecer da Secretaria de Meio Ambiente.

**Art. 19** Nos desmembramentos a serem realizados na APA Cabuçu - Tanque Grande será obrigatória a transferência à municipalidade das áreas necessárias à implantação de espaços livres de uso público e equipamentos comunitários.

Parágrafo Único - Nas Zonas de Uso Conservacionista - ZUC e de Uso Sustentável - ZUS será transferido o percentual correspondente a 10% (dez por cento) da área total desmembrada.

**Art. 20** Para os loteamentos, loteamentos fechados, desmembramentos e desdobros devem ser atendidos os requisitos urbanísticos, projetos e restrições estabelecidas na Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo do Município de Guarulhos (LUOS) e demais legislações vigentes.

Parágrafo Único - Para os loteamentos residenciais será solicitada a apresentação do EPIV/RIVI.

## Capítulo VI

### DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

**Art. 21** A Secretaria de Meio Ambiente poderá estabelecer convênios e parcerias com organismos públicos federais, estaduais e municipais, instituições de pesquisa, universidades, bem como com instituições e empreendedores privados para garantir a aplicação de todas as normas dispostas neste Capítulo.

**Art. 22** Os empreendedores que desenvolverem atividades na APA Cabuçu - Tanque Grande serão responsáveis pelo seu manejo adequado, devendo assumir quaisquer ônus por danos causados ao meio ambiente.

**Art. 23** A implantação ou desenvolvimento de qualquer atividade enquadrada na legislação pertinente ou outras que possam causar alterações ambientais no território da APA estão sujeitos ao licenciamento ambiental.

**Art. 24** Dependerá de licenciamento pela Secretaria de Meio Ambiente e demais órgãos competentes, quando couber, a execução de obra que se enquadre em uma ou mais das seguintes situações de movimento de terra:

I - modificação da topografia do terreno com desnível de corte ou aterro de mais de 3,00m (três metros) em relação à superfície ou aos níveis existentes junto às divisas com outras propriedades ou áreas públicas vizinhas;

II - movimentação de mais de 1.000,00m<sup>3</sup> (um mil metros cúbicos) de terra;

III - em áreas com ocorrência de declividade superior a 30% (trinta por cento) dentro da área do empreendimento;

IV - em áreas que apresentem processos erosivos;

V - em obras de aterro ou de barramento que alterem de forma significativa o escoamento das águas nos fundos de vale, caracterizados como áreas marginais a cursos d'água com até 5% (cinco por cento) de declividade.

§ 1º Para a licença a que se refere o caput deste artigo a Secretaria de Meio Ambiente poderá exigir laudo geológico-geotécnico referente à avaliação das condições físicas da área e à adequação do projeto elaborado por profissional habilitado.

§ 2º No processo de licenciamento deverá ser previsto um cronograma de obras de forma a ser evitada a movimentação de terra no período chuvoso entre os meses de outubro e março.

## **SEÇÃO I**

### **DAS ATIVIDADES E DOS USOS**

**Art. 25** O controle da instalação das atividades será definido, considerando-se:

I - a categoria de uso;

II - a natureza da atividade; e

III - o porte da atividade.

§ 1º As atividades classificam-se em:

I - Residencial - R: uso destinado à moradia unifamiliar e multifamiliar;

II - Não-Residencial - NR: uso destinado ao exercício de atividades comerciais, de prestação de serviços, institucionais e industriais;



III - Rural - RU: que envolve atividades características do meio rural.

§ 2º Os Anexos II, III e IV desta Lei definem os usos permitidos nas ZUS-1, ZUS-2 e ZUC com seus respectivos Lotes Mínimos, Coeficiente Verde (CV), Taxa de Ocupação (TO) e Coeficiente de Aproveitamento (CA).

## **SUBSEÇÃO I**

### **DOS USOS RESIDENCIAIS**

**Art. 26** Na APA Cabuçu - Tanque Grande o uso residencial compreende os tipos R1 e R3, conforme a Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo:

I - R1: uma unidade por lote - casas isoladas;

II - R3: condomínio constituído por duas ou mais unidades habitacionais, agrupadas horizontalmente e/ou superpostas.

**Art. 27** A categoria de Uso Residencial - R3 compreende o conjunto residencial horizontal constituído em condomínio por casas isoladas, geminadas ou superpostas, com acesso interno às edificações do conjunto, ficando vedado o acesso direto pela via oficial de circulação.

§ 1º A implantação do conjunto residencial horizontal na APA Cabuçu - Tanque Grande deverá obedecer as seguintes condições:

I - quota mínima de terreno por unidade habitacional de 500,00m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados);

II - a área de estacionamento de veículos isolada para cada unidade habitacional ou em bolsão localizado dentro do próprio conjunto;

III - destinar obrigatoriamente 20% (vinte por cento) da área total do lote ou da gleba para espaços livres e equipamentos comunitários, nas seguintes condições:

- a) da área reservada a espaços livres 35% (trinta e cinco por cento) será destinada ao uso exclusivo do condomínio e 65% (sessenta e cinco por cento) devem ser doados à Municipalidade, para acesso público, vedada a utilização exclusiva pelos moradores do condomínio;
- b) os 65% (sessenta e cinco por cento) das áreas destinadas a espaços livres e a equipamentos comunitários doados ao Município deverão ser preservados por até cinco anos pelo condomínio após o recebimento pela Prefeitura, através de contrato, sendo renovável quando houver interesse público;
- c) do total das áreas previstas na alínea anterior, o percentual destinado a espaços livres e a equipamentos comunitários será definido pelo Grupo de Trabalho responsável pela expedição das diretrizes urbanísticas.

§ 2º O conjunto residencial horizontal poderá ser implantado em lotes ou glebas com área máxima de 100.000,00m<sup>2</sup> (cem mil metros quadrados).

## **SUBSEÇÃO II**

### **DOS USOS NÃO RESIDENCIAIS**

**Art. 28** A categoria de Uso Não Residencial - NR subdivide-se em:

I - Comercial - C: estabelecimento destinado às atividades de comércio em geral, local ou diversificado, varejista ou atacadista;

II - Prestação de Serviços - S: estabelecimento destinado às atividades de prestação de serviços em geral;

III - Institucional: estabelecimento destinado às atividades de cunho social;

IV - Industrial - I: atividade que envolva processos de transformação, de beneficiamento, de montagem ou acondicionamento de bens intermediários, de capital ou de consumo;

V - Rural - RU: aquele que envolve atividades características do meio rural;

VI - Hospedagem e Moradia: estabelecimento destinado às atividades de hospedagem e moradia.

**Art. 29** Somente serão permitidas na APA Cabuçu - Tanque Grande as seguintes categorias de Usos Não Residenciais:

I - Categoria de Uso Comercial 1 - C1: atividades em regime de condomínio que por sua natureza são classificadas como compatíveis;

II - Categoria de Uso de Prestação de Serviços 1 - S1: atividades em regime de condomínio que por sua natureza são classificadas como compatíveis;

III - Categoria de Uso Institucional: aquela que por sua natureza são classificadas como compatíveis;

IV - Categoria de Uso Industrial 1 - I1: aquela que por sua natureza classifica-se como compatível, compreendendo as indústrias classificadas como ID pela legislação estadual;

V - Categoria de Uso Rural - RU: atividades que por sua natureza são classificadas como compatíveis;

VI - Hospedagem e Moradia: atividades que por sua natureza são classificadas como compatíveis.

**Art. 30** Considera-se condomínio comercial e de prestação de serviços a edificação, o lote ou a gleba destinada ao exercício de duas ou mais atividades e

que disponham de espaços e instalações de utilização comum, caracterizados como bens de condomínio, privativos e exclusivos destes.

**Art. 31** Nos condomínios comerciais e de prestação de serviços deverão ser destinados, obrigatoriamente, 10% (dez por cento) da área total do lote ou da gleba para áreas destinadas a espaços livres de uso comum, não podendo ser computado neste percentual as áreas destinadas a estacionamento e vias de circulação.

**Art. 32** Para a instalação das categorias de uso industrial (I1), condomínio de comércio e de prestação de serviços (C1 e S1) e residencial (R3) na APA Cabuçu - Tanque Grande, o empreendimento ficará sujeito à apresentação do EPIV/RIVI.

**Art. 33** Consideram-se de Uso Institucional os equipamentos de educação, saúde, esporte, lazer e recreação, museus, centros culturais e religiosos, equipamentos públicos de abastecimento e saneamento ambiental, casas de repouso e geriatria, cooperativas de produtores e parques temáticos.

**Art. 34** Consideram-se de Uso Rural as seguintes atividades:

I - manejo sustentável: agricultura, criação de animais, atividades extrativistas, agroindustriais, manejo de espécies nativas, aproveitamento de produtos florestais não madeireiros, silvicultura, indústrias rurais de artesanato e beneficiamento de madeira de reflorestamento;

II - pesquisa científica e educação ambiental;

III - ecoturismo: clubes, excursionismo, lazer contemplativo, pesca esportiva nas represas e pesqueiros e prática de esportes radicais;

IV - chácaras de recreio: moradia com a finalidade de lazer.

**Art. 35** Consideram-se Hospedagem e Moradia as atividades como casas de

repouso, conventos e mosteiros, hotéis, hotéis fazenda, pousadas e ecovilas.

**Art. 36** No que se refere aos recursos hídricos a APA Cabuçu - Tanque Grande terá gestão em consonância com a Política Nacional dos Recursos Hídricos e com as legislações estadual e municipal vigentes.

**Art. 37** No território da APA Cabuçu - Tanque Grande a Gestão dos Recursos Hídricos, de forma participativa e integrada, atenderá aos seguintes princípios:

- I - adoção da microbacia hidrográfica como unidade de gestão;
- II - o reconhecimento do recurso hídrico como um bem público cuja utilização deve ser cobrada observando os aspectos de quantidade, qualidade e as peculiaridades das bacias hidrográficas;
- III - integrar os programas e políticas habitacionais à preservação do meio ambiente;
- IV - a gestão deve ser feita de forma participativa e integrada.

**Art. 38** O Plano de Gestão da APA Cabuçu - Tanque Grande deverá contemplar os recursos hídricos visando:

- I - a utilização racional dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, assegurando o uso prioritário para o abastecimento das populações;
- II - a maximização dos benefícios econômicos e sociais resultantes do aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos;
- III - a proteção das águas contra ações que possam comprometer o seu uso atual e futuro;
- IV - a defesa contra eventos hidrológicos críticos que ofereçam riscos à saúde e à segurança pública, assim como prejuízos econômicos e sociais;

V - o desenvolvimento de programas permanentes de conservação e proteção das águas superficiais e subterrâneas contra poluição e superexploração;

VI - a prevenção da erosão do solo nas áreas urbanas e rurais com vista à proteção contra a poluição física e o assoreamento dos corpos d'água;

VII - controle e monitoramento da quantidade e qualidade ambiental.

**Art. 39** A implantação de empreendimentos assim como a execução de obras ou serviços, que possam alterar o regime, a quantidade e a qualidade dos recursos hídricos superficiais ou subterrâneos, dependerão de manifestação prévia dos órgãos competentes.

Parágrafo Único - A manifestação prévia favorável não confere a seu titular o direito de outorga do uso de recursos hídricos.

## **SEÇÃO II**

### **DA COBERTURA VEGETAL NATURAL E DA FAUNA SILVESTRE**

**Art. 40** Na APA Cabuçu - Tanque Grande são consideradas Áreas de Preservação Permanente - APP as florestas e demais formas de vegetação natural enquadradas na legislação ambiental federal, estadual e municipal vigente.

Parágrafo Único - As áreas enquadradas neste artigo deverão ser destinadas à preservação da fauna e da flora, permitindo-se o plantio de essências nativas com o objetivo de recuperar as matas ciliares e enriquecer a vegetação secundária, sendo que qualquer intervenção deverá ser licenciada pela Secretaria de Meio Ambiente e demais órgãos ambientais competentes, quando couber.

**Art. 41** Os proprietários de glebas rurais na APA Cabuçu - Tanque Grande

ficam obrigados a se cadastrar junto a Prefeitura e a apresentar as áreas de preservação da propriedade sobre a qual incidirá tributação diferenciada, a ser definida através de legislação específica.

§ 1º Consideram-se áreas de preservação as APPs, as Reservas Florestais Obrigatórias, os remanescentes de Mata Atlântica em estágio primário e de regeneração secundária, média e avançada, conforme Lei Federal nº 4.771, de 1965, e legislação correlata.

§ 2º No cadastramento será exigida a indicação da averbação da área de Reserva Florestal Obrigatória.

§ 3º A Secretaria de Meio Ambiente emitirá parecer sobre a viabilidade ou não da área destinada a compor a Reserva Florestal Obrigatória indicada e, ainda, não averbada pelo proprietário no cartório de registro de imóveis competente.

**Art. 42** Na APA Cabuçu - Tanque Grande a supressão por corte ou transplante de árvores vivas ou mortas deverá ser precedida de autorização prévia da Secretaria de Meio Ambiente e demais órgãos competentes, quando couber.

Parágrafo Único - A autorização para o corte de árvores isoladas poderá ser negada nos casos de exemplares arbóreos raros, de excepcional beleza ou porte ou outra característica que justifique sua preservação, a critério do órgão ambiental, ficando o interessado responsável por sua proteção.

**Art. 43** Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora de cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são patrimônio da biodiversidade local, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.

§ 1º A instalação de criadouros conservacionistas, científicos ou comerciais será permitida, exceto na Zona de Vida Silvestre - ZVS, para tanto deverá ser observada a legislação vigente, o parecer da Secretaria de Meio Ambiente e

do Conselho Gestor da APA Cabuçu - Tanque Grande.

§ 2º A coleta de animais silvestres com fins científicos dependerá de autorização prévia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e de parecer da Secretaria de Meio Ambiente e do Conselho Gestor da APA.

### **SEÇÃO III**

#### **DA AGROPECUÁRIA, DA SILVICULTURA E DA PESCA**

**Art. 44** As atividades agropecuárias na APA deverão estar enquadradas nos conceitos de sustentabilidade ambiental, conciliando a produção com a conservação dos recursos naturais, incluindo os solos, os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, o ar, a vegetação natural remanescente e a biodiversidade em geral.

§ 1º A microbacia hidrográfica é a unidade de adoção das técnicas conservacionistas dos recursos naturais na APA, em especial solo e água, sendo esta a melhor forma de tornar eficazes as medidas de conservação ambiental propostas.

§ 2º A Secretaria de Meio Ambiente deverá incentivar os proprietários rurais de uma mesma microbacia a organizarem-se no sentido da efetivação das práticas conservacionistas.

**Art. 45** Deverão ser observados para todo o território da APA Cabuçu - Tanque Grande:

I - a proibição da prática de queimada;

II - o incentivo ao cultivo sob os critérios da agricultura orgânica;



III - sistemas de drenagem adequados que impeçam o desenvolvimento de processos erosivos nas estradas e caminhos que cortarem áreas agrícolas;

IV - a mecanização ser feita dentro de critérios de conservação do solo, quando possível, a fim de evitar problemas como compactação, pulverização e erosão;

V - o preparo do solo e os tratos culturais serem feitos acompanhando as curvas de nível do terreno, sendo proibido o cultivo do terreno perpendicular às curvas de nível;

VI - ser adotadas as práticas disponíveis para cada tipo de exploração que minimizem ou impeçam o escoamento superficial da água, favorecendo, assim, sua infiltração para as camadas profundas do solo;

VII - as práticas de manejo das atividades agropecuárias prever a manutenção de cobertura vegetal sobre o solo;

VIII - a proibição do lançamento de qualquer efluente líquido sem tratamento prévio e adequado nos corpos d'água.

**Art. 46** O agricultor que explorar suas terras dentro dos princípios descritos no artigo anterior deverá ter prioridade nos programas de apoio a serem desenvolvidos, bem como nos estímulos e benefícios previstos na legislação federal.

## **SUBSEÇÃO I**

### **DOS AGROTÓXICOS**

**Art. 47** Para os efeitos desta Lei o uso de agrotóxicos na área da APA deverá estar em conformidade com a legislação pertinente.

Parágrafo Único - Os produtores usuários de agrotóxicos deverão prever a substituição paulatina destes, incorporando os Princípios da Agricultura Orgânica a serem definidos no Plano de Gestão.

**Art. 48** É vedado o uso de qualquer agrotóxico na Zona de Vida Silvestre - ZVS e nas várzeas, planícies de inundação e Áreas de Preservação Permanente - APPs de toda APA.

## **SUBSEÇÃO II**

### **DO MANEJO FLORESTAL**

**Art. 49** A exploração de recursos florestais na APA Cabuçu - Tanque Grande, na forma de arrendamento, parceria ou outra, deverá obter licença junto ao órgão ambiental municipal, apresentando um plano de manejo que considere, no mínimo, os seguintes aspectos:

I - que a extração de lenha nos reflorestamentos seja feita em faixas paralelas às curvas de nível, seccionando a rampa, no mínimo, em três partes;

II - hierarquização de estradas e caminhos com previsão de que o trânsito de caminhões de transporte e máquinas pesadas deverá se restringir às estradas principais, a fim de evitar compactação desnecessária;

III - adoção de medidas de proteção do solo contra a instalação de processos erosivos;

IV - recomposição com espécies nativas nas Áreas de Preservação Permanente e/ou na Zona de Vida Silvestre, inseridas na gleba objeto do reflorestamento;

V - ou outros alternativos que garantam a proteção ambiental.

### **SUBSEÇÃO III**

#### **DA CRIAÇÃO DE ANIMAIS**

**Art. 50** As instalações de criação de animais, confinadas ou semi-confinadas, como estábulos, currais, baias, pocilgas, galpões e outras, não poderão estar localizadas na Zona de Vida Silvestre, nas Áreas de Preservação Permanente e nas planícies fluviais de toda APA.

Parágrafo Único - A criação de animais deverá atender ao Código Sanitário e legislação pertinente.

**Art. 51** É vedado o lançamento direto ou indireto nos corpos d'água dos resíduos orgânicos resultantes da criação de animais como esterco, cama de frango, água de lavagem e outros, que deverão ser preferencialmente reutilizados na propriedade como adubos orgânicos, ferti-irrigação, volumoso para o gado ou receber tratamento adequado.

**Art. 52** Os produtos farmacêuticos utilizados na criação de animais deverão ter transporte, armazenagem, aplicação e destinação de embalagens vazias de acordo com a legislação vigente.

### **SUBSEÇÃO IV**

#### **DA PESCA**

**Art. 53** A implantação de pesqueiros tipo pesque-pague e de viveiros de criação comercial de peixes deverá estar baseada nos seguintes critérios:

I - os pescueiros do tipo pesque-pague deverão obter licença junto à Secretaria de Meio Ambiente, prevendo os impactos e medidas mitigadoras quanto a quantidade, qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos, além das exigências dos demais órgãos competentes;

II - a licença só será concedida no caso da comprovação da qualidade sanitária dos recursos hídricos a serem utilizados;

III - a construção de açudes deverá apresentar alternativa tecnológica adequada e proposta de monitoramento que impeça a fuga de espécies exóticas para a rede hidrográfica local;

IV - é vedada a introdução de peixes de espécies exóticas competidoras e/ou predadoras das espécies regionais, de acordo com critérios do IBAMA e da Secretaria de Agricultura do Estado;

V - os proprietários de pesqueiros tipo pesque-pague deverão manter ou recuperar a mata ciliar de seus cursos, corpos e nascentes de água.

§ 1º É proibida a implantação de pesqueiro do tipo pesque-pague e de viveiros de criação comercial de peixes na Zona de Vida Silvestre - ZVS.

§ 2º Todos os empreendimentos de pesqueiros tipo pesque-pague e de viveiros de criação comercial de peixes já instalados na APA Cabuçu - Tanque Grande deverão passar pela análise de controle ambiental da Secretaria de Meio Ambiente, tendo o prazo de cento e oitenta dias após a publicação desta Lei para sua regularização e licenciamento.

#### **SEÇÃO IV**

#### **DOS RESÍDUOS SÓLIDOS**

**Art. 54** Todas as atividades de tratamento e reciclagem de resíduos deverão ser licenciadas pelo órgão municipal, salvo exigências dos demais órgãos competentes, em conformidade com o Sistema de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do Município.

§ 1º Deverá ser estimulada a formação de cooperativas para as atividades referidas no caput.

§ 2º Deverá ser estimulada a agregação de valor aos produtos obtidos nas atividades.

§ 3º Os materiais inservíveis deverão ser destinados às áreas inservíveis de ZEMR, sendo proibida sua disposição no local.

## **SEÇÃO V**

### **DO SISTEMA VIÁRIO**

**Art. 55** A implantação, ampliação e/ou prolongamento de sistemas de circulação viária, públicos ou privados, devem ser devidamente licenciados pelo órgão gestor da APA, atendendo às legislações pertinentes, após a manifestação do Conselho Gestor da APA.

Parágrafo Único - Os sistemas de circulação viária devem atender as diretrizes preconizadas nesta Lei, de forma a garantir os objetivos da criação da APA e seu plano de gestão ambiental.

## SEÇÃO VI

### DO TURISMO E DO LAZER

**Art. 56** O desenvolvimento da atividade turística na APA deverá seguir os conceitos do turismo de base local comunitária, estando aliado à conservação ambiental, ao desenvolvimento endógeno, à estrutura de sistemas produtivos locais, à mobilização social, à participação comunitária, à gestão participativa do turismo de base local e à captação de recursos que propiciem uma melhor qualidade de vida à população da região, devendo para tanto, ser planejado, monitorado e fiscalizado.

**Art. 57** A Secretaria de Meio Ambiente, em conjunto com o Conselho Gestor, será responsável pelo planejamento do desenvolvimento turístico na APA.

§ 1º Para garantir a compatibilização entre o desenvolvimento turístico de base local comunitária e os objetivos da APA deverão ser equacionadas as seguintes questões:

I - o desenvolvimento da atividade turística de base local comunitária deverá buscar uma organização produtiva que contemple a população da APA, atendendo as necessidades e demandas da comunidade, em rede solidária local;

II - capacidade de suporte do meio ambiente, visando estabelecer a quantidade de pessoas que possam usufruir da infraestrutura turística sem que haja degradação;

III - definição de trajetos e caminhos para pedestres e veículos, assim como os acessos aos demais pontos de interesse turístico garantindo a conservação da APA;

IV - levantamento e estabelecimento de áreas propícias para implantação da infraestrutura turística.

§ 2º O lazer e a recreação poderão ser dos tipos contemplativo e ativo, devendo ser promovidas atividades esportivas e culturais que se integrem à natureza.

§ 3º Deverá ser fomentada a realização de roteiros turísticos de base local comunitária por pontos de interesse, por meio de incentivo aos proprietários de terra e a população organizada dessas áreas, para que sejam permitidas visitas de grupos dirigidos por guias e monitores locais, aos bens naturais, históricos e culturais existentes nesses pontos.

**Art. 58** A Secretaria de Meio Ambiente junto com o Conselho Gestor da APA Cabuçu - Tanque Grande deverão se articular com os municípios limítrofes à APA, buscando integração nas medidas conservacionistas, nos interesses regionais voltados à recreação e ao lazer e, ainda, no estabelecimento dos roteiros turísticos que criarão uma rede de turismo de base local comunitária.

**Art. 59** O licenciamento para as atividades turísticas bem como para a colocação de publicidade nos equipamentos visuais previstos poderá estar vinculado à exigência de contrapartidas a serem aplicadas dentro da própria APA e que viabilizem os programas constantes nesta Lei.

**Art. 60** Não serão permitidas práticas de motocross, off road e similares que provoquem ou acelerem processos erosivos em trilhas e caminhos.

## **Capítulo VII**

### **DA GESTÃO AMBIENTAL**

**Art. 61** Entende-se por Gestão Ambiental o conjunto de programas e projetos que tem por objetivos a efetivação do zoneamento econômico-ecológico e o

gerenciamento adequado da unidade de conservação, tendo como premissa básica compatibilizar a conservação da biodiversidade local com o uso sustentável dos recursos naturais.

Parágrafo Único - O núcleo administrativo de gestão da APA Cabuçu - Tanque Grande estará diretamente vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, responsável pela coordenação da gestão ambiental, em consonância com o Conselho Gestor.

**Art. 62** Deverá ser implantado sistema geral de informações da APA, com utilização de dados georreferenciados, em consonância com as políticas de recursos hídricos e do meio ambiente e com os programas da reserva da biosfera, de forma a garantir o monitoramento das ações em curso nos programas e projetos integrantes do Plano de Gestão Ambiental, destinado a:

I - caracterizar e avaliar a qualidade ambiental da APA;

II - subsidiar as decisões decorrentes das disposições desta Lei, constituindo referência para a implantação de todos os instrumentos de planejamento e gestão da APA;

III - disponibilizar a todos os agentes públicos e privados as informações e dados gerados.

## **SEÇÃO I**

### **DO PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL**

**Art. 63** O Plano de Gestão Ambiental é um importante instrumento de planejamento e gestão de forma a garantir que a Unidade de Conservação cumpra os objetivos legais para os quais foi criada.



**Art. 64** O Plano de Gestão Ambiental para a APA Cabuçu - Tanque Grande será composto pelos seguintes programas: Conservação Ambiental, Educação Ambiental, Recuperação Ambiental, Controle e Fiscalização Ambiental.

**Art. 65** O Programa de Conservação Ambiental deverá:

I - estabelecer projetos e ações que visem a proteção dos mananciais hídricos da APA, em especial da Área de Proteção de Mananciais do Tanque Grande, de forma a garantir a produção de água com qualidade e em quantidade para abastecimento;

II - estabelecer projetos e ações de preservação dos remanescentes de vegetação, em especial a Mata Atlântica em seus estágios médio e avançado de regeneração e as APPs, visando garantir a manutenção da biodiversidade, o patrimônio genético e os corredores de fauna;

III - estabelecer projetos e ações de preservação dos patrimônios históricos, culturais e paisagísticos existentes na APA;

IV - incentivar a pesquisa científica e projetos de educação ambiental nas ZVS, bem como estabelecer critérios para desenvolvimento dessas atividades de forma a garantir a manutenção da vida silvestre da APA Cabuçu - Tanque Grande;

V - estabelecer critérios para elaboração de projetos de mapeamento do patrimônio natural e cultural que possibilite a implantação de roteiros ecoturísticos na Unidade de Conservação, considerando a capacidade de suporte do ambiente.

**Art. 66** O Programa de Educação Ambiental deverá:

I - ser estendido a todo o território da Unidade de Conservação, bem como a todos os segmentos ali presentes, sendo prioritário o desenvolvimento de processos contínuos de aprendizagem individual e coletiva voltados para a

conservação da biodiversidade e para o estabelecimento de uma relação sustentável entre o ser humano e a natureza;

II - estabelecer ações de mobilização da população para uma nova atitude em relação ao meio ambiente e ao espaço onde vivem, por meio de ações formativas e informativas, incentivando a participação na discussão da política ambiental da Unidade de Conservação com diagnósticos participativos;

III - estabelecer projetos e ações que priorizem, além da rede de ensino, a participação da população local e usuária, visando informar e orientar quanto aos objetivos e princípios de conservação da APA;

IV - estabelecer estratégias para envolvimento da população local e da iniciativa privada no desenvolvimento de atividades educativas, recreativas e de lazer compatíveis com a conservação ambiental visando a promoção da geração de renda;

V - promover a capacitação dos agentes públicos, do Conselho Gestor e da iniciativa privada atuantes na APA;

VI - estabelecer estratégias de integração dos vários atores e programas de educação ambiental na APA;

VII - estabelecer estratégias para estimular os proprietários rurais, em especial os produtores, na utilização de tecnologias que visem a sustentabilidade das atividades agropecuárias e agroflorestais;

VIII - elaborar projeto de comunicação visual da APA, delimitando física e visualmente com elementos capazes de contribuir na educação ambiental, tais como portais de entrada, prioritariamente nas principais vias de acesso, painéis informativos e placas indicativas dos diferentes roteiros turísticos.

**Art. 67** O Programa de Recuperação Ambiental deverá:

- I - estabelecer medidas que visem a conservação e a recuperação dos recursos naturais, priorizando as APPs dos morros e das matas ciliares, ao longo dos cursos d'água e das nascentes, em especial nas ZUS, ZUC e ZVS;
- II - promover o mapeamento das áreas degradadas determinando prioridades, critérios de recuperação e monitoramento;
- III - incentivar projetos e ações que visem a recomposição de vegetação nativa de forma a garantir a biodiversidade local;
- IV - estabelecer ações que permitam ampliar a capacidade de geração de água disponível;
- V - promover a integração das ações de recuperação ambiental com os diversos planos, programas e projetos que interferem na APA.

**Art. 68** O Programa de Controle e Fiscalização Ambiental deverá:

- I - estabelecer estratégias de ações de forma integrada, considerando a fiscalização, o monitoramento e o licenciamento ambiental que gerem avaliações de impactos ambientais e caracterizações das ações de recuperação e mitigação;
- II - promover o levantamento da estrutura fundiária atual da Unidade de Conservação, a fim de embasar programas, projetos e ações a serem implementadas na Unidade de Conservação;
- III - promover ações integradas de combate a incêndios, capacitação da população local e de órgãos responsáveis, de forma a proteger os remanescentes florestais e garantir o equilíbrio ambiental da região;
- IV - ser desenvolvido em consonância com o programa de educação ambiental; e
- V - contar com a participação da comunidade.

**Art. 69** O Plano de Gestão Ambiental será estabelecido através de Decreto do Executivo, devendo ser elaborado pela Secretaria de Meio Ambiente, no prazo máximo de cento e vinte dias da data da publicação desta Lei e submetido à deliberação do Conselho Gestor.

Parágrafo Único - No referido Decreto deverá estar fixado a reserva de um percentual mínimo do total arrecadado do Fundo Municipal do Meio Ambiente a ser destinado exclusivamente para a APA Cabuçu - Tanque Grande. MBR

**Art. 70** Todas as instituições públicas e privadas com atuação na área abrangida pela APA Cabuçu - Tanque Grande estão obrigadas a respeitar as diretrizes e disposições desta Lei, devendo também colaborar, no âmbito de suas atribuições, para o desenvolvimento dos programas previstos para a APA.

## **SEÇÃO II**

### **DO CONSELHO GESTOR**

**Art. 71** O gerenciamento ambiental da APA Cabuçu - Tanque Grande será feito de forma participativa e democrática, por um Conselho Gestor, composto por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada, atuando em sintonia com a Secretaria de Meio Ambiente, garantindo o cumprimento desta Lei e a implementação do Plano de Gestão Ambiental.

Parágrafo Único - O Conselho Gestor constitui espaço institucionalizado, de tomada de decisões, sendo um instrumento de representação, expressão e participação popular na gestão dos bens públicos, bem como no exercício da cidadania.

**Art. 72** A composição do Conselho Gestor deverá ser definida por Decreto do Executivo dentro de trinta dias após a promulgação desta Lei, atendendo ao

princípio da participação paritária entre Poder Público e Sociedade Civil Organizada com atuação local.

**Art. 73** O Conselho Gestor terá caráter deliberativo sendo presidido pelo responsável da administração da APA, representante da Secretaria de Meio Ambiente.

§ 1º O Presidente do Conselho Gestor não terá direito a voto, salvo em caso de empate.

§ 2º O mandato do conselheiro será de dois anos, podendo ser renovado por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

**Art. 74** Compete ao Presidente do Conselho Gestor:

- I - convocar o Conselho com antecedência mínima de sete dias;
- II - prestar apoio à participação dos conselheiros nas reuniões sempre que solicitado e devidamente justificado; e
- III - votar em caso de empate.

**Art. 75** A reunião do Conselho Gestor da Unidade de Conservação deverá ser pública, com pauta preestabelecida no ato da convocação e realizada em local de fácil acesso.

**Art. 76** Compete ao Conselho Gestor da Unidade de Conservação:

- I - elaborar e aprovar o regimento interno no prazo de sessenta dias contados da sua instalação, estabelecendo as atribuições de seus membros;
- II - aprovar e acompanhar a elaboração, a implementação e a revisão do Plano de Gestão da Unidade de Conservação, garantindo o seu caráter participativo;

- III - propor, quando necessário, a elaboração e implementação de planos emergenciais;
- IV - criar ou dissolver câmaras técnicas para tratar de assuntos específicos, indicando seus respectivos membros;
- V - aprovar os documentos e as propostas encaminhadas por suas câmaras técnicas;
- VI - estimular a captação de recursos para programas na APA Cabuçu - Tanque Grande, através de doações, estabelecimento de convênios, dotações do Poder Público e demais formas de captação de recursos nacionais e internacionais;
- VII - buscar a integração da Unidade de Conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;
- VIII - promover a articulação entre os órgãos governamentais, a sociedade civil e as organizações não-governamentais estimulando a participação de todos de forma a atender aos objetivos desta Lei;
- IX - compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a Unidade;
- X - avaliar o orçamento e o relatório financeiro anual elaborado pela Secretaria de Meio Ambiente, em relação aos objetivos da Unidade de Conservação;
- XI - aprovar e rever o Plano de Gestão Ambiental, bem como definir a periodicidade de sua revisão;
- XII - acompanhar e avaliar o cumprimento dos programas, projetos e ações pertinentes ao Plano de Gestão Ambiental da APA;

XIII - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população da Unidade de Conservação e do entorno;

XIV - oferecer manifestação sobre o licenciamento de obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na Unidade de Conservação.

### **SEÇÃO III**

#### **DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 77** A fiscalização ambiental da APA Cabuçu - Tanque Grande será exercida pela Secretaria de Meio Ambiente, sem prejuízo das demais instâncias de fiscalização.

§ 1º Os agentes de fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente detêm poder de polícia para fiscalizar e tomar outras providências que se fizerem necessárias para a implementação desta Lei.

§ 2º A fiscalização da APA Cabuçu - Tanque Grande pelos órgãos municipais e estaduais dar-se-á de forma articulada e contará com a participação da sociedade civil.

**Art. 78** A Secretaria de Meio Ambiente estimulará a participação da sociedade civil para ações de apoio à fiscalização, em consonância com o estabelecido no Plano de Gestão.

### **SEÇÃO IV**

#### **DAS INFRAÇÕES**

**Art. 79** Constitui infração toda ação ou omissão, voluntária ou não, que importe inobservância de determinações legais à proteção ambiental na APA Cabucu - Tanque Grande.

**Art. 80** A apuração ou denúncia de qualquer infração dará origem a abertura de procedimento administrativo próprio.

**Art. 81** A notificação preliminar ou o auto de infração serão lavrados pelo agente de fiscalização que houver constatado a ocorrência de transgressão às prescrições desta Lei ou de leis correlatas.

Parágrafo Único - No documento lavrado deverá constar expressamente o prazo de trinta dias para defesa a contar do recebimento ou da publicação por edital, salvo os prazos especiais.

**Art. 82** O agente de fiscalização será responsável pelas declarações constantes no auto de infração, sendo passível de punição por falta grave em caso de falsidade ou omissão dolosa, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**Art. 83** O infrator será notificado ou autuado para ciência da infração e das penalidades correspondentes:

I - pessoalmente;

II - por meio do seu representante legal ou preposto, pelo correio, via Aviso de Recebimento - AR;

III - por edital publicado no Diário Oficial do Município, se estiver em local incerto ou não sabido.

Parágrafo Único - As omissões ou incorreções não acarretarão nulidade quando as circunstâncias forem suficientes para a identificação da infração e do autor.



**Art. 84** Apresentada ou não a defesa, ultimada a instrução do processo, a autoridade competente proferirá a decisão final e dará ciência ao infrator.

**Art. 85** Mantida a decisão condenatória, total ou parcial, caberá recurso à Junta de Recursos, criada para tal fim, no prazo de trinta dias da intimação ou ciência.

**Art. 86** Esgotados os recursos administrativos o infrator deverá efetuar o pagamento da multa no prazo regulamentar.

§ 1º O valor estipulado da pena de multa cominada no auto de multa será corrigido pelos índices oficiais em vigor na data do pagamento.

§ 2º O não recolhimento da multa dentro do prazo fixado implicará sua inscrição em dívida ativa e demais cominações contidas na legislação municipal.

§ 3º O pagamento da multa não exime o infrator da obrigação de reparar o dano mediante recuperação ambiental e/ou medida compensatória.

**Art. 87** Os autos dos processos administrativos resultantes da apuração de infrações à esta Lei, após esgotados os recursos, deverão ser encaminhados à Procuradoria do Município para a tomada das medidas legais e judiciais cabíveis.

Parágrafo Único - Havendo indícios de crime ambiental deverá ser enviada cópia dos autos ao Ministério Público.

## **SEÇÃO V**

### **DAS PENALIDADES**

**Art. 88** A pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que infringir

qualquer dispositivo desta Lei, seus regulamentos e demais normas pertinentes, independentemente da reparação do dano ou de outras sanções civis ou penais, ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito em que o infrator será notificado para cessar a irregularidade, sob pena de imposição de outras sanções administrativas, civis ou penais;

II - multa;

III - suspensão das atividades até a correção das irregularidades, salvo os casos reservados à competência da União;

IV - interdição do local;

V - perda ou restrição dos incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município;

VI - apreensão do produto, bem como de instrumentos, apetrechos e equipamentos de qualquer natureza utilizados na prática de infrações ou cujo porte seja proibido pela legislação vigente;

VII - embargo;

VIII - demolição;

IX - fechamento administrativo;

X - proibição na participação em licitação e contratação com os órgãos públicos;

XI - comunicação do fato aos respectivos agentes financiadores para os empreendimentos com financiamentos.

§ 1º As penalidades previstas neste artigo serão objeto de especificação em regulamento ou em legislação específica, de forma a compatibilizar a penalidade com a infração cometida, levando-se em consideração sua natureza, gravidade e consequência para a coletividade, podendo ser aplicadas a um mesmo infrator, isolada ou cumulativamente.

§ 2º Responderá pelas infrações quem, por qualquer modo, cometer, concorrer para sua prática ou delas se beneficiar.

**Art. 89** As infrações serão classificadas de acordo com a seguinte gradação:

I - leves;

II - graves;

III - muito graves; e

IV - gravíssimas.

Parágrafo Único - Na classificação das infrações constantes neste artigo deverão ser consideradas:

I - a extensão do dano;

II - a possibilidade de recuperação;

III - a reincidência do agente;

IV - o risco para a segurança, a saúde pública e a biota.

**Art. 90** Na fixação do valor, quando da imposição de penalidade de multa deverão ser observados os seguintes parâmetros:

Tipo de Infração	Limite Mínimo (UFG)	Limite Máximo (UFG)
Leves	01	30
Graves	31	120
Muito graves	121	210
Gravíssimas	211	300

§ 1º A multa poderá ser aplicada diariamente até que seja sanado o dano, com limite máximo de noventa dias.

§ 2º A multa poderá ter sua exigibilidade suspensa por prazo determinado, quando o infrator por termo de compromisso, aprovado pela autoridade competente, comprometer-se a corrigir e interromper a degradação ambiental.

§ 3º Cumpridas as obrigações assumidas pelo infrator, nos termos do parágrafo anterior, a multa poderá ser reduzida em até noventa por cento do seu valor.

§ 4º As penalidades pecuniárias, mediante solicitação do infrator, poderão ser transformadas em obrigação de executar medidas de interesse para a proteção e educação ambiental, em consonância com os planos e programas estabelecidos para a APA Cabuçu - Tanque Grande.

§ 5º Após oitiva do Conselho Gestor, a autoridade competente poderá julgar extinta a penalidade ou determinar, em caso de não cumprimento das medidas, o pagamento da multa em seu valor integral.

**Art. 91** A suspensão da atividade ou a interdição total ou parcial do local será imposta de imediato, nos casos de perigo iminente à saúde pública e ao meio ambiente.

§ 1º Concomitantemente com a interdição poderá ser imposta pena de cassação de licença ou fechamento administrativo.

§ 2º Mediante pedido do interessado, desde que cessadas as condições que deram causa à aplicação da penalidade, as restrições poderão ser suspensas.

**Art. 92** As penas de embargo e demolição poderão ser impostas concomitantemente no caso de empreendimentos em execução ou executados sem a licença ambiental exigida ou em desacordo com a licença concedida.

Parágrafo Único - Medidas de contenção, correção ou mitigação, de caráter emergencial, deverão ser implantadas de imediato pelo infrator, independentemente do embargo.

**Art. 93** Considerada a natureza da infração poderão ser impostas penas acessórias que proíbam ou suspendam a:

I - concessão de subvenções ao infrator;

II - celebração de contratos com a administração pública municipal; e

III - participação em licitações durante o prazo de cinco anos.

Parágrafo Único - Caso o infrator mantenha contrato com a administração pública municipal será suspensa a sua execução até a reparação do dano.

## **Capítulo VIII**

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 94** Deverão ser implementados na APA Cabuçu - Tanque Grande instrumentos de estímulo à preservação para os terrenos que apresentarem cobertura vegetal natural significativa e à recuperação de terrenos degradados, de acordo com a legislação vigente e com o Plano de Gestão da APA.

Parágrafo Único - Os instrumentos dispostos no caput serão implementados por legislação específica.

**Art. 95** São partes integrantes desta Lei:

I - Anexo I: Mapa do Perímetro Urbano e Zoneamento;

II - Anexo II: Tabela com dimensões mínimas e parâmetros urbanísticos na Zona de Uso Conservacionista - ZUC;

III - Anexo III: Tabela com dimensões mínimas e parâmetros urbanísticos na Zona de Uso Sustentável 1 - ZUS-1; e

IV - Anexo IV: Tabela com dimensões mínimas e parâmetros urbanísticos na Zona de Uso Sustentável 2 - ZUS-2.

**Art. 96** O Poder Executivo regulamentará esta Lei através de Decreto.

**Art. 97** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Guarulhos, 28 de dezembro de 2010.**

**SEBASTIÃO ALMEIDA**

**Prefeito**

**Registrada no Departamento de Assuntos Legislativos, da Secretaria Especial de Assuntos Legislativos, da Prefeitura de Guarulhos e afixada no lugar público de costume aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez.**

**PAULO CARVALHO**

**Secretário**

Publicada no Boletim Oficial nº 098/2010-GP do Diário Oficial do Município de 29 de dezembro de 2010 - Página nº 148 a 151 e republicado os Anexos I a IV no BO nº 001/2011-GP de 04/01/2011 - página 01. PA nº 26862/2007.

*Data de Inserção no Sistema Leis Municipais: 06/08/2012*

*Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.*

Disponível em <http://www.cm.jusbrasil.com.br> Acesso em 01 de maio de 2019